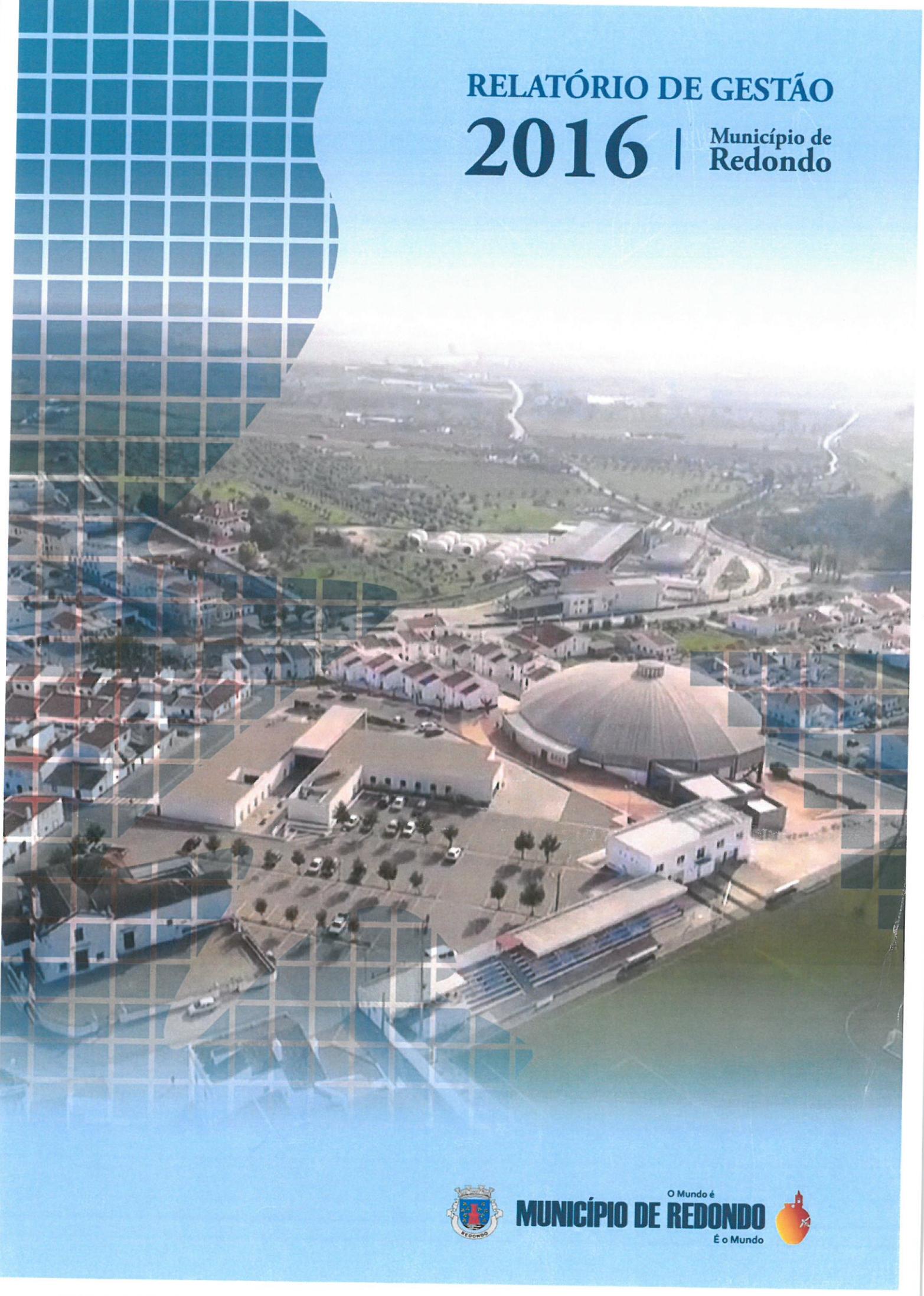


RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Município de Redondo



O Mundo é
MUNICÍPIO DE REDONDO

É o Mundo

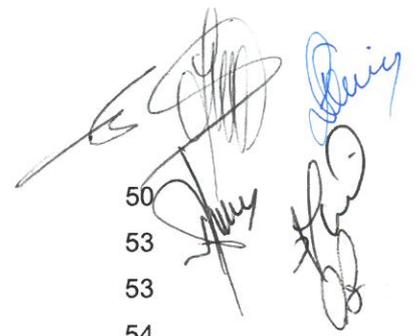




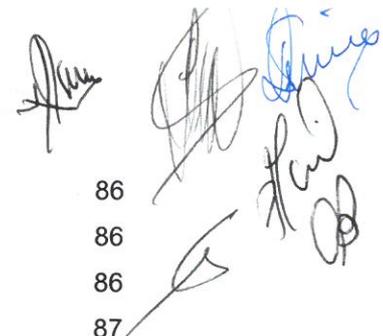
ÍNDICE

Proposta	4
Introdução	6
Enquadramento legal	8
Caracterização da Entidade	11
Identificação	14
Número de Eleitores	14
Legislação	15
Estrutura	15
Estrutura Política	15
Estrutura Organizacional	16
Serviços de Assessoria	17
Serviço de Apoio	17
Serviços Operativos	17
Recursos Humanos	17
Identificação dos Membros do Executivo	18
Organização Contabilística	18
Informações Consideradas Relevantes	19
Contratos de Empreitada e Fornecimento	19
Indicadores de Gestão	19
Outras Informações	20
Ações Inspetivas	20
Documentos de Gestão	20
Síntese Económica de Conjuntura	20
Execução dos Documentos Previsionais	41
Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial	42
Receitas	44
Receitas Correntes	44
Receitas de Capital	44
Despesa	44
Despesas Correntes	45
Despesas de Capital	45
Saldo Orçamental e Saldo da Gerência	45
Ótica Orçamental	45
Demonstrações Financeiras	45
Plano Plurianual de Investimentos	46
Investimentos por Sectores Estruturais	47
Transferências Recebidas	49
Relação entre Receitas e Despesas Correntes de Capital	49

Controlo do Equilíbrio Orçamental Corrente e em Sentido Substancial	50
Evolução do Investimento Realizado	53
Plano de Atividades Municipais (PAM)	53
Despesas por Sectores Estruturais	54
Grandes Opções do Plano (PPI+PAM)	54
Despesa Realizada com as Grandes Opções do Plano	55
Orçamento	57
Resumo da Execução Orçamental	57
Orçamento da Receita	57
Receitas Correntes	58
Receitas de Capital	60
Análise Global da Receita	61
Evolução da Receita 2012/2016	61
Evolução da Receita em Percentagem	62
Evolução da Receita – Variações Anuais	62
Evolução da Execução Orçamental da Receita	63
Receitas Fiscais	64
Orçamento da Despesa	65
Despesas Correntes	65
Despesas de Capital	67
Análise Global da Despesa	68
Evolução da Despesa 2012/2016	68
Evolução da Despesa em Percentagem	69
Evolução da Despesa – Variações Anuais	69
Compromissos Assumidos e Não Faturados ou Compromissos Assumidos por Faturar	70
Fluxos de Caixa	71
Movimentos de Tesouraria	71
Indicadores Orçamentais	73
Modificações Orçamentais	76
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	76
Modificações ao Plano de Atividades	77
Modificações ao Orçamento da Receita	77
Modificações ao Orçamento da Despesa	77
Ótica Patrimonial	79
Demonstrações Financeiras	79
Balanço	79
Análise do Balanço no Último Triénio	80
Balanço Sintético	82
Imobilizado	85



Evolução do Ativo do Município	86
Evolução dos Fundos Próprios do Município	86
Disponibilidades (Orçamentais)	86
Demonstração de Resultados (Por Natureza)	87
Resultados Operacionais	88
Custos Operacionais	88
Resultados Financeiros	88
Resultados Extraordinários	89
Resultado Líquido do Exercício	89
Indicadores de Gestão Patrimoniais	90
Dívidas de Terceiros	98
Dívidas a Terceiros (Excluindo a Banca)	98
Dívidas com Empréstimos Bancários	99
Cálculo do Limite Legal de Endividamento	100
Atividades Desenvolvidas	101
Apoio Jurídico	102
Serviço Municipal de Proteção Civil	103
Serviço de Informática	104
DAF – Divisão Administrativa e Financeira	105
DPD – Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	121
Serviço Técnico de Obras e Serviços Urbanos	129
Serviço de Administração Urbanística	130
DSC – Divisão Sociocultural	131
Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento do Exercício	166
Proposta de Aplicação dos Resultados	166





- PROPOSTA -

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ATINENTES AO EXERCÍCIO DE 2016

Eximos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal
Eximo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Eximos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Eximos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal
Eximo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Eximos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Para cumprimento da legislação em vigor, apresentam-se aos órgãos municipais os documentos de prestação de contas do Município de Redondo, atinentes ao exercício económico e financeiro do ano de 2016.

Na organização e documentação da prestação de contas em apreço foi tido em devida conta o preceituado no n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos, artigos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O ano 2016 apesar das expetativas iniciais acerca da possibilidade deste ser um ano de viragem quer ao nível nacional quer consequentemente ao nível autárquico foi na prática um prenúncio adiado.

Nem as restrições a que estava sujeita a atividade autárquica abrandaram nem os constantes apelos para que o novo Quadro Comunitário de Apoio fosse colocado no terreno com a celeridade exigida se confirmaram, e as Autarquias, os executivos e as Populações viram por mais algum tempo adiada a expetativa da concretização de projetos de investimento que idealizaram, que programaram e que ambicionaram.

A Autarquia da Redondo na sua já habitual forma de não se render perante as adversidades e de reinventar as alternativas para prosseguir a sua atividade, concretizando os investimentos e as ações que se revelem adequadas e necessárias ao desenvolvimento do seu concelho e ao contributo para a melhoria de vida das suas populações, utilizou todas os mecanismos ao seu alcance, para que, mesmo perante as dificuldades, tudo o que estava programado fosse executado.

Uma situação financeira sólida fruto das boas decisões que ao longo dos últimos anos foram sendo adotadas, um executivo empenhado na resolução dos problemas e na projeção do seu concelho, a forma de envolver a comunidade numa dinâmica conjunta e num interesse comum,



foi a fórmula encontrada pelo executivo municipal para ultrapassar os momentos difíceis que se viveram nos últimos anos.

O relatório e contas que agora se apresenta é sem dúvida a garantia que a solução estará sempre em decisões equilibradas que tenham associado algum risco mas que tenham sempre associado o rigor e a quantificação responsável do custo benefício da mesma e que não comprometam nem os investimentos nem as gerações futuras.

Uma vez mais nos orgulhamos de todo o trabalho desenvolvido.

A necessidade premente nas respostas diferenciadas e abrangentes à *população, na prossecução e encontro das suas ambições e anseios* só se poderá concretizar com o envolvimento de todos os agentes desta cadeia de valor que é Redondo, a sua população e os seus recursos, afirmando as suas inegáveis potencialidades e iniciando em escala novos rumos de crescimento e desenvolvimento económico e social para estes territórios.

Em consonância, agradeço a todos os Senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal, dirigentes, funcionários municipais, juntas de freguesia, partidos políticos, coletividades, empresas, agentes económicos e sociais e a todos os munícipes a colaboração prestada à autarquia no ano de 2016.

Redondo, 06 de Abril de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal



António José Rega Matos Recto



INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativo ao ano de 2016, refletindo a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Redondo.

Pretende-se que constitua um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados, procura espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos municípios do Concelho de Redondo em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³).

Descrevem-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pelo Município dificilmente perceptíveis pela simples análise das informações orçamental e/ou financeira.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 26/2013 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República n.º 226 de 21 de novembro de 2013, para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Neste pressuposto, aborda-se a situação económica e financeira do Município, nas vertentes “orçamental” e “patrimonial”.

Dos conteúdos tratados, destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2016 e o inerente reflexo na situação patrimonial do Município (execução patrimonial).

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Elaborou-se ainda um exame detalhado às contas de balanço e demonstrações de resultados para verificação da legalidade dos procedimentos contabilísticos, que se anexa ao presente relatório.



O Relatório reflete a atividade desenvolvida por cada um dos diferentes serviços municipais, revelando uma grande diversidade da intervenção municipal e o empenho de todos os serviços e de cada um dos trabalhadores.

Integrando as linhas de desenvolvimento estratégicas definidas como objetivos para o atual mandato, os Documentos de Prestação de Contas (DPC) traduzem a concretização das orientações fixadas pelos Órgãos Autárquicos, incluídas nas Opções do Plano para 2016, dando continuidade e consolidando projetos estruturantes.

Este relatório inicia-se com um enquadramento macroeconómico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal. Com base nas projeções do Banco de Portugal apresentam-se também, de forma sucinta, as perspetivas para o presente exercício económico bem como para o próximo.

Depois desse enquadramento segue-se a informação financeira e a proposta para a aplicação de resultados, terminando com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2016 pelas principais estruturas orgânicas.

O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício - analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicáveis;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia - considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos - de terceiros e a terceiros nos últimos quatro anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.



ENQUADRAMENTO LEGAL¹

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo presidente à apreciação e votação do órgão deliberativo.

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas² referentes ao ano financeiro de 2016, conforme o preceituado na alínea i) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³.

Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do referido diploma legal⁴. O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados conforme estabelece a Resolução n.º04/2001 – 2.ª Secção⁵ - Tribunal de Contas, de 12 Julho de 2001.

POCAL:

1 - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras (in POCAL)

2 - Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

3 - Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;

4 - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

5 - Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção

Instruções N.º 01/2001 – 2ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal).

O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de Julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art. 6º e alínea e) do nº 1 do art. 78º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções:

Documentos de prestação de contas

- Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL, bem como um terceiro conjunto não referido, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções.
- Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais.
- Consideram-se integradas no Grupo 2, aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior.

Quadro - I
Do Regime Completo

		Fundamentação Legal		A enviar			
		POCAL	TC	CCDR	TC	INE	
Documentos de Prestação de Contas		Número	Número				
Balanço		5	1	X	X	X	
Demonstração de Resultados		6	2	X	X	X	
Mapas de Execução Orçamental	Mapa de controlo orçamental – Despesa	7.3.1	6	X	X	X	
	Mapa de controlo orçamental – Receita	7.3.2	7	X	X	X	
	Mapa de execução anual do PPI	7.4	8	X	X		
	Mapa dos Fluxos de Caixa	7.5	9	X	X	X	
	Mapa das contas de ordem	7.5	10	X	X	X	
	Mapa de operações de tesouraria	7.6	11	X	X	X	
	Caracterização da entidade (a)	8.1	12		X		
	Notas ao balanço e à demonstração de resultado (a)	8.2	13		X		
	-Quadro discriminativo do ativo bruto	8.2.7			X		
	-Quadro discriminativo das amortizações e provisões	8.2.7			X		
	-Quadro discriminativo das reavaliações (b)	8.2.11			X		
	-Quadro discriminativo das contas de ordem	8.2.26			X		
	-Quadro discriminativo das provisões acumuladas b)	8.2.27			X		
	-Quadro discriminativo do cmvmc (a)	8.2.29			X		
	-Quadro discriminativo da variação da produção(a)	8.2.30			X		
	-Quadro discriminativo dos resultados financeiros	8.2.31			X		
	-Quadro discriminativo dos resultados extraordinários	8.2.32			X		
	Anexo às Demonstrações Financeiras	Mapa das modificações ao orçamento - Receita	8.3.1.1	14		X	
		Mapa das modificações ao orçamento - Despesa	8.3.1.2	15		X	
Mapa das modificações ao PPI		8.3.2	16		X		
Mapa da contratação administrativa - situação dos contratos		8.3.3	17	X	X	X	
Mapa das transferências correntes - Despesa		8.3.4.1	18		X		

	Mapa das transferências de capital – Despesa (b)	8.3.4.2	19		X	
	Mapa dos subsídios concedidos (b)	8.3.4.3	20		X	
	Mapa das transferências correntes - Receita	8.3.4.4	21		X	
	Mapa das transferências de capital - Receita	8.3.4.5	22		X	
	Mapa dos subsídios obtidos (b)	8.3.4.6	23		X	
	Mapa dos ativos de rendimento fixo (a)	8.3.5.1	24		X	
	Mapa dos ativos de rendimento variável (a)	8.3.5.2	25		X	
	Mapa dos empréstimos	8.3.6.1	26	X	X	X
	Mapa de outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	27			
	Relatório de Gestão (c)	13	28	X	X	X

As autarquias locais devem, complementarmente aos documentos acima identificados, enviar ao Tribunal de Contas os seguintes documentos:

Quadro - II
Outros Documentos A Enviar Ao Tribunal de Contas

	Fundamentação Legal		A enviar
	Outros documentos a elaborar		Tribunal de
	POCAL	TC	Contas
	Número	Número	
Guia de remessa (d)		29	X
Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta (d)		30	X
Norma de controlo interno e suas alterações (d)	2.9.9	31	X
Mapa resumo do diário de tesouraria (d)	12.2.9	32	
Mapa síntese das reconciliações bancárias (d)		33	
Mapa de fundo de maneio (d)		34	
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais (d)		35	
Relação de acumulação de funções (d)		36	
Relação nominal de responsáveis (d)		37	X

a) Estes documentos integram o Relatório de Gestão;
b) Não se apresentam estes documentos porque não houve movimentos desta natureza em 2012;
c) O Relatório de Gestão antecede os presentes documentos anexos;
d) A apresentar apenas ao Tribunal de Contas;

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Executivo Camarário apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2016. Documento que constitui um dos elementos de prestação de contas, conforme o ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.



CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

As autarquias locais têm património e finanças próprias, dispõe o n.º 1 do art.º 238 da Constituição da República Portuguesa – CRP. O regime das finanças locais em vigor foi aprovado pela Lei n.º 73/2013, e publicado no passado dia 3 de setembro, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

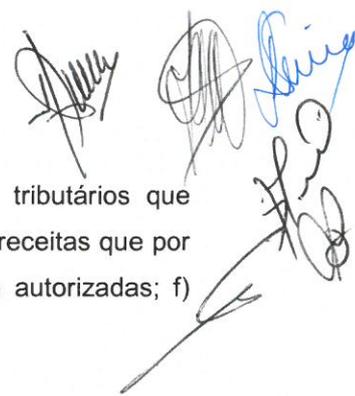
O novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais foi aprovado pela Lei n.º 73/2013, e publicado no passado dia 3 de setembro, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014. Com a aprovação deste novo regime financeiro local prevêem-se um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar uma efetiva coordenação entre administração central e local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

O setor local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, e 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, que expressamente o refiram. A atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se com respeito pelos seguintes princípios:

Princípio da legalidade - A atividade financeira das autarquias locais exerce-se no quadro da Constituição, da lei, das regras de direito da União Europeia e das restantes obrigações internacionais assumidas pelo Estado Português. São nulas as deliberações de qualquer órgão das autarquias locais que envolvam o exercício de poderes tributários, determinem o lançamento de taxas não previstas na lei ou que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei.

Princípio da estabilidade orçamental - O princípio da estabilidade orçamental pressupõe, na aprovação e execução dos orçamentos, a sustentabilidade financeira das autarquias locais, bem como uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas. As autarquias locais não podem assumir compromissos que coloquem em causa a respetiva estabilidade orçamental.

Princípio da autonomia financeira - As autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. A autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: a) Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas; b) Gerir o seu

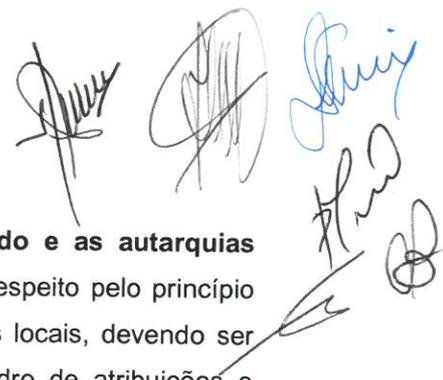


patrimônio, bem como aquele que lhes seja afeto; c) Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos; d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas; e) Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas; f) Aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.

Princípio da transparência - A atividade financeira das autarquias locais está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz num dever de informação mútuo entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira. O princípio da transparência aplica-se igualmente à informação financeira respeitante às entidades participadas por autarquias locais e entidades intermunicipais que não integrem o setor local, bem como às concessões municipais e parcerias público-privadas.

Princípio da solidariedade nacional recíproca - O Estado e as autarquias locais estão vinculados a um dever de solidariedade nacional recíproca que obriga à contribuição proporcional do setor local para o equilíbrio das contas públicas nacionais. Tendo em vista assegurar a consolidação orçamental das contas públicas, em situações excecionais e transitórias, podem ser estabelecidos, através da Lei do Orçamento do Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, bem como à prática de atos que determinem a assunção de encargos financeiros com impacto nas contas públicas pelas autarquias locais. A Lei do Orçamento do Estado pode determinar transferências do Orçamento do Estado de montante inferior àquele que resultaria das leis financeiras especialmente aplicáveis a cada subsetor, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado nas áreas da solidariedade e da segurança social. A possibilidade de redução depende sempre da verificação de circunstâncias excecionais imperiosamente exigidas pela rigorosa observância das obrigações decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento e dos princípios da proporcionalidade, do não arbítrio e da solidariedade recíproca, e carece de audição prévia dos órgãos constitucional e legalmente competentes dos subsectores envolvidos.

Princípio da equidade intergeracional - A atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, salvaguardando as suas legítimas expectativas através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual. O princípio implica a apreciação no plano da incidência orçamental, a apreciação, nomeadamente, dos investimentos aprovados, dos encargos com passivos financeiros, das necessidades de financiamento das entidades participadas pela autarquia, dos compromissos orçamentais e das responsabilidades contingentes, dos encargos explícitos e implícitos em parcerias público-privadas, concessões e demais compromissos financeiros de carácter plurianual, bem como da despesa fiscal, nomeadamente compromissos futuros decorrentes de isenções fiscais concedidas, pelos municípios.



Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais - A atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se no respeito pelo princípio da estabilidade das relações financeiras entre o Estado e as autarquias locais, devendo ser garantidos os meios adequados e necessários à prossecução do quadro de atribuições e competências que lhes é cometido. A participação de cada autarquia local nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos no RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), visando o equilíbrio financeiro vertical (adequação dos recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências) e horizontal (correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na arrecadação de receitas ou de diferentes necessidades de despesa).

Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado - A coordenação entre finanças locais e finanças do Estado tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o País e a necessidade de atingir os objetivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha vinculado no seio da União Europeia. A coordenação referida no número anterior efetua-se através do Conselho de Coordenação Financeira, sendo as autarquias locais ouvidas antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento do Estado, nomeadamente quanto à sua participação nos recursos públicos e à evolução do montante global da dívida total autárquica. Para efeitos do disposto no presente artigo, podem igualmente ser estabelecidos deveres de informação e reporte adicionais tendo em vista habilitar as autoridades nacionais com a informação agregada relativa à organização e gestão de órgãos e serviços das autarquias locais.

Princípio da tutela inspetiva - O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias locais e as restantes entidades do setor local, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local. O regime financeiro estabelece as regras orçamentais, dispostas no capítulo IV da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, às quais as entidades do sector local estão sujeitas. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, respeitando assim o equilíbrio orçamental, sendo apresentados anualmente e enquadrados num plano plurianual de programação orçamental (anualidade e plurianualidade). Os orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira (unidade e universalidade).

São admitidas pela RFALEI como exceções ao princípio da não consignação, as receitas provenientes de:



- a) Fundos comunitários;
- b) Fundo social municipal;
- c) Cooperação técnica e financeira;
- d) Empréstimos a médio e longo prazos para aplicação em investimentos ou contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira;

Pode, excecionalmente, ser inscrita no Orçamento do Estado uma dotação para financiamento de projetos de interesse nacional a desenvolver pelas autarquias locais, de grande relevância para o desenvolvimento regional e local, correspondentes a políticas identificadas como prioritárias, de acordo com os princípios da igualdade, imparcialidade e justiça. A RFALEI prevê ainda a possibilidade da concessão de auxílios financeiros em situações excecionais, como as de calamidade pública.

IDENTIFICAÇÃO

Município de Redondo

Praça da República

7170 – 011 Redondo

Telefone (geral): 266 989 210

Fax: 266 909 039

N.º Identificação Fiscal: 501 834 117

CAE: 75113 Administração Local

Visa a prossecução dos interesses próprios da população do Município de Redondo.

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro até a entrada da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.

E-mail: geral@cm-redondo.pt

NÚMERO DE ELEITORES

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) o Concelho de Redondo possui 7.031 habitantes.

O Concelho de Redondo ocupa uma área de 369,75 Km², que corresponde a 5% do distrito de Évora, o que representa 4,2% da população residente neste distrito. Deste concelho fazem parte 2 freguesias (Redondo e Montoito). Na atividade económica os setores terciário (*comércio e serviços*) e secundário (*indústria*) empregam cerca de 78% da população ativa.

De acordo com os dados da DGAI (Direção Geral de Administração Interna) o número de eleitores recenseados a 31 de dezembro de 2013, é de 6.083 (Fonte: Listagem publicada pelo



STAPE na II Série do Diário da República, N.º43, de 03/03/2014), de acordo com a estrutura proposta pelo POCAL, até aos 10.000 eleitores, distribuídos da seguinte forma;

Nacionais — cidadãos nacionais – 6.014;

UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais – 61;

ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal – 8;

LEGISLAÇÃO

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações, art.º 235 da Constituição da Republica Portuguesa – CRP. Dispõem de Mapa de Pessoal próprio, o disposto no art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As Autarquias locais têm poder regulamentar nos limites da Constituição e das leis vigentes. Existem aprovados diversos Regulamentos, que definem um conjunto de regras de natureza administrativa, dentro das atribuições dos Município.

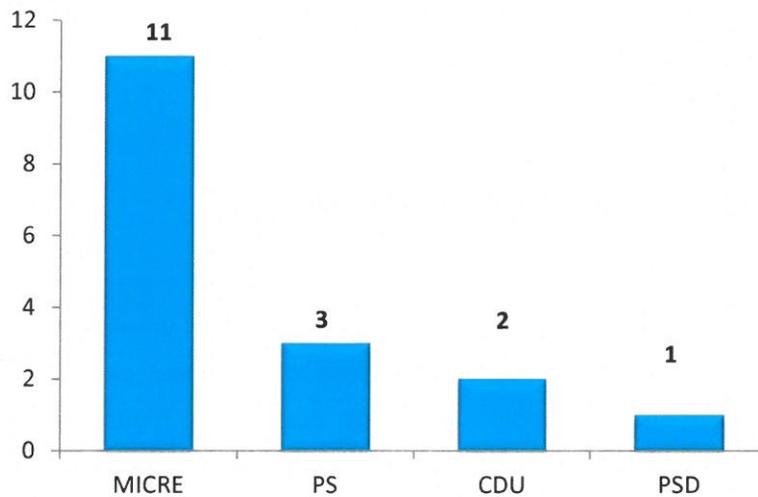
ESTRUTURA

O sistema organizativo do Município de Redondo é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz político e outra de cariz administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre o desenvolvimento da atividade Municipal.

ESTRUTURA POLÍTICA

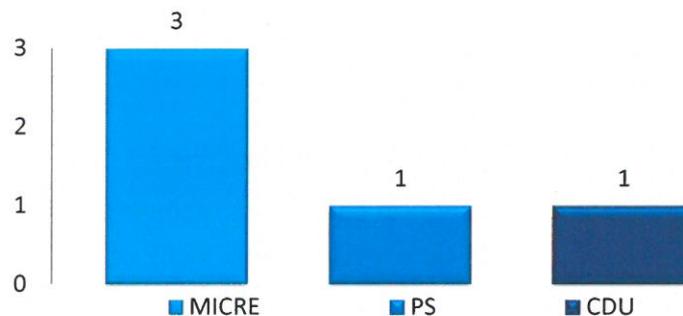
A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros, 15 eleitos diretamente e 2 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta das Freguesias.



A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores - a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Gráfico - II



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Redondo não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

O órgão de natureza consultiva e de fiscalização é a Assembleia Municipal.

Possui Mapa de Pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2010, pela Assembleia Municipal de Redondo em 22/12/2010, e o Regulamento de Organização dos Serviços, que organiza a vida interna da entidade, com base no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 242 – 16 de Dezembro de 2010, Aviso n.º 26432/2010.

SERVIÇOS DE ACESSORIA

Que asseguram a execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município e cuja composição é a seguinte:

1. Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)
2. Gabinete Técnico-Jurídico (GTJ)
3. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
4. Serviços de Informática (SI)
5. Gabinete de Informação (GI)

SERVIÇO DE APOIO

As atividades desenvolvidas pela Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro, controlo de execução orçamental e gestão administrativa de meios humanos e materiais, constituem um suporte ao funcionamento dos restantes serviços.

SERVIÇOS OPERATIVOS

O funcionamento visa a prestação de serviços à população, num conjunto de áreas de competência identificado com os grandes objetivos estratégicos da política definida pelo Executivo Municipal para o exercício do mandato. Integram estes serviços as seguintes unidades orgânicas:

1. Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD)
3. Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
4. Divisão de Obras e Equipamentos (DOE)

RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 29 de setembro de 2013, os membros do órgão executivo são os seguintes;

Presidente:

- António José Rega Matos Recto

Vereadores:

- José Manuel Mendes Portel
- Luís Fernando Gomes Faleiro



- Armindo Manuel Beira Ramalhosa
- David Manuel Palma Grave

NÚMERO DE VEREADORES

- O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência (José Manuel Mendes Portel e Armindo Manuel Beira Ramalhosa). Não possui Vereadores a meio tempo.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do Município de Redondo está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A..

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto pelas aplicações de Pessoal, Atendimento, Armazém, Património, Águas, Gestão de Obras Municipais, Ciclomotores, Cemitérios, Obras Particulares, Uso e Porte de Arma, Publicidade, Máquinas de Diversão, Feiras, Gestão de Máquinas, POCAL e SIADAP, que estão interligadas.

Para salvaguarda de toda a informação, são efetuadas cópias de segurança da base de dados, diariamente.

A aplicação de POCAL facilita a automatização da informação contabilística, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz e eficiente.

As suas funcionalidades consistem:

Módulo de configuração de tipos de despesa, receita, etc., que permite uma fácil e rápida classificação contabilística dos documentos; elaboração e gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); emissão e respetivo tratamento de documentos de forma automática, efetuando os respetivos lançamentos nos diários de movimentos, extratos, balancetes, etc., nos subsistemas de controlo orçamental, contabilidade patrimonial, contas de ordem, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, processamento de operações de fim de exercício e emissão dos documentos de Prestação de Contas.

INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

CONTRATOS DE EMPREITADA E FORNECIMENTO

O limite para a realização de obras por administração direta é de 400.000.00€, nos termos legais e fixado pelo órgão executivo em sessão ordinária de 18/10/2013 e pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 28/11/2013.

INDICADORES DE GESTÃO

Quadro – III
(Valores em Euros)

FEF atribuído ao Município 2016	4.526.937,00 €
Receitas correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	7.280.487,01 €
Despesas de capital no ano anterior ao da gerência em apreciação	980.804,64 €
Despesas com Pessoal (2016)	3.592.270,04 €
Pessoal do quadro – Regime de contrato Individual de Trabalho	1.850.003,22 €
Pessoal em qualquer outra situação	143.078,20 €
Órgãos autárquicos	88.330,92 €
Outras	1.510.857,70 €
Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)	6.712.149,20 €
Dívida de Empréstimos de Médio/Longo Prazos:	317.127,56€
Dívidas a receber de terceiros (2016)	793.431,07 €
Dívida a Terceiros (valor do balanço 31/12/2016)	601.764,28 €

OUTRAS INFORMAÇÕES

AÇÕES INSPETIVAS

Foi inspeccionado o período de 2004 a 2008 inclusivé, por parte da IGAL - Inspeção Geral da Administração Local.

Pela ordem de serviço nº 31/2012, de 05/março, foi determinada a realização de uma inspeção ordinária ao Município de Redondo, por parte da IGF – Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do plano de inspeções da ex-IGAL para 2011.

A presente ação abrangeu genericamente o biénio 2010/2011, tendo sido analisados processos relativos ao ano de 2012, sempre que tal se justificou, tendo em vista a oportunidade dos resultados das verificações.

DOCUMENTOS DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2016 foram aprovados pelo órgão executivo em 28/10/2015 e pelo órgão deliberativo em 11/11/2015.

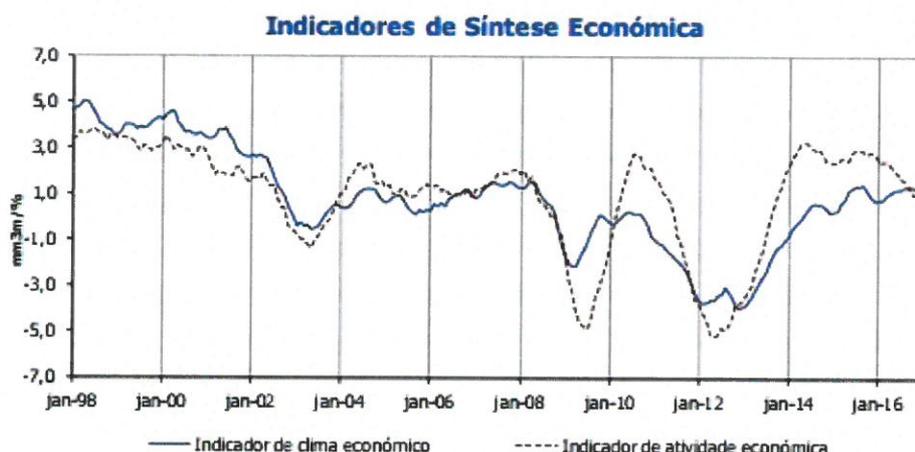
SÍNTESE ECONÓMICA DE CONJUNTURA – fevereiro de 2017

Síntese Económica de Conjuntura - Fevereiro de 2017 Em fevereiro, o indicador de confiança dos consumidores na Área Euro (AE) estabilizou, tendo o indicador de sentimento económico recuperado. No mesmo mês, os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram uma variação em cadeia de 0,3% em ambos os casos (3,5% e 1,7% em janeiro, respetivamente). Em Portugal, o indicador de atividade económica, disponível até janeiro e o indicador de clima económico, disponível até fevereiro, aumentaram. O indicador quantitativo do consumo privado estabilizou em janeiro, refletindo um contributo positivo menos expressivo da componente de consumo corrente e um contributo mais intenso da componente de consumo duradouro. O indicador de FBCF aumentou em janeiro devido ao comportamento de todas as componentes, destacando-se a de construção. Em termos nominais, as exportações e importações de bens apresentaram variações homólogas de 12,9% e 14,3% em janeiro, respetivamente (5,0% e 6,4% em dezembro). O índice de volume de negócios e o índice de produção da indústria aceleraram em janeiro, verificando-se uma aceleração do respetivo índice de preços. O índice de volume de negócios dos serviços acelerou em janeiro, enquanto o índice de produção da construção e obras públicas registou uma taxa de variação homóloga positiva. De referir que em janeiro a atividade económica foi positivamente influenciada por um efeito de dias úteis, verificando-se dois dias úteis adicionais comparativamente com igual mês de 2016. De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

74 anos), ajustada de sazonalidade, foi 10,2% em janeiro (mantendo-se inalterada face ao valor definitivo observado em dezembro e sendo inferior em 0,4 pontos percentuais à taxa observada há três meses e em 1,9 pontos percentuais à taxa registada há um ano atrás). A estimativa para a população empregada (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, apresentou um aumento de 2,4% em termos homólogos, traduzindo um ligeiro abrandamento face a dezembro (variação homóloga de 2,6%) e uma diminuição em cadeia de 0,2%. A variação homóloga mensal do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 1,6% em fevereiro (1,3% em janeiro), observando-se taxas de variação de 1,7% na componente de bens (1,4% no mês anterior) e de 1,4% na de serviços (1,3% em janeiro).

Gráfico 1



Enquadramento Externo

Países Clientes da Economia Portuguesa

O índice de produção industrial na AE desacelerou em janeiro para uma variação homóloga de 1,9% (2,1% em dezembro), suspendendo a trajetória crescente iniciada em agosto. O saldo das opiniões dos empresários da indústria transformadora dos principais países clientes da economia portuguesa sobre a evolução da sua carteira de encomendas aumentou de forma pronunciada entre novembro e fevereiro, atingindo o máximo desde abril 2008.

Confiança dos Consumidores e Sentimento Económico

Em fevereiro, o indicador de confiança dos consumidores na União Europeia (UE) manteve o movimento positivo iniciado em outubro, tendo estabilizado na AE após o aumento observado nos três meses anteriores. Os indicadores de sentimento económico na EU e na AE aumentaram em fevereiro, prolongando o perfil ascendente iniciado no final de 2012.

Câmbios

O índice cambial efetivo da AE apresentou uma diminuição homóloga de 1,5% em fevereiro, após ter aumentado nos últimos doze meses (0,7% em janeiro). A variação em cadeia situou-



se em -0,7% (+0,4% em janeiro). Face ao dólar, o euro depreciou-se nos últimos três meses em termos homólogos, registando uma variação de -4,1% em fevereiro (-2,3% no mês anterior). A variação em cadeia foi de 0,3%. Relativamente ao iene, o euro passou de uma variação homóloga de -4,8% em janeiro para -5,6% em fevereiro, interrompendo o movimento ascendente observado desde setembro. Comparativamente ao mês anterior, a variação situou-se em -1,6%. O valor do euro face à libra esterlina tem apresentado variações homólogas sucessivamente menos intensas desde o final de 2016, registando uma taxa de 9,9% em fevereiro (14,1% em janeiro).

Preços

O índice de preços de matérias-primas, denominado em dólares e divulgado pelo The Economist, registou uma variação homóloga de 17,0% em fevereiro, 2,5 p.p. superior à taxa do mês anterior, reforçando a trajetória de aceleração iniciada em fevereiro de 2016. Em fevereiro, o preço do petróleo (Brent), em euros, acelerou de forma acentuada, passando de uma variação homóloga de 37,3% em janeiro para 66,5%. Não considerando médias móveis de três meses, o preço médio do barril de petróleo fixou-se em 51,6 euros, traduzindo-se num aumento de 77,7%, em termos homólogos, e numa variação em cadeia de 0,3%. O índice de preços na produção industrial dos principais países fornecedores da economia manteve o acentuado perfil crescente (iniciado em maio), atingindo uma variação de 2,9% em termos homólogos (1,5% em janeiro). O IHPC da AE registou uma variação homóloga de 2,0% em fevereiro (1,8% em janeiro), prolongando a trajetória crescente iniciada em maio. Excluindo a energia e os bens alimentares não transformados, aquele índice aumentou 0,9%, pelo terceiro mês consecutivo. Nos EUA, a variação homóloga do IPC passou de 2,5% em janeiro para 2,7% em fevereiro, mas excluindo bens alimentares e energéticos diminuiu 0,1 p.p. para se situar em 2,2%.

Desemprego

Em janeiro, a taxa de desemprego, ajustada de efeitos sazonais, manteve-se em 9,6% na AE e diminuiu 0,1 p.p. na UE, para se fixar em 8,1% (10,4% e 8,9% em janeiro de 2016). Nos EUA, a taxa de desemprego situou-se em 4,7% em fevereiro, inferior em 0,1 p.p. à taxa do mês anterior (4,9% em fevereiro de 2016).

Contas Nacionais

De acordo com a estimativa mais recente divulgada pelo Eurostat, o PIB abrandou ligeiramente em 2016, registando variações, em volume, de 1,9% na UE e 1,7% na AE (2,2% e 2,0% em 2015, respetivamente). No 4º trimestre, a variação homóloga do PIB na UE estabilizou em 1,9% e situou-se em 1,7% na AE (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior). Na AE e na UE, o contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu no 4º trimestre, em resultado do abrandamento do Investimento para 0,9% na UE e 0,8% na AE (2,5% e 2,1% no 3º trimestre, respetivamente). O crescimento homólogo do consumo privado foi 2,2% na UE, taxa superior em 0,1 p.p. à do 3º trimestre e manteve-se em 1,8% na AE. O

contributo da procura externa líquida foi ligeiramente positivo no 4º trimestre, após ter sido negativo na UE e nulo da AE. Esta evolução refletiu principalmente a aceleração registada nas Exportações, com variações de homólogas de 3,1% na UE e 3,3% na AE. O PIB na UE e na AE registou uma variação em cadeia de 0,5% e 0,4%, respetivamente (0,4% no 3º trimestre, nas duas áreas). Nos EUA, o PIB aumentou 1,6% em 2016, menos 1.0 p.p. que em 2015. No 4º trimestre, a variação homóloga do PIB situou-se em 1,9% em volume (1,7% no 3º trimestre).

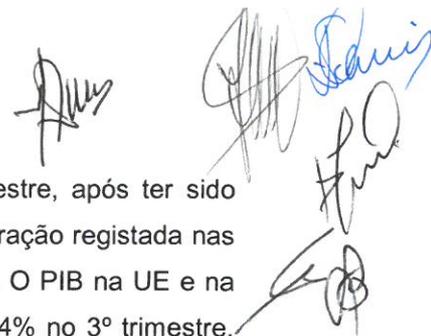


Tabela 1
PIB e componentes (vh/%)

	AE		UE	
	2016		2016	
	III	IV	III	IV
PIB	1,8	1,7	1,9	1,9
Consumo Privado	1,8	1,8	2,1	2,2
Consumo Público	1,6	1,6	1,5	1,4
FBC	2,1	0,8	2,5	0,9
Exportações	2,6	3,3	2,7	3,1
Importações	2,8	3,2	3,2	3,1

Dados em volume, ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.
Fonte: Eurostat (07/03/2017)

Gráfico 2
PIB e Desemprego na AE

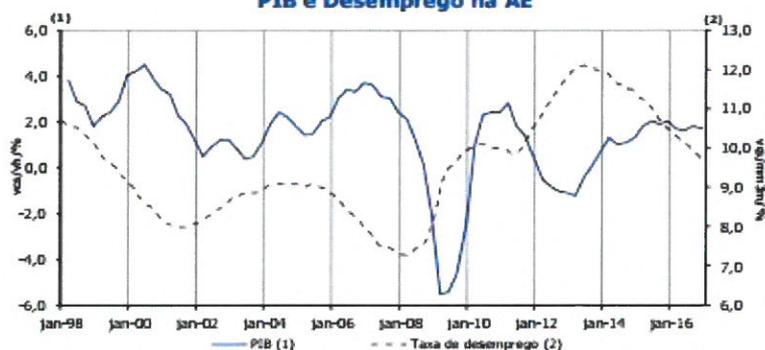


Gráfico 3
Indicadores Qualitativos na AE

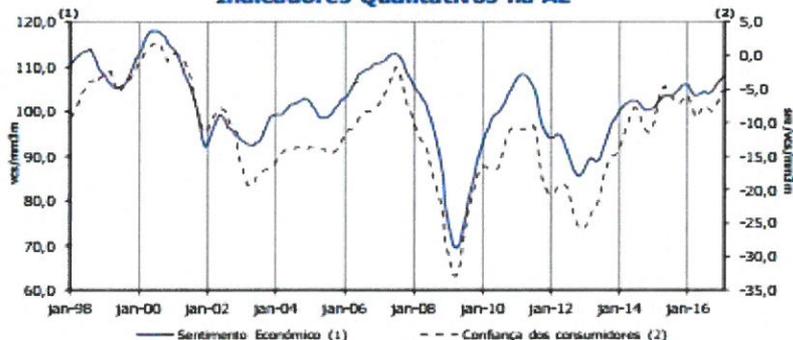
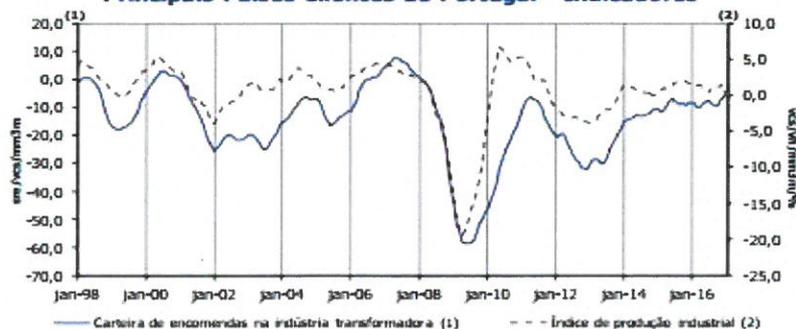


Gráfico 4
Principais Países Clientes de Portugal - Indicadores





Indicadores de Síntese

O indicador de clima económico aumentou em janeiro e fevereiro, depois de ter diminuído nos dois meses anteriores. O indicador de atividade económica aumentou em dezembro e janeiro, após ter estabilizado no mês precedente.

Em termos homólogos, a informação proveniente dos Indicadores de Curto Prazo (ICP), disponível até janeiro, continua a apontar para uma aceleração da atividade económica. Em termos nominais, este comportamento verificou-se no índice de volume de negócios dos serviços e da indústria, de forma mais significativa no último caso, sendo a aceleração observada em janeiro influenciada pelo efeito de dias úteis, uma vez que o trimestre de outubro a dezembro tem menos três dias úteis que o período homólogo, enquanto o trimestre de novembro a janeiro tem mais um dia útil que o período homólogo. No mesmo sentido, em termos reais, o índice de produção da indústria voltou a acelerar, enquanto o índice de produção da construção registou uma taxa de variação homóloga positiva pela primeira vez desde maio de 2002.

Serviços

O índice de volume de negócios nos serviços (incluindo o comércio a retalho) acelerou em janeiro pelo quinto mês consecutivo, registando uma taxa de variação homóloga de 6,8% (0,8%, 1,4%, 3,1%, 4,1% e 5,3% de agosto a dezembro, respetivamente), comportamento influenciado positivamente pelo efeito de dias úteis acima referido.

O indicador de confiança dos serviços aumentou nos últimos três meses, de forma mais significativa em fevereiro. O indicador de confiança do comércio aumentou em janeiro e fevereiro após ter diminuído nos três meses precedentes.

Indústria

O índice de volume de negócios na indústria acelerou entre novembro e janeiro, de forma significativa no último mês (influenciado positivamente pelo efeito de dias úteis referido anteriormente), em que passou de uma taxa de variação homóloga de 3,2% para 8,9% (0,1% e 1,6% em outubro e novembro). Este comportamento foi comum quer ao índice relativo ao mercado interno, que passou de uma taxa de variação de 2,7% em dezembro para 6,1%, quer ao índice relativo ao mercado externo, que acelerou significativamente de 3,9% para 12,5% em janeiro.

O índice de produção da indústria acelerou em janeiro pelo quarto mês consecutivo, passando de uma taxa de variação de 1,9% em dezembro para 3,0% (0,7% em novembro). Considerando apenas a indústria transformadora, o índice de produção registou, em janeiro, uma taxa de variação homóloga de 0,5%, a primeira taxa positiva desde abril de 2016, na sequência de quatro meses de taxas progressivamente menos negativas.

O indicador de confiança da indústria transformadora estabilizou em fevereiro no valor máximo desde março de 2008, interrompendo a trajetória positiva iniciada em junho. O saldo das



opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura global, aumentou entre novembro e fevereiro, retomando o perfil ascendente observado desde maio.

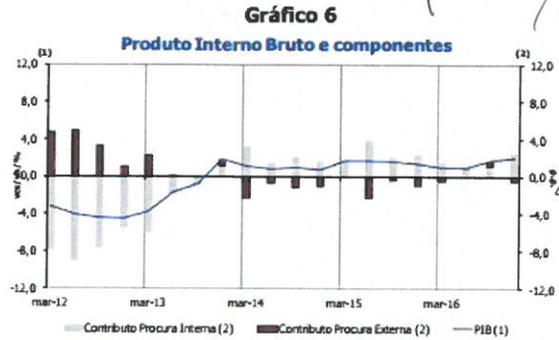
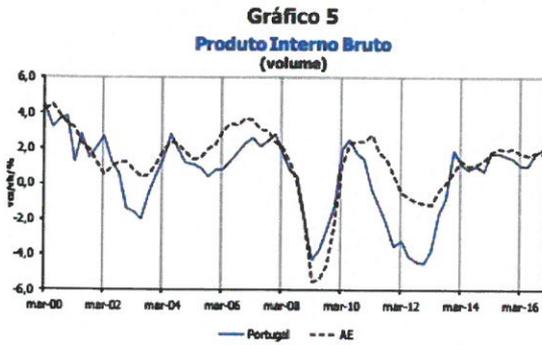
Construção

O índice de produção da construção registou em janeiro, pela primeira vez desde maio de 2002, uma taxa de variação homóloga positiva, 0,9%, após quatro meses de taxas progressivamente menos negativas. O indicador de confiança da construção e obras públicas aumentou nos dois últimos meses, de forma mais expressiva em fevereiro, retomando a trajetória crescente observada desde dezembro de 2012 e atingindo o valor máximo desde setembro de 2008.

Contas Nacionais

No 4º trimestre de 2016, o PIB em volume aumentou 2,0% em termos homólogos (1,7% no trimestre anterior). O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB, aumentou para 2,5 p.p. (1,1 p.p. no trimestre anterior) em resultado da recuperação do Investimento e de um crescimento mais intenso do consumo privado. O contributo da procura externa líquida foi negativo, -0,6 p.p., após ter sido positivo no trimestre anterior (0,6 p.p.) com as Importações de Bens e Serviços a acelerarem mais que as Exportações. Quando comparado com o terceiro trimestre, o PIB em volume apresentou uma taxa de variação de 0,6% (0,9% no trimestre anterior). O contributo da procura interna para a variação em cadeia foi positivo (1,6 p.p.), contrariamente ao verificado no trimestre anterior (-0,3 p.p.), refletindo principalmente a evolução do Investimento. Em sentido oposto, a procura externa líquida passou a registar um contributo negativo (-1,0 p.p.) devido ao forte crescimento das Importações de Bens e Serviços. No conjunto do ano de 2016, o PIB registou um aumento de 1,4% em volume (1,6% em 2015), observando-se uma diminuição do contributo da procura interna e um contributo positivo (negativo em 2015) da procura externa líquida.

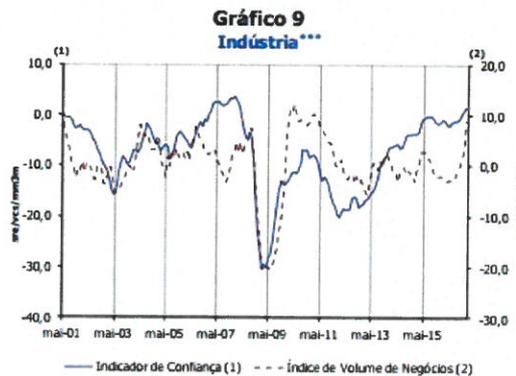
[Handwritten signatures and initials]



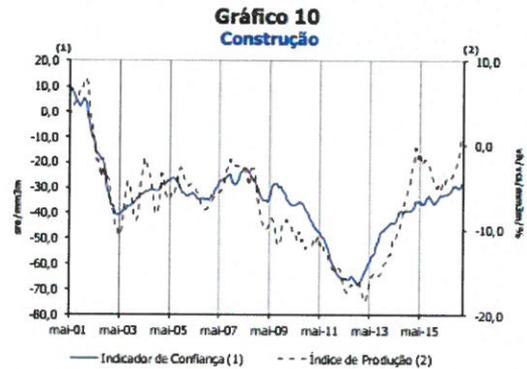
* O índice de volume de negócios inclui indústria, serviços e comércio a retalho



** O índice de volume de negócios dos serviços inclui o comércio a retalho



*** Indicador de confiança da indústria transformadora.



Consumo Privado

O indicador quantitativo

O indicador quantitativo do consumo privado estabilizou em janeiro, suspendendo a trajetória crescente observada nos três meses anteriores. A evolução do indicador resultou de um contributo positivo mais expressivo da componente de bens duradouros e de um contributo menos intenso da componente de consumo corrente.

Consumo Duradouro

O indicador de consumo duradouro acelerou em janeiro, prolongando a trajetória ascendente observada nos últimos três meses. A informação sobre as vendas de automóveis ligeiros de

passageiros, disponível até fevereiro, revelou uma desaceleração considerável em termos homólogos (12,9% no mês de referência face a 20,2% em janeiro).

Consumo Corrente

O indicador de consumo corrente desacelerou ligeiramente em janeiro, em resultado do contributo positivo menos acentuado de ambas as componentes, alimentar e não alimentar.

Indicadores Qualitativos

O indicador qualitativo do consumo, baseado nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, manteve-se inalterado em fevereiro. O indicador de confiança dos consumidores aumentou em fevereiro, prolongando a trajetória ascendente iniciada em setembro, atingindo o valor máximo da série desde março de 2000.

Contas Nacionais

De acordo com a informação das Contas Nacionais Trimestrais, o consumo privado das famílias residentes (exclui as ISFLSF) registou uma variação homóloga de 3,1% no 4º trimestre, em termos reais, o que se traduziu numa aceleração face ao crescimento de 1,9% observado no 3º trimestre. As Despesas de Consumo Final em Bens Duradouros das Famílias Residentes registaram um crescimento mais intenso, de 12,5% em termos homólogos (6,2% no 3º trimestre), com destaque para a aquisição de automóveis. As despesas em bens não duradouros e serviços aceleraram para uma variação homóloga de 2,2% no 4º trimestre (1,5% no trimestre precedente). Em 2016, o consumo privado das famílias residentes apresentou, em termos reais, um crescimento de 2,3%, traduzindo-se numa ligeira desaceleração face ao ano anterior (2,6%). Este abrandamento foi comum a ambas as componentes, tendo-se verificado variações de 1,6% nas Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens não duradouros e serviços e de 9,5% nas despesas em bens duradouros (1,7% e 11,9% em 2015, respetivamente).

Gráfico 11



Gráfico 12



Gráfico 13

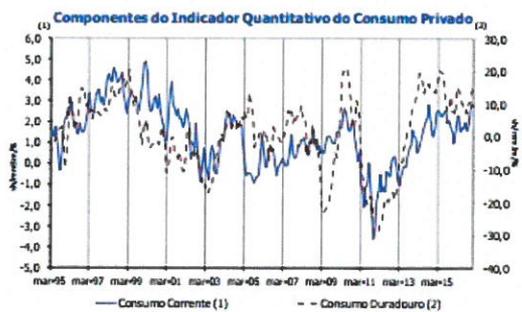
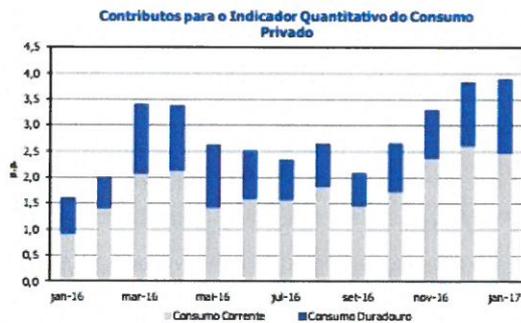


Gráfico 14



Investimento

Indicador de FBCF

O indicador de FBCF aumentou significativamente em janeiro, prolongando o movimento ascendente iniciado em novembro. A evolução observada no último mês deveu-se ao comportamento de todas as componentes, destacando-se a de construção, que apresentou um contributo significativamente mais positivo.

Construção

O indicador relativo ao investimento em construção aumentou expressivamente em janeiro, dando continuidade ao perfil ascendente iniciado em junho. Esta evolução estará influenciada

positivamente pelo efeito de dias úteis referido anteriormente. As vendas de cimento produzido em território nacional, já disponíveis para fevereiro, aumentaram de forma intensa nos últimos dois meses. As vendas de varão para betão produzido em território nacional, também com informação disponível até fevereiro, aceleraram pelo segundo mês consecutivo, contrariando a desaceleração observada em novembro e dezembro. O licenciamento para a construção de novas habitações passou de variações homólogas de 27,5% e 26,9% em novembro e dezembro, respetivamente, para 33,1% em janeiro, retomando o expressivo perfil de aceleração observado desde março de 2016. As apreciações dos empresários do setor da construção e obras públicas relativas à evolução da carteira de encomendas recuperaram em janeiro e fevereiro, prolongando o movimento ascendente iniciado há quatro anos. O saldo das opiniões relativas à atividade corrente da empresa, aumentou em fevereiro, dando continuidade à trajetória de recuperação iniciada em julho.

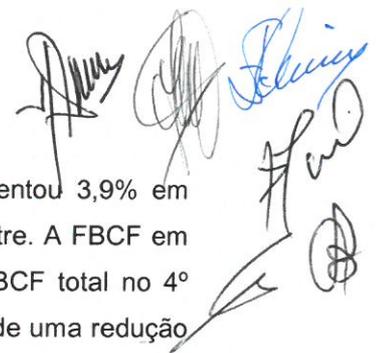
Máquinas e Equipamentos

O indicador de investimento em máquinas e equipamentos, baseado nas opiniões dos empresários do comércio por grosso de bens de investimento, recuperou entre dezembro e fevereiro, após ter-se agravado nos três meses precedentes. No mês de referência, esta evolução deveu-se ao aumento do saldo das opiniões e das expectativas relativas à atividade da empresa e das apreciações sobre o volume de vendas, uma vez que as perspectivas de encomendas a fornecedores registaram um agravamento. As importações de máquinas e outros bens de capital e seus acessórios (excluindo material de transporte) aceleraram intensamente em janeiro, passando de variações homólogas de 10,5% e 11,8% em novembro e dezembro, respetivamente, para 18,1%.

Material de Transporte

O indicador referente ao investimento em material de transporte (inclui apenas a componente automóvel) aumentou entre novembro e janeiro, interrompendo o expressivo perfil descendente iniciado em março de 2016. A evolução do indicador no último mês refletiu o comportamento de todas as componentes excetuando as vendas de veículos pesados, que apresentaram um contributo positivo menos expressivo. É de referir que as vendas de veículos comerciais ligeiros, já disponíveis para fevereiro, aceleraram no mês de referência, registando taxas de 7,3%, 16,5% e 21,0% entre dezembro e fevereiro, respetivamente. As vendas de veículos pesados também aceleraram em fevereiro, passando de uma variação homóloga de 2,4% em janeiro para 7,4% (variação de 19,4% em dezembro). É ainda de salientar que as importações de material de transporte passaram de uma variação homóloga de 15,3% em dezembro para 22,0% em janeiro, reforçando a aceleração observada anteriormente. Esta aceleração resultou de um contributo mais positivo das importações de automóveis para transporte de passageiros e de partes, peças separadas e acessórios.

Contas Nacionais



De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, a FBCF em volume aumentou 3,9% em termos homólogos no 4º trimestre, após uma diminuição de 0,1% no 3º trimestre. A FBCF em Construção foi a componente que mais contribuiu para a recuperação da FBCF total no 4º trimestre, registando um aumento homólogo de 1,7% em termos reais, depois de uma redução de 3,4% no trimestre precedente. Destacou-se também o contributo positivo da FBCF em Equipamento de Transporte, que passou de uma variação homóloga de 0,6%, em volume, no 3º trimestre para 15,3%. A FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual registou um aumento homólogo de 0,9%, após uma diminuição de 1,8% no 3º trimestre. Por sua vez, a FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos registou, no 4º trimestre, um crescimento homólogo de 6,9%, variação próxima da observada no 3º trimestre (7,0%).

Em 2016, a FBCF diminuiu 0,3% em volume (aumento de 4,5% em 2015). A FBCF em Construção foi a componente que mais contribuiu para a redução da FBCF total em 2016, com uma variação de -2,2% em volume, que compara com o aumento de 4,1% observado no ano precedente. A FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos e a FBCF em Equipamento de Transporte apresentaram fortes abrandamentos, passando de aumentos de 6,0% e 24,2% em 2015, respetivamente, para 1,4% e 8,8% em 2016. Finalmente, a FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual apresentou uma diminuição menos intensa, que se situou em -1,2% (taxa de -3,5% em 2015).

Gráfico 15
Indicador de FBCF

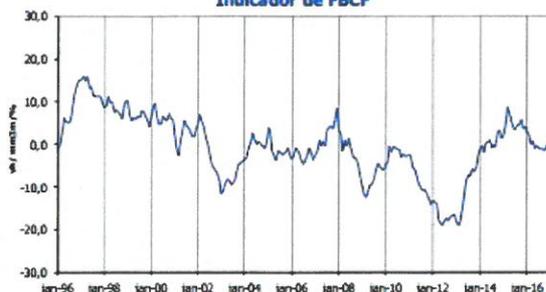


Gráfico 16

Contributos para o indicador de FBCF

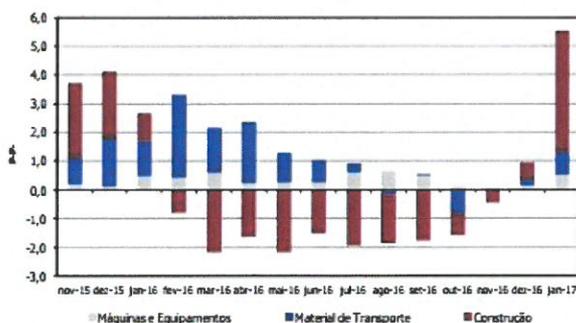


Gráfico 17

Indicador de FBCF em máquinas e equipamentos

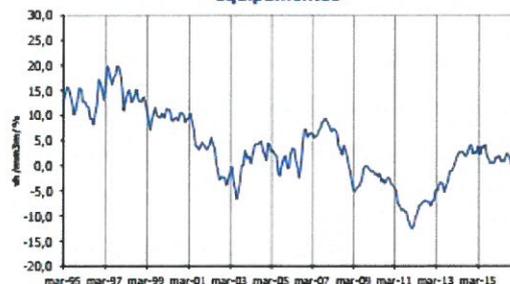


Gráfico 18

Indicador de FBCF em construção

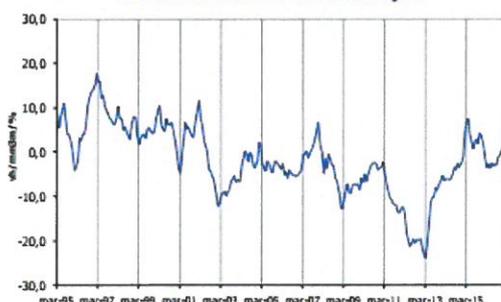
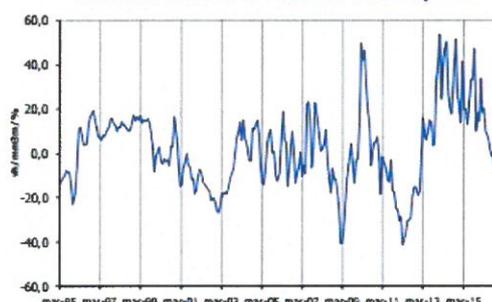


Gráfico 19

Indicador de FBCF em material de transporte



Procura Externa

Indicadores Qualitativos

O saldo das apreciações relativas à procura externa, considerando as empresas com produção orientada para o mercado externo, aumentou em janeiro e fevereiro, suspendendo o ténue movimento descendente verificado nos três meses precedentes.

Exportações de Bens

De acordo com os resultados preliminares do comércio internacional de bens, em termos nominais, as exportações cresceram expressivamente em janeiro, passando de uma variação homóloga de 5,0% em dezembro para 12,9%, registando a taxa mais elevada desde novembro de 2011. Esta evolução refletiu, parcialmente, o efeito de dois dias úteis adicionais no mês de janeiro de 2017 em comparação com o mês homólogo de 2016.

Em janeiro, a evolução das exportações de bens resultou sobretudo do aumento do contributo positivo das exportações de bens de consumo e de bens intermédios. Excetuando os combustíveis, as exportações de bens passaram de uma variação homóloga de 4,1% em dezembro para 11,4% em janeiro, atingindo a taxa máxima desde novembro de 2011.

As exportações nominais de bens com destino à AE apresentaram um crescimento homólogo de 10,8% em janeiro (3,7% em dezembro), observando-se a taxa máxima desde outubro de 2011. Por sua vez, a taxa de variação homóloga das exportações nominais de bens extracomunitárias situou-se em 19,6% em janeiro (8,4% em dezembro), prolongando o movimento ascendente iniciado em setembro de 2011.

Importações de Bens

As importações nominais de bens aumentaram 14,3% em termos homólogos em janeiro (variação de 6,4% em dezembro), observando-se a taxa mais elevada desde fevereiro de 2011. Esta evolução refletiu, parcialmente, o efeito de dois dias úteis adicionais no mês de janeiro de 2017 em comparação com o mês homólogo de 2016.

Em janeiro, a aceleração das importações de bens, resultou sobretudo do contributo positivo das importações de combustíveis, do material de transporte e dos bens de investimento. Excetuando os combustíveis, as importações de bens passaram de uma variação homóloga de 6,2% em dezembro para 11,5% em janeiro, registando a taxa mais elevada desde fevereiro de 2011.

As importações nominais de bens com origem na AE apresentaram um crescimento homólogo desde agosto, registando-se uma variação de 11,5% em janeiro (6,0% em dezembro). As importações extracomunitárias cresceram significativamente em janeiro, passando de uma variação homóloga de 6,1% em dezembro para 21,6%, observando-se a taxa máxima desde maio de 2011.

Contas Nacionais

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, as exportações e as importações de bens, em termos nominais, passaram de variações homólogas de 1,6% e 0,7% no 3º trimestre de 2016, para 6,2% e 7,8% no 4º trimestre, respetivamente. Em volume, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas de 6,6% e 7,6% no 4º trimestre (5,8% e 4,2% no trimestre anterior, pela mesma ordem).

No 4º trimestre, os deflatores das exportações e das importações de bens apresentaram variações homólogas de -0,4% e 0,1% (variações de -4,0% e -3,4% no trimestre precedente). Excluindo o petróleo bruto e os produtos petrolíferos refinados, o deflator das exportações de bens passou de uma variação homóloga de -2,6% no 3º trimestre para -1,0% no 4º trimestre e o deflator das importações de bens registou taxas de -1,7% e 0,0% no 3º e no 4º trimestre, respetivamente.

As exportações e as importações de serviços apresentaram uma variação homóloga de 6,5% e 7,2%, em termos nominais, no 4º trimestre de 2016 (5,3% e 2,2% no trimestre anterior,



respetivamente). Por sua vez, as exportações e as importações de serviços, em volume, registaram variações homólogas de 5,9% e 5,7% (taxas de 5,0% e 1,8% no 3º trimestre, pela mesma ordem).

Para o conjunto do ano 2016, as exportações de Bens e Serviços em volume aumentaram 4,4% (variação de 6,1% em 2015), observando-se uma desaceleração da componente de bens (taxas de 6,6% e 4,7% em 2015 e 2016, respetivamente). As exportações de serviços também desaceleraram, passando de uma variação de 4,8% em 2015 para 3,6%. As Importações de Bens e Serviços registaram um aumento de 4,4% em 2016 (taxa de 8,2% em 2015), em resultado da desaceleração de ambas as componentes. As importações de bens registaram uma taxa de 4,7% (8,5% no ano anterior), enquanto as importações de serviços registaram variações de 6,4% e 2,0% em 2015 e 2016, respetivamente.

Gráfico 20
Comércio Internacional de Bens
(em valor)

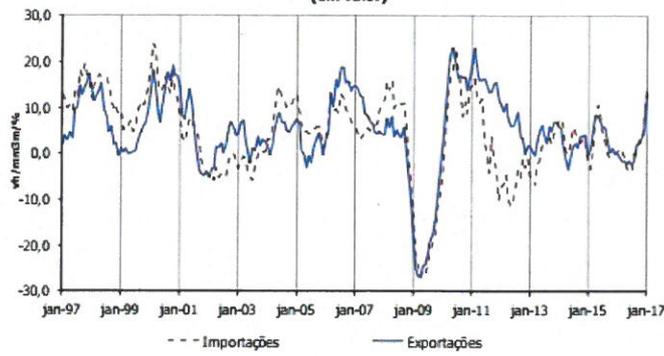


Gráfico 21
Indicadores de Procura Externa

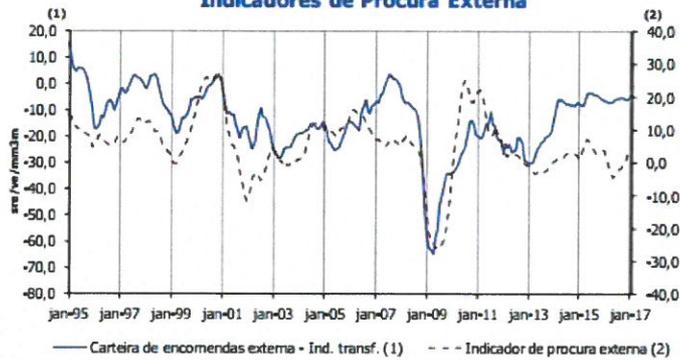


Gráfico 22
Importações de Bens
(em valor)

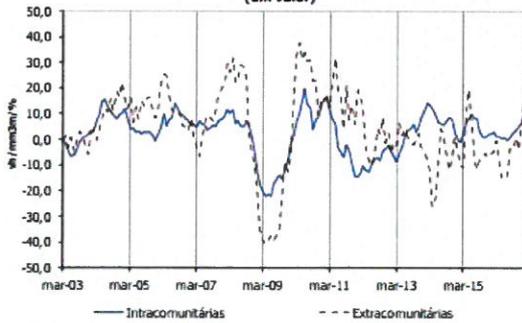
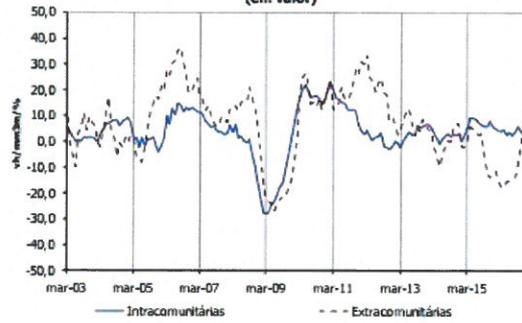


Gráfico 23
Exportações de Bens
(em valor)



Mercado de Trabalho

Inquérito ao Emprego

De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, foi de 10,2% em janeiro, mantendo-se inalterada face ao valor definitivo observado em dezembro (taxas de 10,6% em outubro e 12,1% em janeiro de 2016).

A população empregada (15 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, registou um crescimento homólogo de 2,4% em janeiro, traduzindo um ligeiro abrandamento face a dezembro (variação homóloga de 2,6%) e uma diminuição em cadeia de 0,2%.

Indicadores de Síntese

O indicador de emprego dos ICP apresentou em janeiro um crescimento homólogo de 2,7%, 0,3 p.p. superior ao observado no mês anterior, reforçando o perfil ascendente iniciado em abril e atingindo um novo máximo da série.

O indicador qualitativo baseado nas expectativas dos empresários sobre a evolução do emprego aumentou de forma expressiva entre novembro e fevereiro, alcançando o valor máximo da série.

Serviços

Em janeiro, o indicador de emprego nos serviços (incluindo o comércio a retalho) apresentou uma variação homóloga de 3,1% (2,8% em dezembro), prolongando a trajetória ascendente iniciada em abril e registando a variação mais elevada desde novembro de 2001.

Em fevereiro, o saldo das perspetivas de emprego nos serviços manteve um perfil ascendente, atingindo o valor máximo da série. No comércio, as expectativas de emprego estabilizaram em fevereiro, depois da recuperação verificada nos dois meses anteriores.

Indústria

Em janeiro, o indicador de emprego na indústria registou uma variação homóloga de 2,2% (2,1% em dezembro), mantendo o movimento ascendente e fixando um novo máximo da série. As expectativas de emprego na indústria transformadora recuperaram em janeiro e fevereiro, após o agravamento verificado entre setembro e dezembro.

Construção e Obras Públicas

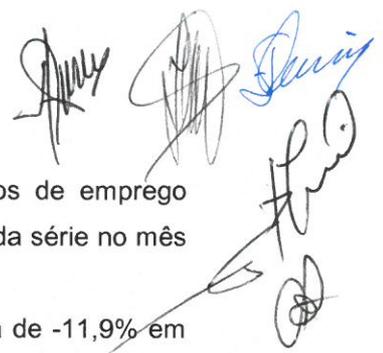
O indicador de emprego da construção e obras públicas apresentou um crescimento homólogo de 1,2% em janeiro (variação de -0,2% em dezembro), depois de ter apresentado variações negativas desde agosto de 2002.

O sre das expectativas de emprego na construção aumentou em dezembro e janeiro, de forma mais significativa no último mês.

Consumidores

O sre das expectativas relativas à evolução do desemprego diminuiu significativamente desde setembro, atingindo em fevereiro o valor mínimo da série.

Centros de Emprego – IEFP



Em janeiro, as ofertas de emprego registadas ao longo do mês nos centros de emprego diminuíram 37,1% em termos homólogos, após ter registado a taxa mais baixa da série no mês anterior (-38,5%).

O desemprego registado ao longo do mês apresentou uma variação homóloga de -11,9% em janeiro (-11,8% em dezembro), mantendo o movimento descendente iniciado em agosto de 2015 e atingindo o mínimo desde março de 2011.

Remunerações Médias

Segundo o MSSS, as remunerações médias mensais declaradas por trabalhador à Segurança Social registaram em janeiro uma variação homóloga de 1,5%, o que traduziu uma desaceleração face ao mês anterior (2,1%).

Gráfico 24
Desemprego

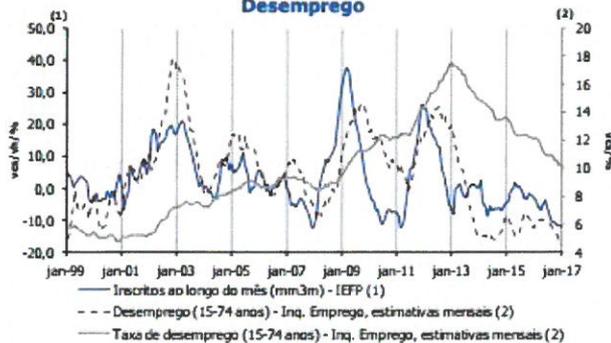


Gráfico 25
Emprego



Gráfico 26

Indicadores Síntese - Emprego

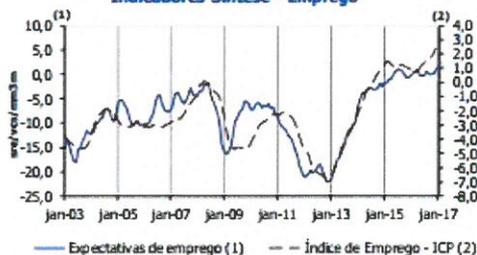


Gráfico 27

Serviços



* Índice de emprego - ICP inclui o comércio a retalho

Gráfico 28

Indústria**



** Expectativas de emprego referem-se à indústria transformadora

Gráfico 29

Construção e Obras Públicas



Preços

IPC

A variação homóloga do IPC passou de 1,3% em janeiro para 1,6% em fevereiro. As classes com maior contribuição positiva para a variação homóloga do IPC foram as de "Transportes" e de "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas", com variações homólogas de 5,9% e 2,4%, respetivamente (5,4% e 1,3% em janeiro). A classe com contributo negativo mais relevante para a variação homóloga do IPC foi a de "Vestuário e Calçado", com uma variação homóloga de -1,8% (-0,7% no mês anterior).

A taxa de variação média dos últimos doze meses do IPC estabilizou em 0,7% em fevereiro, mais 0,1 p.p. que entre maio e dezembro.

IPC de Bens e Serviços

No mês de referência, o índice da componente de bens registou uma variação homóloga de 1,7% (1,4% em janeiro). Por sua vez, a variação homóloga do índice da componente de serviços do IPC apresentou um crescimento homólogo de 1,4% (1,3% nos três meses precedentes).

A taxa de variação média nos últimos doze meses da componente de bens do IPC apresentou um crescimento médio de 0,2% em fevereiro (0,1% em janeiro). No caso da componente de serviços, a taxa situou-se em 1,5% nos últimos onze meses (1,4% em fevereiro e março de 2016).

Indicador de Inflação Subjacente

O indicador de inflação subjacente (IPC total excluindo bens energéticos e alimentares não transformados) apresentou em fevereiro uma taxa de variação homóloga de 0,6%, mais 0,1 p.p. que nos dois meses anteriores.

A taxa de variação média nos últimos doze meses fixou-se em 0,7% entre novembro e fevereiro (0,8% nos três meses anteriores).

IHPC

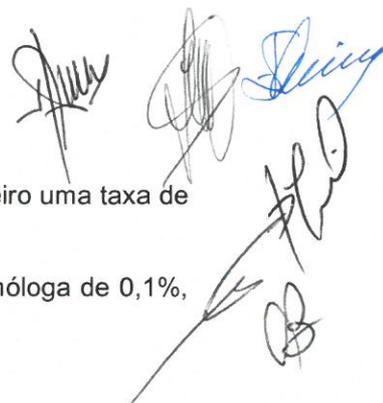
O IHPC, cuja estrutura de ponderação difere da do IPC por incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior, apresentou uma taxa de variação homóloga de 1,6% em fevereiro (1,3% no mês anterior). O diferencial entre a taxa de variação homóloga do IHPC de Portugal e do IHPC da AE diminuiu para -0,4 p.p. (-0,5 p.p. em janeiro). Por sua vez, a taxa de variação média nos últimos doze meses deste índice aumentou para 0,8% em fevereiro (0,7% em janeiro). Nos últimos dois meses, esta taxa foi superior em 0,3 p.p. à da

AE. Indicadores Qualitativos

O saldo das opiniões dos consumidores sobre a evolução passada dos preços aumentou em fevereiro, prolongando o movimento ascendente iniciado em novembro. As perspetivas de evolução futura dos preços aumentaram nos últimos dois meses, após terem diminuído em dezembro.

O saldo das expectativas de evolução dos preços praticados pelas empresas aumentou em fevereiro na construção e obras públicas, comércio e serviços, e diminuiu na indústria transformadora. Não considerando médias móveis de três meses, este saldo aumentou na construção e obras públicas e nos serviços, tendo diminuído nos restantes setores.

IPPI



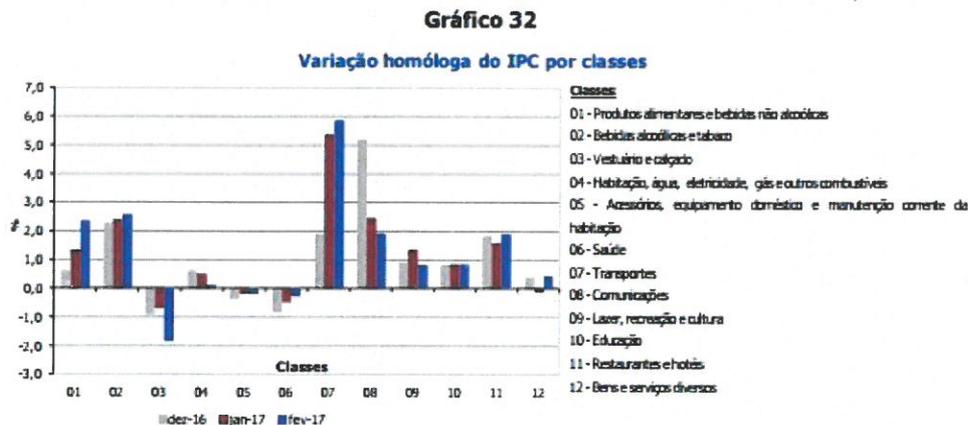
O índice de preços na produção da indústria transformadora registou em fevereiro uma taxa de variação homóloga de 2,3% (1,1% no mês anterior).

Excluindo a componente energética, este índice apresentou uma variação homóloga de 0,1%, mais 0,3 p.p. que em janeiro.

Índice Cambial Efetivo

O índice cambial efetivo nominal para Portugal apresentou uma variação em cadeia nula em janeiro (-0,2% nos dois meses anteriores). Em termos homólogos, este índice passou de uma variação de 0,7% em dezembro para 0,4% em janeiro.

[Handwritten signatures and notes]



Síglas, Notas e Fontes

SINAIS CONVENCIONAIS

- não disponível
- % Percentagem

SIGLAS E ABREVIATURAS

ALAP	Associação Automóvel de Portugal	ISFLSF	Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias
AE	Área Euro (18)	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AKAL	Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor	mm3m	Média móvel de 3 meses
BCE	Banco Central Europeu	mm2t	Média móvel de 2 trimestres
BdP	Banco de Portugal	mm4t	Média móvel de 4 trimestres
CAE Rev. 3	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3	mm12m	Média móvel de 12 meses
CGCE	Classificação das Grandes Categorias Económicas Rev. 3	MSSS	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
CIMPOR	CIMPOR, Cimentos de Portugal, S.A.	Neg.	Negócios
CNE	Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A.	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Com.	Comércio	PiB	Produto Interno Bruto
Const.	Construção	Prod.	Produção
CISI	Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional	Prov.	Provisório
DG ECFIN	<i>Directorate-General for Economic and Financial Affairs</i>	μ.μ.	Pontos percentuais
EIA	<i>Energy Information Administration</i>	REN	Redes Energéticas Nacionais, SGPS
Equip.	Equipamento	SECIL	Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
EUA	Estados Unidos da América	SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo	SN	Siderurgia Nacional, S.A.
FOB	<i>Free on Board</i>	SRE	Saldo de Respostas Extremas
ICP	Indicadores de Curto Prazo	Transf.	Transformadora
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional	UE	União Europeia (28)
IES	Informação Empresarial Simplificada	va	Variação anualizada
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	vc	Variação em cadeia
II/MSSS	Instituto de Informática do MSSS	vcs	Valores corrigidos de sazonalidade
Ind.	Indústria	ve	Valores efetivos
INE	Instituto Nacional de Estatística, IP	vh	Variação homóloga
Inv.	Investimento	vol.	Volume
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IPI	Índice de Produção Industrial		
IPPI	Índice de Preços de Produção na Indústria Transformadora		

NOTAS

Com exceção de situações devidamente identificadas, os valores que constam nos quadros e gráficos e ainda outros que também sirvam de referência para a análise são, no caso das séries quantitativas, *vh* sobre *mm3m* ou, no caso das séries qualitativas, *mm3m* de *vcs* ou *ve*.

As colunas referentes à informação anual correspondem a *mm12m*, com exceção das variáveis que se apresentam como *vh* sobre *stocks* em que o valor anual corresponde à variação do saldo em fim de ano.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADA	TX.REAL.	RECEBIDA	TX.REAL.
CORRENTE	7.193.528,00 €	6.764.681,24 €	94%	6.915.138,39 €	96%
CAPITAL	1.255.972,00 €	1.720.050,48 €	137%	1.720.050,48 €	137%
OUTRAS	2.211.162,37 €	2.218.307,01 €	100%	2.218.307,01 €	100%
TOTAL	10.660.662,37 €	10.703.038,73 €	100%	10.853.495,88 €	102%

DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REAL.	PAGA	TX.REAL.
CORRENTES	7.239.350,00 €	6.892.165,47 €	95%	6.606.350,91€	91%
CAPITAL	3.421.312,37€	1.423.712,20 €	42%	1.028.002,37€	30%
TOTAL	10.660.662,37 €	8.315.877,67 €	78%	7.634.353,28€	72%

SALDO DE TESOURARIA ORÇAMENTAL	DO ANO	ACUMULADO
RECEBIDA - PAGA	3.219.142,60€	5.429.804,97€

SALDO CONTABILISTICO	DO ANO	ACUMULADO
LIQUIDADA - COMPROMETIDA	2.387.161,06 €	4.597.823,43 €

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NAO PAGOS	681.524,39€
---	-------------

FACT. EM RECEÇÃO E CONFER ÊNCIA	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	0	0	0

TOTAL DE FACTURAS POR PAGAR	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	82.153,22 €	786.317,56€	868.470,78€

TOTAL DE FACTURAS POR VENCIMENTO	VENCIDAS	A 30 DIAS	SUPERIOR
	95.555,96€	772.914,82,6€	0

EMPRESTIMOS OBTIDOS	SALDO INICAL	DEBITOS DO ANO	CREDITOS DO ANO	SALDO FINAL
A CURTO PRAZO	0	0	0	0
A LONGO E MEDIO PRAZO	345.957,34 €	57.658,36€	28.828,58€	317.127,56€

ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Pretende-se, neste capítulo proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2016, nomeadamente, no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

Quadro – IV

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
(TRIÉNIO 2014/2016)**

Un. Euros

ANO	NATUREZA a)	RECEITAS			DESPESAS		
		Previstas b)	Cobradas c)	Taxa exec.	Previstas b)	Pagas	Taxa exec.
1	2	3	4	5=(4/3*100)	6	7	8=(7/6*100)
2014	Saldo inicial	2 484 626	2 484 626	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	2 820	282,00			
	Correntes	6 990 000	6 971 226	99,73	7 815 626	7 162 330	91,64
	Capital	1 979 000	887 273	44,83	3 639 000	1 164 479	32,00
	Total	11 454 626	10 345 945	90,32	11 454 626	8 326 809	72,69
2015	Saldo inicial	2 019 136	2 019 136	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	532	375	70,49			
	Correntes	7 232 028	7 280 488	100,67	8 183 836	7 011 361	85,67
	Capital	1 399 440	902 829	64,51	2 467 300	980 805	39,75
	Total	10 651 136	10 202 828	95,79	10 651 136	7 992 166	75,04

2016	Saldo inicial	2 210 662	2 210 662	100,00		
	Reposições não abatidas nos pagamentos	500	7 645	1528,93		
	Correntes	7 193 528	6 915 138	96,13	6 606 351	91,26
	Capital	1 255 972	1 720 050	136,95	1 028 003	30,05
	Total	10 660 662	10 853 496	101,81	7 634 354	71,61
OBSERVAÇÕES:						
a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capítulos da classificação econômica.						
b) No orçamento final modificado.						
c) Receita cobrada bruta.						

RECEITAS

O total geral da receita cobrada pelo Município de Redondo apresenta o montante de 10.853.496€ (101,8% de execução), dos quais 6.915.138€ correspondem a receitas correntes (63,7% do total da receita), 1.720.050€ correspondem a receitas de capital (15,8% do total da receita) e 2.218.307€ outras receitas (inclui o saldo da gerência anterior) com 20,44%.

Quadro – V

TAXAS DE EXECUÇÃO ANUAL DA RECEITA NO TRIÊNIO DE 2014/2016

RUBRICAS	PREVISÃO / EXECUÇÃO		
	2014	2015	2016
Saldo inicial	100,0%	100,0%	100,0%
Reposições não Abat. aos Pag.tos	282,0%	70,5%	1528,9%
Receita Corrente	99,7%	100,7%	96,1%
Receita de Capital	44,8%	64,5%	137,0%
Receita Total Disponível	90,3%	95,8%	101,8%

A execução orçamental da receita atingiu os 101,8%, relativamente à receita cobrada bruta.

RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com 66,25%, 4.581.537,72€, seguindo-se os impostos diretos com 12,7%, 882.219,87€ a venda de bens e serviços correntes com 10,9%, 752.079,01€, e os rendimentos de propriedade com 6,55%, 453.061,65€.

RECEITAS DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 1.682.230,48€ correspondem a transferências de capital 97,8% e 37.820,00€ correspondem a venda de bens de investimento 2,2%.

DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município de Redondo apresenta o montante 7.634.353,28€, dos quais 6.606.350,91€ são despesas correntes 86,5% do total da despesa e 1.028.002,07€ são despesas de capital 13,5% do total da despesa.

DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com pessoal que maior peso detém com 47,1% 3.592.270,04€, seguindo-se as despesas com aquisição de bens e serviços com 33,0% 2.511.919,29€.

DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital são as aquisições de bens que maior peso detém com 92,7%, 940.057,49€ seguindo-se a rubrica de ativos financeiros com 5,1% 51.869,00€.

SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de Receitas e Despesas realizadas, resultou um saldo orçamental de 1.008.480,23€ e um saldo de gerência de 3.219.143€, que transitará para a gerência seguinte.

ÓTICA ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A execução orçamental da despesa atingiu os 71,6%.

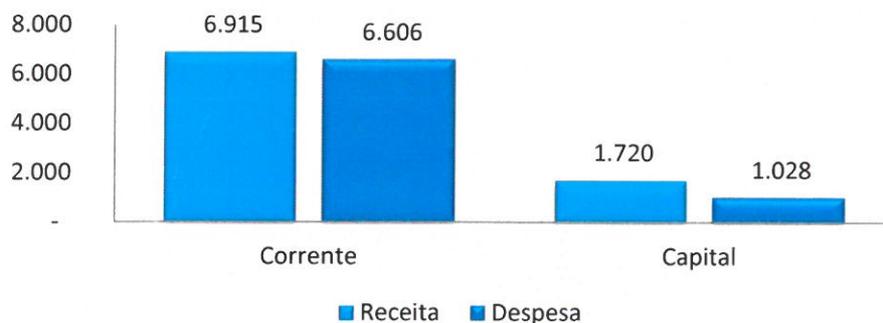
Quadro – VI

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA MUNICIPAL - TRIÊNIO DE 2014/2016

RUBRICAS	VALORES ABSOLUTOS (Euros) (execução)			TAXA DE VARIAÇÃO (evolução da execução)	
	2014	2015	2016	2014/2015	2015/2016
1 - Saldo inicial	2 484 626	2 019 136	2 210 662	-18,73%	9,49%
2 - Reposições não Abat. aos Pag.tos	2 820	375	7 645	-86,70%	1938,57%
3 - Receita Corrente	6 971 226	7 280 488	6 915 138	4,44%	-5,02%
4 - Despesa Corrente	7 162 330	7 011 361	6 606 351	-2,11%	-5,78%
5 - Receita de Capital	887 273	902 829	1 720 050	1,75%	90,52%
6 - Despesa de Capital	1 164 479	980 805	1 028 003	-15,77%	4,81%
7 - Receita Total Disponível (1+2+3+5)	10 345 945	10 202 828	10 853 496	-1,38%	6,38%
8 - Despesa Total (4+6)	8 326 809	7 992 166	7 634 354	-4,02%	-4,48%



Gráfico III



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Neste ponto tratamos da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano. O PPI deve ser organizado e estruturado por objetivos, programas, projetos e, eventualmente, ações e elaborado numa base móvel de 4 anos. Assim, O PPI elaborado em 2013 correspondeu ao quadriênio de 2014 a 2017 e reflete os consumos financeiros dos projetos iniciados em 2016, com percussões financeiras e de tesouraria, nesse ano ou em anos subsequentes. Traduzem, ainda, os gastos monetários de projetos iniciados em anos económicos anteriores mas, cuja execução material e ou financeira se projeta em 2016 ou mesmo para além desta data. Com esta informação é possível determinar os projetos/ações que se concluem no ano económico em apreço, e quais os que continuam nos anos seguintes, bem como qual o montante total despendido em cada projeto/ação, já iniciado ou a iniciar, neste caso, em 2016.

Na medida em que o Plano Plurianual de Investimentos é elaborado de acordo com a classificação funcional (Ponto 10.1 do POCAL), isso permite analisar as principais divisões de despesas. Em primeiro lugar, as **funções gerais**, que dizem respeito a administração geral, proteção civil. Em segundo lugar, as **funções sociais** dizem respeito a educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos (incluindo ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água), cultura e desporto. Em terceiro lugar, as **funções económicas** de investimentos em agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo. Por último, as **outras funções** que agrupam as operações da dívida autárquica e as transferências entre administrações. O Quadro seguinte mostra essa distribuição global, revelando os valores percentuais para apreender a importância relativa de cada uma das quatro grandes categorias.

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Importa enfatizar o desempenho global na ordem dos 29,45% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem de um milhão de euros e compromissos de 1.394 mil euros, em 2014 o PPI teve uma execução de 952 mil euros, 25,15% da dotação total.

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – VII
(Valores em euros)

OBJ PROG	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		EXEC. FINANC	EXEC. FINANC
		ANOS			ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
		ANO	SEGUINTE	TOTAL			% (a)	% (b)
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	629.500,00 €	1.020.000,00 €	1.649.500,00 €	412.617,96 €	412.617,96 €	65,55%	25,01%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	25.900,00 €	54.000,00 €	79.900,00 €	9.042,96 €	9.042,96 €	34,91%	11,32%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	18.500,00 €	52.500,00 €	71.000,00 €	386,22 €	386,22 €	2,09%	0,54%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	15.500,00 €	1.127.500,00 €	1.143.000,00 €	217,88 €	217,88 €	1,41%	0,02%
2.4.1.	HABITAÇÃO	6.000,00 €	18.000,00 €	24.000,00 €	996,76 €	996,76 €	16,61%	4,15%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	389.162,37 €	62.000,00 €	451.162,37 €	230.019,02 €	230.019,02 €	59,11%	50,98%
2.4.3.	SANEAMENTO	31.000,00 €	69.000,00 €	100.000,00 €	9.331,24 €	9.331,24 €	30,10%	9,33%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	157.500,00 €	179.500,00 €	337.000,00 €	121.553,97 €	121.553,97 €	77,18%	36,07%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	19.500,00 €	28.500,00 €	48.000,00 €	11.667,48 €	11.667,48 €	59,83%	24,31%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	315.500,00 €	351.000,00 €	666.500,00 €	42.602,34 €	42.602,34 €	13,50%	6,39%
2.5.1.	CULTURA	252.767,74 €	408.500,00 €	661.267,74 €	5.508,16 €	5.508,16 €	2,18%	0,83%
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	120.500,00 €	110.500,00 €	231.000,00 €	35.810,43 €	35.810,43 €	29,72%	15,50%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	8.000,00 €	22.500,00 €	30.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
3.1.1.	CAMINHOS AGRÍCOLAS	35.000,00 €	90.000,00 €	125.000,00 €	6.150,06 €	6.150,06 €	17,57%	4,92%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
3.2.2.	ENERGIA	26.500,00 €	169.500,00 €	196.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIÁRIOS	1.106.000,00 €	2.615.000,00 €	3.721.000,00 €	60.899,73 €	60.899,73 €	5,51%	1,64%
3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	4.000,00 €	12.000,00 €	16.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	159.183,48 €	313.866,96 €	473.050,44 €	249,69 €	249,69 €	0,16%	0,05%
3.4.2.	TURISMO	10.500,00 €	33.000,00 €	43.500,00 €	249,69 €	249,69 €	2,38%	0,57%
4.2.1.	RELAÇÕES COM OUTRAS ESTRUTURAS	9.000,00 €	25.500,00 €	34.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
4.3.1.	CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	51.869,00 €	259.345,45 €	311.214,45 €	51.869,00 €	51.869,00 €	100,00%	16,67%
	TOTAL GERAL.	3.392.382,59 €	7.021.712,41 €	10.414.095,00 €	999.172,59 €	999.172,59 €	29,45%	9,59%

De seguida, apresenta-se uma análise do investimento de 2013, 2014, 2015 e 2016:

Quadro – VIII

(Valores em Euros e arredondados)

INVESTIMENTOS		ANOS				2014/2015	2015/2016
Aquisição de bens de capital		2013	2014	2015	2016	(%)	(%)
70101	TERRENOS	102.356 €	21.783 €	- €	19.800 €	-100,00%	100,00%
70102	HABITAÇÕES	12.362 €	3.640 €	2.230 €	997 €	-38,73%	-55,30%
70103	EDIFÍCIOS	65.422 €	83.335 €	92.516 €	433.584 €	11,02%	368,66%
70104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	89.454 €	239.919 €	20.963 €	44.751 €	-91,26%	113,48%
70106	MATERIAL DE TRANSPORTES	188.977 €	144.005 €	44.734 €	129.992 €	-68,94%	190,59%
70107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	22.594 €	5.518 €	66.307 €	14.028 €	1101,56%	-78,84%
70108	SOFTWARE INFORMÁTICO	85.609 €	18.630 €	48.746 €	24.142 €	161,65%	-50,47%
70109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.212 €	1.417 €	412 €	1.552 €	-70,92%	276,60%
70110	EQUIPAMENTO BÁSICO	22.859 €	26.440 €	18.103 €	29.412 €	-31,53%	62,47%
70111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	1.655 €	923 €	1.695 €	2.239 €	83,61%	32,09%
70112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	4.850 €	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
70113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	- €	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
70115	OUTROS INVESTIMENTOS	22.252 €	524 €	4.000 €		663,39%	0,00%
70205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	- €	- €	- €	39.547 €	0,00%	100,00%
70207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA	- €	10.552 €	10.188 €	11.115 €	-3,45%	9,09%
70301	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €		0,00%	0,00%
70303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	186.517 €	501.137 €	589.553 €	188.900 €	17,64%	-67,96%
70305	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €		0,00%	0,00%
70306	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €		0,00%	0,00%
TOTAL DA RUBRICA		806.119 €	1.057.822 €	899.447 €	940.057 €		
VARIAÇÃO TOTAL (Euros)			251.703 €	- 158.375 €	40.610 €		
VARIAÇÃO TOTAL (%)			23,79%	-17,61%	4,32%		

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

Quadro – IX

(Valores em Euros)

TRANSFERÊNCIAS	TOTAL				Δ	Δ
	2013	2014	2015	2016	14/15	15/16
Administrações públicas						
Orçamento de Estado						
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro						
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente	2.768.249,00 €	3.727.275,00 €	3.894.660,00 €	3.927.220,00 €	4,49%	0,84%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital	1.490.595,00 €	414.142,00 €	432.740,00 €	436.358,00 €	4,49%	0,84%
Fundo Social Municipal	106.592,00 €	106.592,00 €	119.273,00 €	119.273,00 €	11,90%	0,00%
Participação Fixa no IRS	119.197,00 €	113.074,00 €	145.145,00 €	165.319,00 €	28,36%	13,90%
Outros	175.533,82 €	243.261,12 €	184.489,32 €	137.875,59 €	-24,16%	-25,27%
Estado-Particip. Comunitária proj. Co-Financiados	413.993,10 €	450.481,09 €	418.992,27 €	1.318.541,00 €	-6,99%	214,69%
Serviços e fundos autónomos	308.692,85 €	285.980,67 €	298.266,99 €	77.527,97 €	4,30%	-74,01%
Administração Local	49.220,69 €	118.325,20 €	37.457,56 €	81.693,62 €	-68,34%	118,10%
TOTAIS	5.432.073 €	5.459.131 €	5.531.024 €	6.263.808 €	1,32%	13,25%

RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DE CAPITAL

Nos subcapítulos seguintes é feita uma análise da estrutura das receitas e das despesas e, de certa forma, é feita também uma análise da relação entre as despesas e receitas correntes e de capital.

No entanto, para uma melhor leitura dos dados, apresenta-se uma seguinte análise da relação entre receitas e despesas de capital e correntes.

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO
SUBSTANCIAL

Quadro - X

Un: Euros

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS	DESPESAS PAGAS	EQUILÍBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO a)	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				Valor Absoluto	Valor Relativo		EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO b)	EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO c)
1	2	3	4	5=3-4	6=3/4*100	7	8=(3) / (4+(7-7 ANO N-1))*100	9=(3) / (4+7)*100
2014	Saldo orçamental inicial	2 484 626						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 820						
	Correntes	6 971 226	7 162 330	- 191 104	97,33%	157 053	124,35	121,95
	Capital	887 273	1 164 479					
	Total	10 345 945	8 326 809					
2015	Saldo orçamental inicial	2 019 136						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	375						
	Correntes	7 280 488	7 011 361	269 127	103,84%	268 045	125,91	123,52
	Capital	902 829	980 805					
	Total	10 202 828	7 992 166					
2016	Saldo orçamental inicial	2 210 662						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	7 645						
	Correntes	6 915 138	6 606 351	308 787	104,67%	214 307	143,17	138,28
	Capital	1 720 050	1 028 003					
	Total	10 853 496	7 634 354					

OBSERVAÇÕES:

a) Na coluna relativa à "Outras Dívidas a Terceiros de Curto Prazo" não são considerados os valores das operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores.

b) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros" no fim e início do ano)).

c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Outras dívidas a terceiros no final do exercício)).

Quadro – XI
Equilíbrio Efetivo

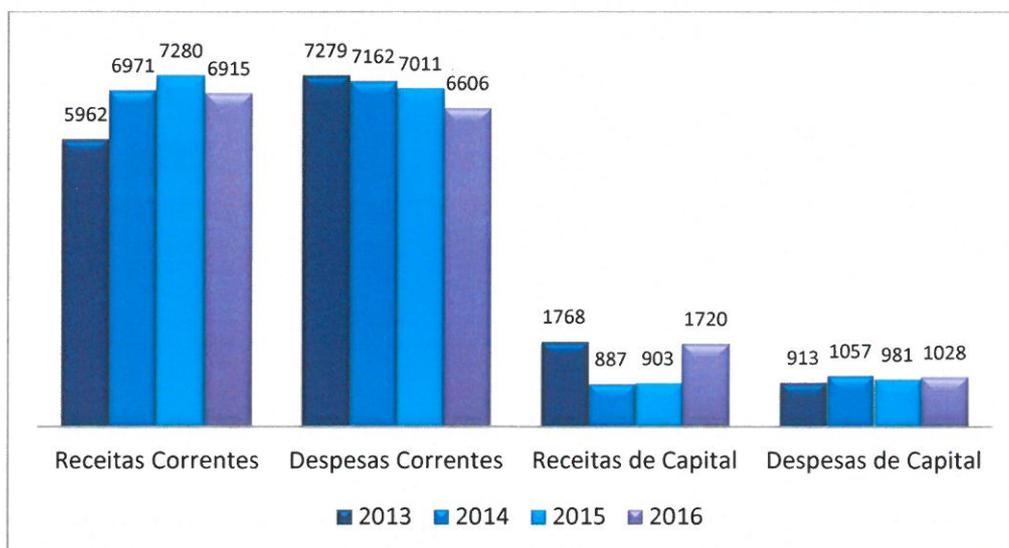
RELAÇÃO RECEITA / DESPESA	2013	2014	2015	2016	13/14	14/15
Receitas correntes	5.962.285 €	6.971.227 €	7.280.487 €	6.915.138 €	4,44%	-5,02%
Despesas correntes	7.279.341 €	7.162.330 €	7.011.361 €	6.606.351 €	-2,11%	-5,78%
Saldo Corrente	-1.317.056 €	-191.103 €	269.126 €	308.787 €	240,83%	14,74%
Receitas de capital	1.767.869 €	887.273 €	902.829 €	1.720.050 €	1,75%	90,52%
Despesas de capital	912.895 €	1.164.479 €	980.805 €	1.028.002 €	-15,77%	4,81%
Saldo Capital	854.974 €	-277.206 €	-77.976 €	692.048 €	71,87%	987,52%
Outras Receitas	1.020 €	2.820 €	376 €	7.645 €	-86,67%	1934,12%
SALDO TOTAL	-461.062 €	-465.489 €	191.526 €	1.008.480,23€	141,15%	426,55%
Saldo Inicial	2.945.688 €	2.484.626 €	2.019.136 €	2.210.662 €	-18,73%	9,49%
Saldo Final	2.484.626 €	2.019.136 €	2.210.662 €	3.219.143 €	9,49%	45,62%

Fonte: Orçamento inicial; Mapa dos fluxos de caixa

Foi, assim, apurado um *excedente* corrente de 308.787€, respeitando-se a regra do equilíbrio substancial do orçamento estatuída pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

Quanto ao equilíbrio formal, as receitas orçamentais ultrapassaram as despesas orçamentais em cerca de 1.008 mil de euros, que, associados ao excedente orçamental transitado da gerência anterior, possibilitaram a obtenção de um saldo de 3.219.143 €, o qual transitou para a gerência de 2017.

Gráfico – IV

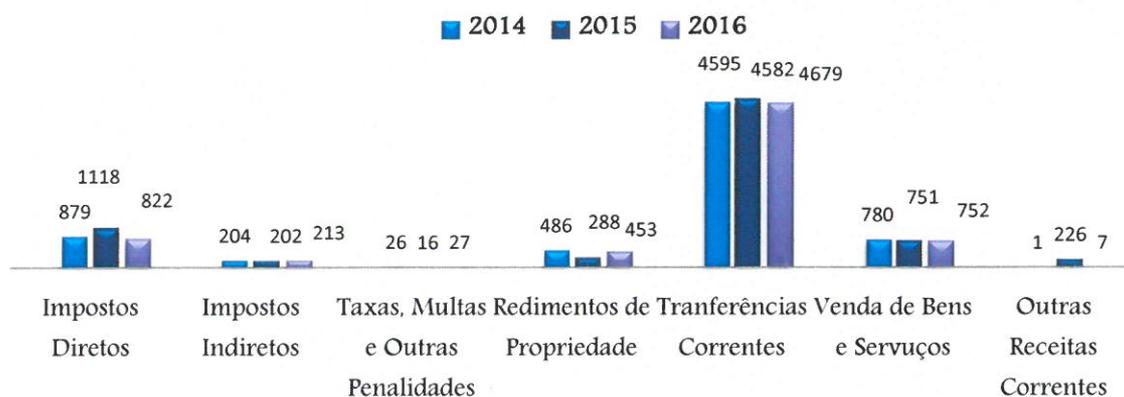


Como se pode verificar no quadro abaixo, o aumento das receitas correntes deu-se em apenas em três capítulos, nos impostos indiretos que aumentaram cerca de 10 mil euros, cerca de 5,3%, as Taxas multas e outras penalidades que aumentaram cerca de 10 mil euros, cerca de 62,9%, e por último as os rendimentos de propriedade que aumentaram cerca de 165 mil euros, cerca de 57,3% em relação ao ano anterior, sendo que no total as receitas corrente diminuíram em relação a 2016 cerca de 365 mil euros.

Quadro – XII

RECEITAS CORRENTES	2013	2014	2015	2016	D 14/15	D 15/16
IMPOSTOS DIRECTOS	840.782,66 €	878.539 €	1.117.800 €	882.220 €	27,23%	-21,08%
IMPOSTOS INDIRECTOS	155.489,01 €	204.281,88	202.096,88	212.860,02	-1,07%	5,33%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	33.940,15 €	25.765,17	16.462,64	26.821,91	-36,11%	62,93%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	424.204,76 €	486.294,08	288.092,86	453.061,65	-40,76%	57,26%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.675.373,58 €	4.594.507,99	4.679.291,87	4.581.537,72	1,85%	-2,09%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	825.450,05 €	780.011,30	750.807,05	752.079,01	-3,74%	0,17%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.044,34 €	1.826,76	225.935,81	6.558,21	12268,12%	-97,10%
TOTAL	5.962.285 €	6.971.227 €	7.280.487 €	6.915.138 €	4,44%	-5,02%

Gráfico – V



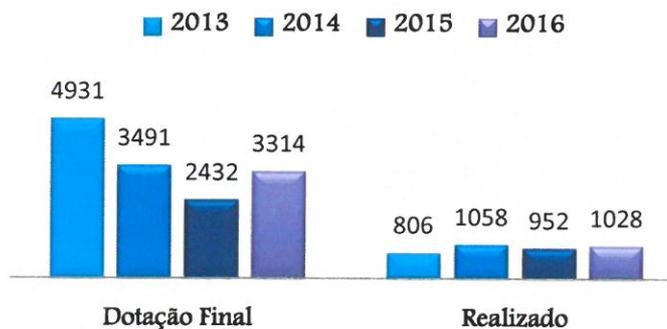
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO

Quadro – XIII

Designação	2013	2014	2015	2016
Dotação Final	4.931.351 €	3.490.700 €	2.431.500€	3.314.013 €
Realizado	806.000 €	1.057.822 €	951.975 €	1.028.002 €
Tx. Realização	16,34%	30,30%	39,15%	31,20%

Verifica-se um aumento no investimento realizado face a 2015 de cerca de 7,9%, com um montante de 76 mil euros.

Gráfico – VI



PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O PAM teve uma execução na ordem dos 80,6% da despesa definida. Esta execução corresponde a cerca de 1,5 milhões de euros de despesa.

DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – XIV

Obj	Descrição	2015		Execução	2016		Execução
		Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira	Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira
		Ano	Total	Anual (a)	Ano	Total	Anual (a)
1.1.1.	Administração geral	433.800,00	293.192,78	67,59%	329.100,00 €	221.982,32 €	67,45%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	1.500,00	70,92	4,73%	2.700,00 €	274,17 €	10,15%
2.1.1.	Ensino não superior	163.900,00	124.793,81	76,14%	124.400,00 €	103.595,58 €	83,28%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	5.300,00	1.794,99	33,87%	10.200,00 €	4.186,42 €	41,04%
2.3.2.	Ação social	33.300,00	28.876,76	86,72%	38.100,00 €	32.600,42 €	85,57%
2.4.1.	Habituação	0,00	0,00	0,00%			
2.4.2.	Ordenamento do Território	7.500,00	0,00	0,00%	7.000,00 €	0,00 €	0,00%
2.4.3.	Saneamento	336.000,00	298.865,14	88,95%	310.000,00 €	259.319,67 €	83,65%
2.4.4.	Abastecimento de água	405.100,00	374.458,87	92,44%	394.100,00 €	346.748,54 €	87,98%
2.4.5.	Resíduos sólidos	135.000,00	107.086,39	79,32%	110.000,00 €	98.406,76 €	89,46%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	200	0,00	0,00%	200,00 €	0,00 €	0,00%
2.5.1.	Cultura	493.550,00	450.828,37	91,34%	330.850,00 €	286.182,00 €	86,50%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	81.300,00	78.435,79	96,48%	92.900,00 €	82.703,98 €	89,02%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	1.000,00	118,63	11,86%	1.000,00 €	198,51 €	19,85%
3.2.2.	Energia	100	0,00	0,00%	100,00 €	0,00 €	0,00%
3.3.4.	Sistemas de informação	0,00	0,00	0,00%			
3.4.1.	Mercados e feiras	12.000,00	795,75	6,63%	4.500,00 €	2.785,35 €	61,90%
3.4.2.	Turismo	5.300,00	0,00	0,00%	13.100,00 €	5.773,42 €	44,07%
3.4.3.	Agenda local XXI	100	0,00	0,00%	100,00 €	0,00 €	0,00%
3.4.4.	Geminação	100	0,00	0,00%	100,00 €	0,00 €	0,00%
3.5.1.	Associações de Desenvolvimento Local e outras	400	0,00	0,00%	400,00 €	0,00 €	0,00%
4.1.1.	Empréstimos	35.500,00	28.829,78	81,21%	28.829,78 €	28.829,78 €	100,00%
4.1.2.	Juros	3.000,00	1.261,01	42,03%	800,00 €	360,42 €	45,05%
4.2.1.	Transferências Entre Administrações	123.900,00	90.285,50	72,87%	119.400,00 €	76.086,01 €	63,72%
TOTAL		2.130.226 €	2.277.850,00	82,52%	1.917.879,78 €	1.550.033,35 €	80,8%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + PAM)

No final de 2016 a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), na ótica da despesa realizada (faturada), tinham-se aproximado dos 79,8% do financiamento definido. Esta execução corresponde a cerca de 2,5 milhões de euros de despesa

DESPESA REALIZADA COM AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Quadro – XV

Objetivo	Descrição	Previsão da Despesa		Execução Orçamental				Saldos		Exec. Financeira Anual % (a)
		Dotação Inicial	Dotação Final	Compromisso	Faturado	Liquidação	Pagamento	Saldo do Cabim.	Comp. Por Pagar	
1.1.1.	ADMINISTRACAO GERAL	546.600,00	958.600,00	751.287,22	658.204,86	634.600,28	634.600,28	159.331,30	116.686,94 €	66,20%
1.2.1.	PROTECCAO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	20.100,00	28.600,00	9.317,13	9.317,13	9.317,13	9.317,13	19.282,87	- €	32,58%
2.1.1.	ENSINO NAO SUPERIOR	142.900,00	142.900,00	116.340,51	106.705,42	103.981,80	103.981,80	26.559,49	12.358,71 €	72,77%
2.2.1.	SERVICOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	5.200,00	10.200,00	6.885,74	4.186,42	4.186,42	4.186,42	1.131,01	2.699,32 €	41,04%
2.3.2.	ACCIAO SOCIAL	96.600,00	53.600,00	32.818,30	32.818,30	32.818,30	32.818,30	20.781,70	- €	61,23%
2.4.1.	HABITACAO	6.000,00	6.000,00	1.332,40	996,76	996,76	996,76	4.535,99	335,64 €	16,61%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	321.000,00	396.162,37	293.064,66	292.298,16	230.019,02	230.019,02	103.097,71	63.045,64 €	58,06%
2.4.3.	SANEAMENTO	331.000,00	341.000,00	317.903,46	312.706,73	268.650,91	268.650,91	22.964,93	49.252,55 €	78,78%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	333.600,00	551.600,00	497.886,25	486.845,70	468.302,51	468.302,51	53.582,14	29.563,74 €	84,90%
2.4.5.	RESIDUOS SOLIDOS	144.500,00	129.500,00	121.457,95	120.640,55	110.074,24	110.074,24	8.042,05	11.383,71 €	85,00%
2.4.6.	PROTECCAO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVACAO NATUREZA	84.700,00	315.700,00	84.504,87	81.163,98	42.602,34	42.602,34	28.832,81	41.902,53 €	13,49%
2.5.1.	CULTURA	460.317,74	583.617,74	432.867,61	342.585,87	291.690,16	291.690,16	150.750,13	140.439,16 €	49,98%
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	96.400,00	213.400,00	120.765,67	118.949,22	118.514,41	118.514,41	92.634,33	2.251,26 €	55,54%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CIVICAS E RELIGIOSAS	9.000,00	9.000,00	198,51	198,51	198,51	198,51	8.801,49	- €	2,21%
3.1.1.	CAMINHOS AGRICOLAS	15.000,00	35.000,00	6.648,34	6.411,87	6.150,06	6.150,06	28.351,66	498,28 €	17,57%
3.2.1.	INDUSTRIA	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00	- €	0,00%
3.2.2.	ENERGIA	106.600,00	26.600,00	-	-	-	-	26.600,00	- €	0,00%
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIARIOS	537.000,00	1.106.000,00	181.721,20	60.899,73	60.899,73	60.899,73	542.348,29	120.821,47 €	5,51%

3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	4.000,00	4.000,00	4.000,00	-	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-€	0,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	141.663,48	163.683,48	3.035,04	3.035,04	59.891,20	3.035,04	3.035,04	3.035,04	160.648,44	-€	1,85%		
3.4.2.	TURISMO	33.600,00	23.600,00	6.083,11	6.083,11	6.023,11	6.023,11	6.023,11	6.023,11	17.516,89	60,00€	25,52%		
3.4.3.	AGENDA LOCAL XXI	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	100,00	-€	0,00%		
3.4.4.	GEMINAÇÃO	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	100,00	-€	0,00%		
3.5.1.	ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E OUTRAS	400,00	400,00	-	-	-	-	-	-	400,00	-€	0,00%		
4.1.1.	EMPRESTIMOS	28.829,78	28.829,78	28.829,78	28.829,78	28.829,78	28.829,78	28.829,78	28.829,78	-	28.829,78	100,00%		
4.1.2.	JUROS	800,00	800,00	452,66	452,66	360,42	360,42	360,42	360,42	360,42	360,42	45,05%		
4.2.1.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	65.200,00	128.400,00	113.486,47	113.486,47	77.838,33	76.086,01	76.086,01	76.086,01	14.913,53	37.400,46	59,26%		
4.3.1.	REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	51.869,00	51.869,00	51.869,00	51.869,00	51.869,00	51.869,00	51.869,00	51.869,00	-	-€	100,00%		
TOTAL		3.584.100,00€	5.310.262,37€	3.813.608,27€	3.178.017,59€	2.859.741,05€	2.549.205,94€	2.549.205,94€	2.549.205,94€	1.496.667,18€	657.909,61€	48,01%		

ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se os mapas seguintes:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As disponibilidades financeiras do Município de Redondo, na Gerência de 2016, da conta de execução orçamental foram as seguintes:

Quadro – XVI

	2013	2014	2015	2016
Saldo da Gerência Anterior (2012/2013/2014/2015)	2.945.688,06 €	2.484.625,89 €	2.019.136,33 €	2.210.662,37 €
Receita cobrada na Gerência	7.731.174,10 €	7.861.320,07 €	8.183.691,60 €	8.642.833,51 €
Total	10.676.862,16 €	10.345.945,96 €	10.202.827,93 €	10.853.495,88€
Despesa efetuada na Gerência	8.192.236,27 €	8.326.809,63 €	7.992.165,56 €	7.634.353,28€
Saldo para a Gerência seguinte (2014/2015/2016/2017)	2.484.625,89 €	2.019.136,33 €	2.210.662,37 €	3.219.142,60 €

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita foi inferior ao do ano de 2015 em cerca de 182 mil euros. A taxa de execução foi de 102%.

Uma análise mais pormenorizada da composição da receita arrecadada pelo Município de Redondo, encontra-se refletida no quadro XVII.

As fontes de financiamento municipal que, em 2016, assumiram maior relevância no Município de Redondo foram as transferências, quer correntes quer de capital, com uma taxa de 57,7% e as vendas de bens e serviços que pesaram 6,9%. Também os impostos diretos e os rendimentos de propriedade se destacaram no cômputo da receita total, embora de forma

bastante menos pronunciada do que as rubricas anteriormente mencionadas, já que representava 8,3% e 4,1% da receita global arrecadada.

Nas rubricas de transferências encontram-se os montantes transferidos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), dos fundos comunitários e ainda outras transferências. O FEF, verba proveniente do Orçamento de Estado, e que corresponde à participação dos municípios nos impostos do Estado, constituiu a fonte de receita mais relevante do total das receitas com origem em transferências correntes e de capital, representando 69,7% destas. O FEF foi igualmente, de forma isolada, a receita com maior peso relativo no total das receitas municipais, tendo atingido 40,2%.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS: RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta.

Também ao nível da despesa não devem ser dotados os subagrupamentos do agrupamento 17 - Operações extraorçamentais.

Excepcionalmente, a rubrica 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos pode ser dotada, caso à data de elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo ao orçamento.

Para efeitos de elaboração dos documentos previsionais não devem ser dotadas as desagregações dos capítulos 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos, 16 - Saldo da gerência anterior e 17 - Operações extraorçamentais do classificador económico da receita.

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Embora numa execução inferior à dotação inicial, os cerca de 6,9 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social

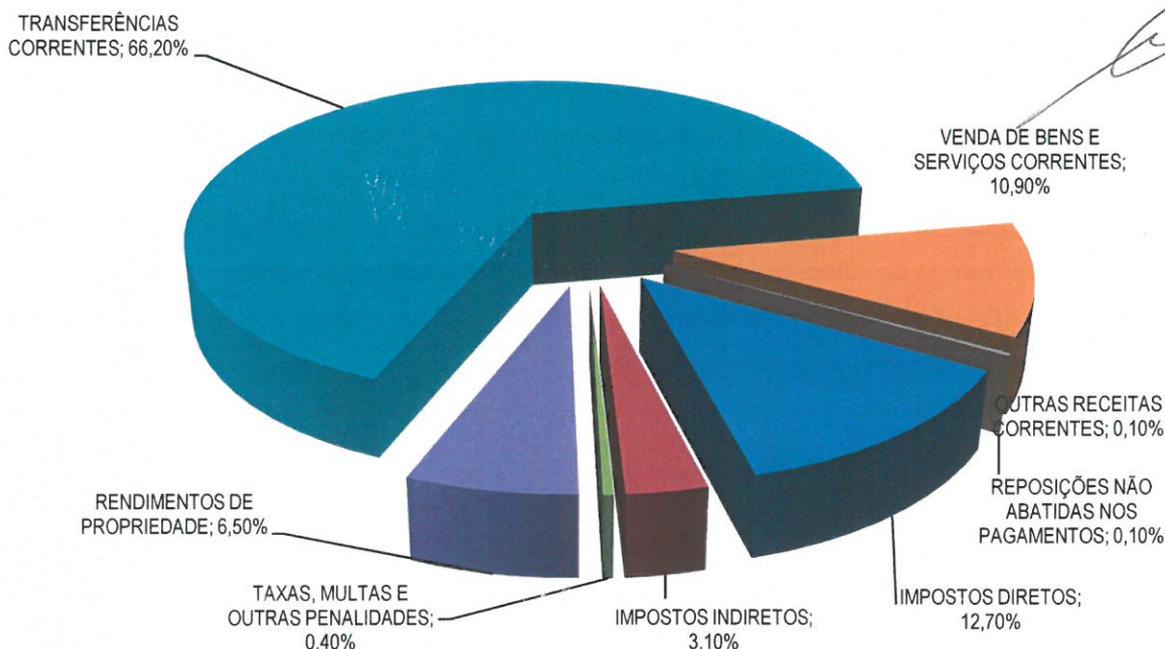
Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEST), para apoio ao programa de "Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico" e de "Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo".

Como se pode observar as receitas mais relevantes advêm dos impostos diretos (IMT, IMI, IMV, e Derrama), das transferências correntes da Administração Central – Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS), e da venda de bens e serviços. Nesta rubrica assume maior expressão a receita com a distribuição de água.

Quadro – XVII

Código	Descrição	Dotação	Execução			2015/2016	Execução
			2014	2015	2016		
1	IMPOSTOS DIRETOS	916.000,00 €	865.222,34 €	1.113.143,45 €	882.219,87 €	-20,7%	96,3%
2	IMPOSTOS INDIRETOS	196.500,00 €	203.959,60 €	201.789,40 €	212.860,02 €	5,5%	108,3%
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	25.000,00 €	25.765,17 €	16.462,64 €	26.821,91 €	62,9%	107,3%
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	383.600,00 €	486.294,08 €	288.092,86 €	453.061,65 €	57,3%	118,1%
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.900.028,00 €	4.593.850,89 €	4.679.291,87 €	4.581.537,72 €	-2,1%	93,5%
7	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	766.800,00 €	779.797,84 €	750.237,47 €	752.079,01 €	0,2%	98,1%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.600,00 €	1.826,76 €	225.935,81 €	6.558,21 €	-97,1%	117,1%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00 €	2.819,97 €	375,82 €	7.644,64 €	1934,1%	1528,9%
Total da Receitas Correntes Cobradas		7.194.028,00 €	6.959.536,65 €	7.275.329,32 €	6.922.783,03 €	100,00%	100,6%

Gráfico – VII
Peso da Rubrica / Receita Corrente



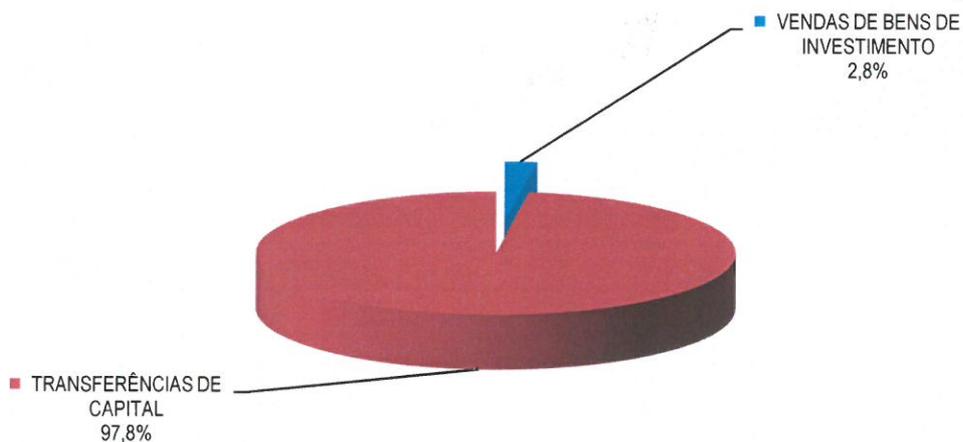
RECEITAS DE CAPITAL

Em relação às receitas de capital, o Município de Redondo continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências provenientes de terceiros. Como se pode constatar, as transferências de capital representam cerca de 97,8% do total da Receita de Capital. Nestes 1.682 mil euros estão as transferências do Orçamento do Estado e a transferências provenientes de fundos comunitários de projetos cofinanciados.

Quadro – XVIII

Código	Descrição	Dotação	Execução			2015/2016	Execução
			2014	2015	2016		
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	36.200,00 €	20.974,34 €	50.840,00 €	37.820,00 €	-25,6%	57,1%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.361.740,00 €	864.623,09 €	851.732,27 €	1.682.230,48 €	97,5%	141,6%
11	ATIVOS FINANCEIROS	1.300,00 €	1.676,00 €	147,00 €	0,00 €	-100,0%	0,0%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0	0,0%	0,0%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	0	109,5	0	-100,0%	0,0%
Total da Receitas Correntes Cobradas		1.399.440,00€	887.273,43€	902.828,77	1.720.050,48€	100,0%	64,5%

Gráfico – VIII
Receitas de Capital / Receita Capital
Peso da rubrica



ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A receita global arrecadada no exercício económico ascende a 8,6 milhões de euros. Se lhe somarmos o saldo da Gerência anterior atinge os 10,8 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 101,7%.

A taxa de execução da receita de capital ficou nos 136,9%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA 2012/2016

Quadro – XIX

Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	5.898.196	5.963.305	6.971.227	7.280.487	6.915.138
RECEITAS DE CAPITAL	3.168.821	1.767.869	890.093	902.829	1.720.050
RECEITA TOTAL	9.067.016	7.731.174	7.861.320	8.183.316	8.635.189

Quadro – XX

Evolução das Receitas em % (Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas Capital / Receitas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	65,1%	77,1%	88,7%	89,0%	80,1%
RECEITAS DE CAPITAL	34,9%	22,9%	11,3%	11,0%	19,9%
RECEITA TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro – XXI

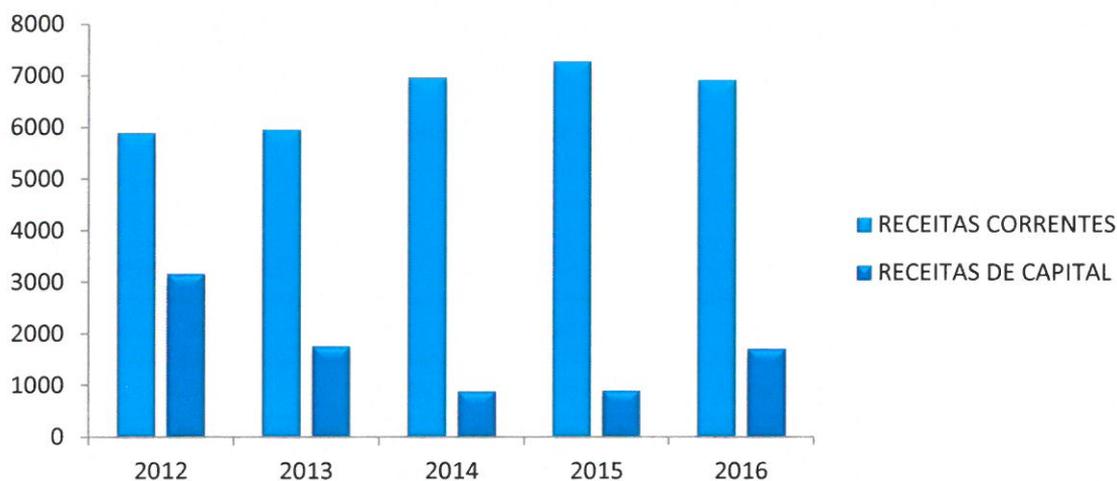
Evolução das Receitas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

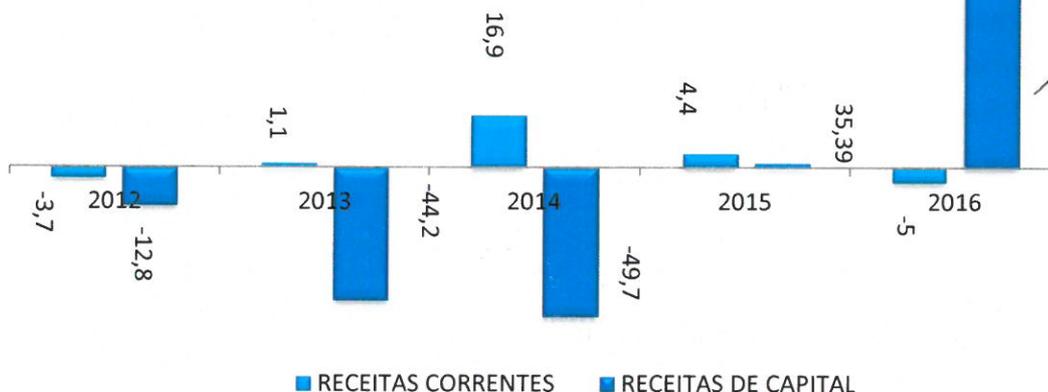
DESIGNAÇÃO/ANOS	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	-3,9%	1,1%	16,9%	4,4%	-5,0%
RECEITAS DE CAPITAL	-14,7%	-44,2%	-49,7%	1,4%	90,5%
RECEITA TOTAL	-7,6%	-14,7%	1,7%	4,1%	5,5%

EVOLUÇÃO DA RECEITA EM PERCENTAGEM

Gráfico – IX



EVOLUÇÃO DA RECEITA - VARIAÇÕES ANUAIS



Do ponto de vista das componentes mais significativas na Estrutura da Receita de 2016, não considerando o Saldo da Gerência, destacam-se:

- Verbas provenientes do Orçamento do Estado (OE) com um peso de 57,7% na receita total - um claro sintoma da dependência do Município face ao Estado e também reflexo de uma interioridade territorial;

- Verbas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com um peso de 12,1% na receita, evidência clara do bom aproveitamento dos fundos comunitários efetuados neste exercício.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

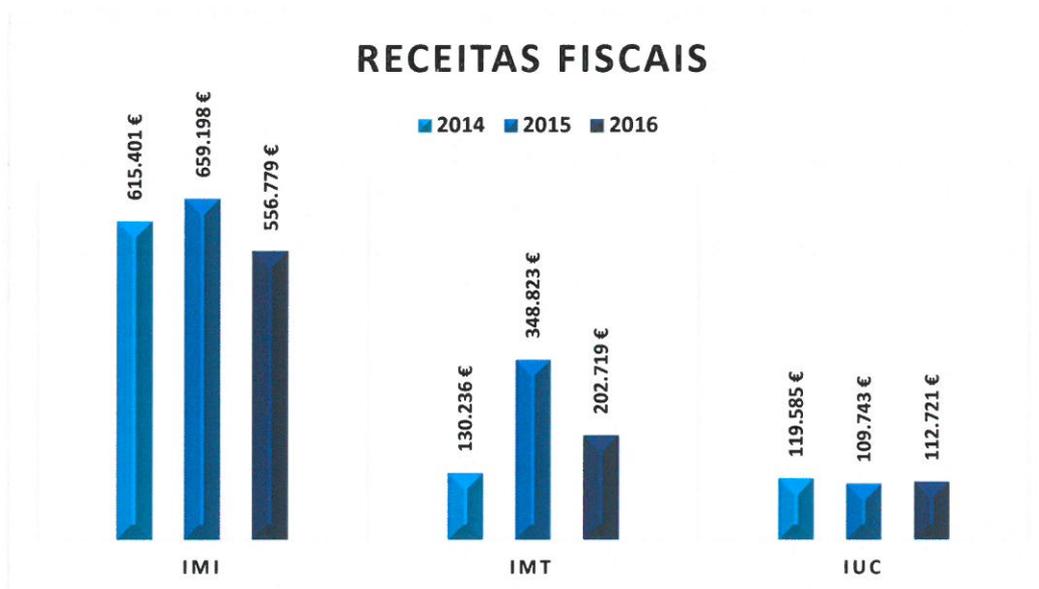
Quadro - XXII

Rubricas/anos	2014		2015		2016	
		%		%		%
	Valor €	Receita	Valor €	Receita	Valor €	Receita
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.361.083,00 €	55,48%	4.591.818,00 €	63,12%	4.648.170,00 €	53,78%
Águas	297.107,28 €	3,78%	263.422,05 €	3,62%	281.872,02 €	3,26%
Contrib. Autárquica/IMI	619.198,28 €	7,88%	820.802,43 €	11,28%	566.779,91 €	6,56%
Sisa/IMT	139.584,48 €	1,78%	187.219,17 €	2,57%	202.718,68 €	2,35%
Taxas multas outras penal.	12.998,13 €	0,17%	16.462,64 €	0,23%	26.821,91 €	0,31%
Loteamentos e obras	11.306,36 €	0,14%	3.645,00 €	0,05%	2.550,00 €	0,03%
Restantes rubricas	2.420.042,47 €	30,78%	1.391.584,21 €	19,13%	2.913.920,99 €	33,71%
Total Receita	7.861.320,00 €	100,00%	7.274.953,50 €	100,00%	8.642.833,51 €	100,00%

Receitas Fiscais

As Receitas Fiscais constituem a principal fonte de financiamento da atividade municipal. Incluem-se nesta classificação o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama (Isenta).

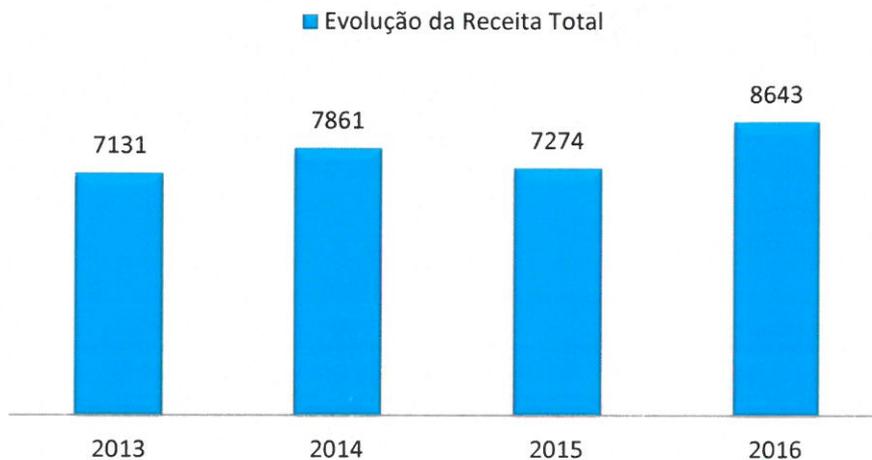
Gráfico – X



Ver nota do Quadro – XXII

O peso da Receita Fiscal na Receita Corrente é de cerca de **12,8%**, Receita Total é de cerca de **10,2%**.

Evolução da Receita Total



ORÇAMENTO DA DESPESA

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração esta definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei no 26/2002, de 14 de Fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada nos quadros abaixo.

O orçamento de 2016, inferior ao do ano transato em cerca de 12 mil euros, teve compromissos que representaram 92,1% do orçamento e uma realização de 71,0%.

Por sua vez as despesas correntes pagas representaram 86,5% do total executado e as despesas de capital 13,5%.

DESPESAS CORRENTES

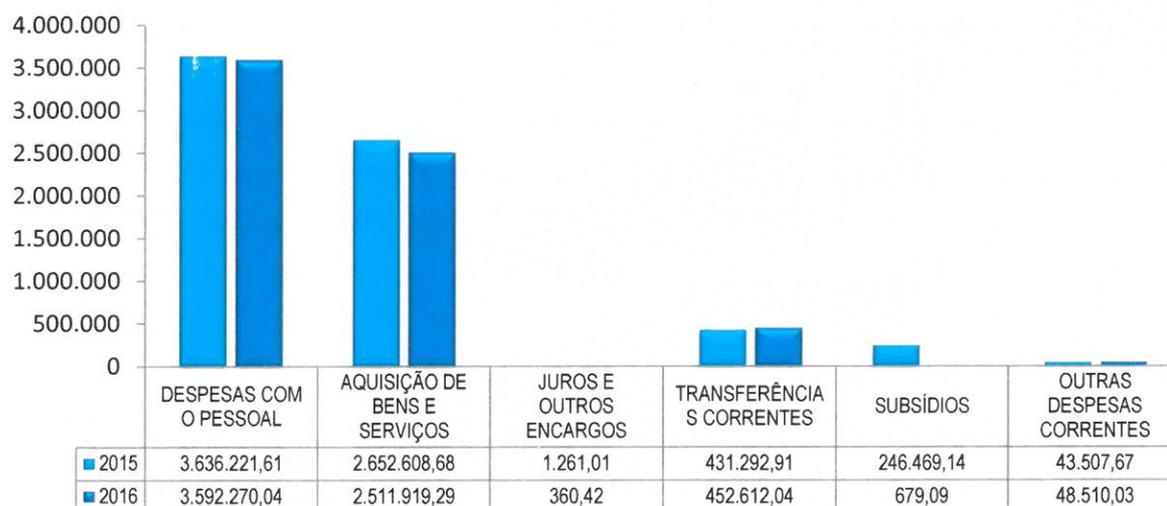
As despesas correntes, com uma execução de 86,5%, representam cerca de 6,6 milhões de euros. Na sua composição é notório o peso da rubrica “Despesas com pessoal” e a de “Aquisição de Bens e Serviços”. Estas duas rubricas representam 80% da despesa total. Porém, o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia de contenção da despesa com estas duas rubricas, (menos cerca de 60 mil euros em 2015, 185 mil euros em 2016) procurando contudo, não diminuir a qualidade dos serviços prestados à população, bem

pelo contrário, procura melhorar essa prestação através da reafecção dos recursos existentes e de uma melhor gestão e controlo das aquisições.

Quadro – XXIII

Designação	Dotação	Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2015/2016
		2015	2016			
1 DESPESAS COM O PESSOAL	3.663.300,00	3.636.221,61	3.592.270,04	54,38%	98,06%	-1,21%
2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.978.150,00	2.652.608,68	2.511.919,29	38,02%	84,34%	-5,30%
3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	6.400,00	1.261,01	360,42	0,01%	5,63%	-71,42%
4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	520.700,00	431.292,91	452.612,04	6,85%	86,92%	4,94%
5 SUBSÍDIOS	1.000,00	246.469,14	679,09	0,01%	67,91%	-99,72%
6 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.800,00	43.507,67	48.510,03	0,73%	69,50%	11,50%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	7.239.350,00	7.011.361,02	6.606.350,91	100,00%	91,26%	-5,78%

Gráfico – XII



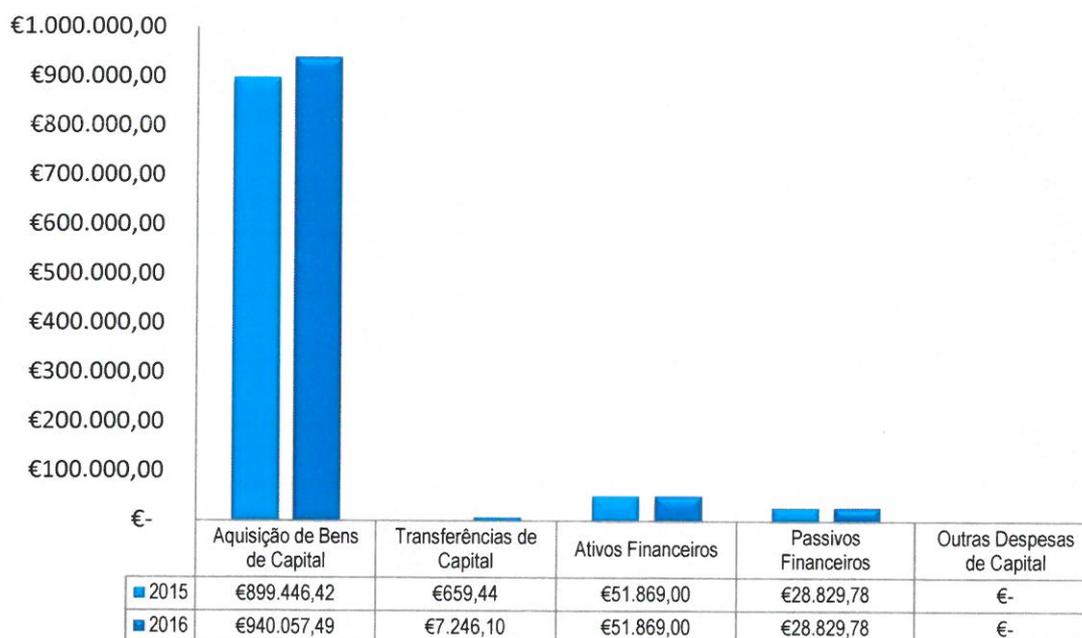
DESPESAS DE CAPITAL

O investimento direto do Município de Redondo, inicialmente previsto com 2,5 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital teve uma taxa de execução de 27,0%, e 67,3€ de despesa comprometida.

Quadro – XXIV

Designação	Dotação	Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2015/2016
		2015	2016			
7 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.314.013,59	899.446,42	940.057,49	91,45%	28,37%	4,52%
8 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	26.500,00	659,44	7.246,10	0,70%	27,34%	998,83%
9 ATIVOS FINANCEIROS	51.869,00	51.869,00	51.869,00	5,05%	100,00%	100,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	28.829,78	28.829,78	28.829,78	2,80%	100,00%	0,00%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.421.312,37	980.804,64	1.028.002,37	100,00%	28,62%	4,81%

Gráfico – XIII



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Quadro – XXV

Exercício Económico de 2016

Designação		Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2015/2016
		2015	2016			
Correntes	7.239.350,00 €	7.011.361,02 €	6.606.350,91 €	86,53%	91,26%	-5,78%
Capital	3.421.312,37 €	980.804,64 €	1.028.002,37 €	13,47%	28,62%	4,81%
Total Geral	10.660.662,37€	7.992.165,66 €	7.634.353,28 €	100,00%	71,61%	-4,48%

Com base no quadro abaixo, podemos verificar que a evolução da despesa corrente tem sido de alguma forma contida, tendo diminuído 2,11% em 2015 face a 2014 e 5,78% em 2016 face a 2015.

Já, a despesa de capital registou um aumento de 4,81% face a 2015.

EVOLUÇÃO DA DESPESA 2012/2016

Quadro – XXVI

Evolução da Distribuição da Despesa – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS CORRENTES	6.718.606	7.279.341	7.162.330	7.011.361	6.606.351
DESPESAS DE CAPITAL	2.016.075	912.895	1.164.480	980.805	1.028.002
DESPESA TOTAL	8.734.681	8.192.236	8.326.810	7.992.166	7.634.353

Quadro – XXVII

Evolução das Despesas em % (Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2012	2013	2014	2015	2016
DESPEAS CORRENTES	76,92%	88,86%	86,02%	87,73%	86,53%
DESPEAS DE CAPITAL	23,08%	11,14%	13,98%	12,27%	13,47%
DESPEA TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quadro – XXVIII

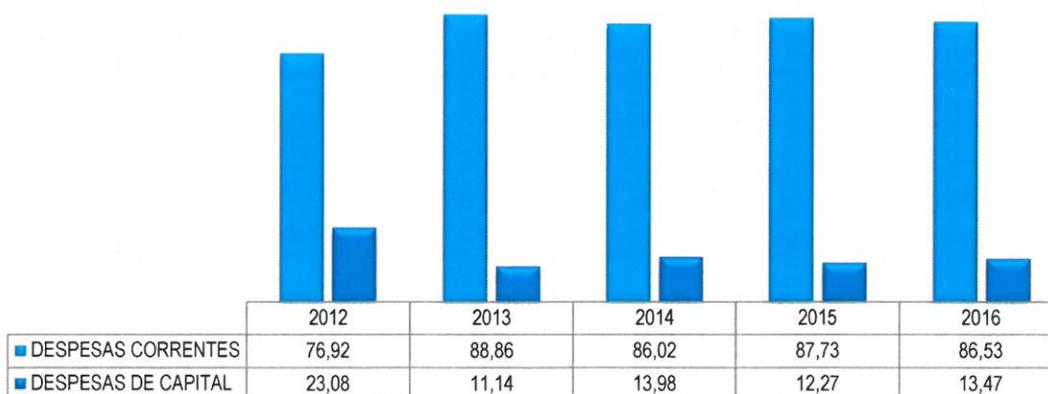
Evolução das Despesas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2012	2013	2014	2015	2016
DESPEAS CORRENTES	-9,9%	8,3%	-1,6%	-2,1%	-5,8%
DESPEAS DE CAPITAL	-42,2%	-54,7%	27,6%	-15,8%	4,8%
DESPEA TOTAL	-20,2%	-6,2%	1,6%	-4,0%	-4,5%

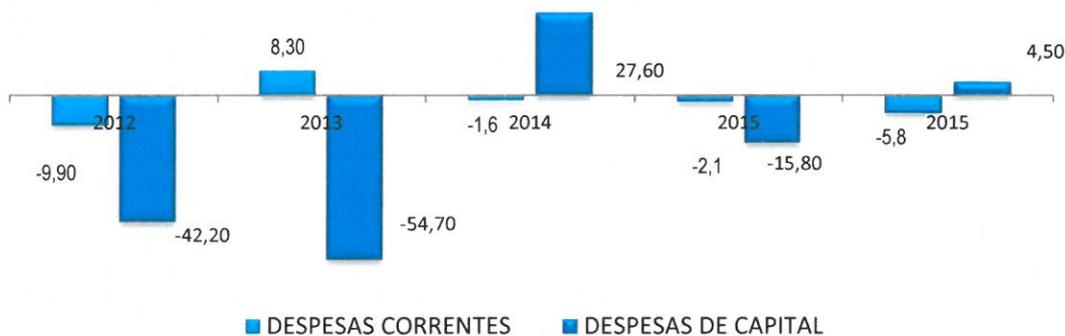
EVOLUÇÃO DA DESPEA EM PERCENTAGEM

Gráfico – XIV



EVOLUÇÃO DA DESPESA – VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico - XV



Do ponto de vista das componentes mais significativas na estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com pessoal - que representam 47,1% da despesa total e 54,4% da despesa corrente;
- As aquisições de bens e serviços correntes - com um peso de 32,9% sobre o total da despesa e 38,0% da despesa corrente.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS OU COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR FATURAR

Quadro – XXIX

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
1 - Compromissos totais assumidos	8.830.430 €	9.997.407 €	8.450.268 €	9.979.183 €
2 - Despesas totais pagas	8.192.236 €	8.326.810 €	7.992.166 €	7.634.353 €
3 - Outras dívidas a terceiros (curto prazo)	157.053 €	268.045 €	368.498 €	601.764 €
Diferença [1- (2+3)]	481.141 €	1.402.552 €	89.604 €	1.743.066 €

Na análise do quadro apresentado conclui-se que os compromissos assumidos no exercício, são superiores às despesas totais realizadas, o que demonstra que a despesa é comprometida antes de ser faturada.

FLUXOS DE CAIXA

Neste mapa devem ser discriminados as importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria ou contas de ordem.

Nele se evidenciam também os saldos de operações orçamentais, de operações de tesouraria e de contas de ordem da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Articula-se com os mapas de execução orçamental, relativos à despesa e à receita, bem como com os mapas de operações de tesouraria e de contas de ordem.

Quadro – XXX

RECEBIMENTOS		D 15/16	PAGAMENTOS		D 15/16	
Saldo da gerência anterior....		2.309.182,06	7,55%	Despesas orçamentais....	7.634.353,28	-4,48%
Execução orçamental....	2.210.662,37		9,49%	Correntes....	6.606.350,91	-5,78%
Operações de tesouraria...	98.519,69		-22,96%	Capital...	1.028.002,37	4,81%
Receitas orçamentais....		8.642.833,51	5,61%	Operações de tesouraria...	743.496,42	-0,28%
Correntes.....	6.915.138,39		-5,02%	Saldo para a gerência seguinte...	3.269.628,09	41,59%
Capital.....	1.720.050,48		90,52%	Execução orçamental...	3.219.142,60	45,62%
Outras.....	7.644,64		1934,12%	Operações de tesouraria...	50.485,49	48,76%
Operações de tesouraria....		695.462,22	-2,90%			
Total....		11.647.477,79	5,44%	Total...	11.647.477,79	5,44%

As receitas totalizaram cerca de 8,6 milhões de euros, 80% dos quais de correntes e 12% de capital. Durante o mesmo período as despesas situaram-se nos cerca de 7,6 milhões de euros. Desta forma o saldo de gerência sofreu um aumento de 2,3 milhões de euros para 3,2 milhões de euros.

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Resumo da Conta de Gerência do ano de 2016

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2015 a)	2.210.662,37	98.519,69	2.309.182,06
(2) Receitas arrecadadas	8.642.833,51	695.462,22	9.338.295,73
(3) Despesas pagas	7.634.353,28	743.496,42	8.377.849,70
Saldo a transitar para 2016 (1+2-3)	3.219.142,60	50.485,49	3.269.628,09

a) Incorporado em 2016

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Quadro – XXXII

INDICADORES	2014		2015		2016		VARIACÃO (pontos percentuais)		
							2013/2014	2014/2015	2013/2015
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	10 345 945	124,25%	10 202 828	127,66%	10 853 496	142,17%	3,41	17,92
	Despesa Total Paga	8 326 809		7 992 166		7 634 354		14,51	
2	Receita Corrente Cobrada	6 971 226	97,33%	7 280 488	103,84%	6 915 138	104,67%	6,51	7,34
	Despesa Corrente Paga	7 162 330		7 011 361		6 606 351		0,84	
3	Receita Corrente Cobrada	6 971 226	88,68%	7 280 488	88,96%	6 915 138	80,08%	0,29	-8,60
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	7 861 319		8 183 692		8 635 189		-8,88	
4	Despesa Corrente Paga	7 162 330	86,02%	7 011 361	87,73%	6 606 351	86,53%	1,71	0,52
	Despesa Total Paga	8 326 809		7 992 166		7 364 354		-1,19	
5	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados	10 345 945	124,25%	10 202 828	127,66%	10 853 496	142,17%	3,41	17,92
	Despesa Total Paga	8 326 809		7 992 166		7 634 354		14,51	
6	Receitas Próprias Cobradas	2 399 368	28,81%	2 652 293	33,19%	2 371 421	31,06%	4,37	2,25
	Despesa Total Paga	8 326 809		7 992 166		7 634 354		-2,12	
7	Fundos Municipais	219 666	2,64%	264 418	3,31%	4 363 578	57,16%	0,67	54,52

	Despesa Total Paga	8 326 809	7 992 166		7 634 354				
8	Receita Corrente Cobrada Localmente	1 293 897	1 281 299	16,03%	1 238 521	16,22%	0,49	0,19	0,68
	Despesa Total Paga	8 326 809	7 992 166		7 634 354				
9	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)			0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Receita Total Disponível	10 345 945	10 202 828		10 853 496				
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)			0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total Paga	8 326 809	7 992 166		7 634 354				
11	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)			0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Investimento (PPI)	1 057 822	899 447		940 057				
12	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	102 698	30 091	1,23%	29 190	0,38%	-0,86	0,01	-0,85
	Despesa Total Paga	8 326 809	7 992 166		7 634 354				
13	Amortização de Empréstimos de MLP	100 453	28 830	1,21%	28 830	0,38%	-0,85	0,02	-0,83
	Despesa Total Paga	8 326 809	7 992 166		7 634 354				
14	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	102 698	30 091	0,99%	29 190	0,27%	-0,70	-0,03	-0,72
	Receita Total Disponível	10 345 945	10 202 828		10 853 496				
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	102 698	30 091	15	29 190	4	-10,33	-0,13	-10,45
	População	7 031	7 031		7 031				
16	Compromissos Assumidos para o Exercício	9 997 407	8 450 268	117,84%	9 979 183	127,15%	-15,54	24,84	9,30



 Página 76 de 169

	Despesas totais realizadas e facturadas	8 483 862		8 260 211		7 848 660				
17	Despesa Total Paga	8 326 809	83,29%	7 992 166	94,58%	7 634 354	76,50%	11,29	-18,08	-6,79
	Compromissos Assumidos para o Exercício	9 997 407		8 450 268		9 979 183				
18	Saldo Final Orçamental da Gerência	2 019 136	1285,64%	2 210 662	824,74%	3 219 143	1502,12%	-460,90	677,38	216,48
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	157 053		268 045		214 307				
19	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	157 053	1,85%	268 045	3,25%	214 307	2,73%	1,39	-0,51	0,88
	Despesas totais realizadas e facturadas	8 483 862		8 260 211		7 848 660				
20	Receita Total Disponível	10 345 945	1945,31%	10 202 828	1661,69%	10 853 496	2042,30%	-283,62	380,61	96,99
	Divida Municipal em sentido lato	531 840		614 002		531 435				
21	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	10 345 945	1945,31%	10 202 828	1661,69%	10 853 496	2042,30%	-283,62	380,61	96,99
	Divida Municipal em sentido lato	531 840		614 002		531 435				
22	Divida financeira de MLP	374 787	3,62%	345 957	3,39%	317 128	2,92%	-0,23	-0,47	-0,70
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	10 345 945		10 202 828		10 853 496				
23	Divida Municipal em sentido lato	531 840	76	614 002	87	531 435	76	12	-12	0
	População	7 031		7 031		7 031				

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Modificações ao Orçamento Inicial

Verificaram-se diversas modificações/alterações e revisões aos instrumentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) relacionadas, no essencial, com uma deficiente previsão de receitas e despesas de capital/correntes.

Quadro – XXXIII

Constantes da Contabilidade				
Lançamento Orçamento:	1		Ano Contabilístico:	2016
Data de Deliberação:	11-11-2015		Data trabalho:	31-12-2016
Alterações e Revisões ao orçamento				
Total Modificações: 39				
	Despesa	Receita	PPI	PAM
Alteração	39	1	22	24
Revisão	1	1	1	1

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, foram efetuadas 22 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro - XXXIV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos / 2016				
Financiamento total		Financiamento Definido		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	Dotação inicial	Dotação corrigida	
1.916.220,22€	3.392.382,59€	1.916.220,22€	3.392.382,59€	1.476.162,37€

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES

Em relação ao Plano de Atividades, foram efetuadas 24 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Atividades / 2016		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
1.667.879,78€	1.917.879,78€	250.000,00€

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Em relação ao Orçamento da Receita para 2016, foi efetuada 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior.

Quadro – XXXVI

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Receita / 2016		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
8.450.000,00€	10.660.662,37€	2.210.662,37€

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Em relação ao Orçamento para 2016, foram efetuadas 1 revisão orçamental, uma para inclusão do saldo da gerência anterior e outra para inscrição de rubricas não previstas, e 39 alterações ao orçamento da despesa.

O resumo do total das alterações aos orçamentos da receita e da despesa apresenta-se de seguida.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro – XXXVII

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Despesa / 2016	
Dotações iniciais	8.450.000€
Reforços/Inscrições	4.981.612€
Saldo da Gerência Anterior	2.210.662€
Diminuições/Anulações	2.770.950€
Dotação após alterações	10.660.662€
Reposições abatidas nos pagamentos	- €
Dotações corrigidas	10.660.662€

Tal como foi anteriormente mencionado, as alterações verificadas aos orçamentos da receita e da despesa destinaram-se a:

- No caso das receitas, incluir o saldo da gerência anterior e outras receitas não previstas;
- No caso das despesas, utilizar o saldo da gerência anterior e reforçar e/ou anular despesas não previstas inicialmente.



ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar a apresentada pelas empresas públicas e privadas. O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma avaliação económica dos resultados alcançados pelo Município de Redondo ao longo do exercício de 2016, bem como da sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro do mesmo ano.

BALANÇO

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Reflete a situação financeira e patrimonial de uma determinada pessoa jurídica num dado momento, ou seja, compara-se (balanceia-se) o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios (ou situação líquida).

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia
a 31 de Dezembro de 2016

ANÁLISE DO BALANÇO NO ÚLTIMO TRIÊNIO

Quadro – XXXVII

CONTAS DOS BALANÇOS	BALANÇOS						2014 / 2015		2015 / 2016		2014 / 2016	
	2014		2015		2016		VARIACÃO		VARIACÃO		VARIACÃO	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Activo												
Imobilizado:												
Bens de domínio público	23 871 040,10	51,3%	22 564 444,88	50,3%	21 375 784,18	48,1%	- 1 306 595,22	-5%	- 1 188 660,70	-5%	- 2 495 255,92	-10%
Imobilizações incorpóreas	12 459,46	0,0%	7 385,45	0,0%	6 568,01	0,0%	- 5 074,01	-41%	- 817,44	-11%	- 5 891,45	-47%
Imobilizações corpóreas	17 851 709,98	38,4%	17 324 655,15	38,6%	17 408 281,26	38,2%	- 527 054,83	-3%	83 626,11	0%	- 443 428,72	-2%
Investimentos financeiros, dos quais:	1 242 686,61	2,7%	1 248 606,29	2,8%	1 199 936,07	2,7%	5 919,68	0%	- 48 670,22	-4%	- 42 750,54	-3%
Circulante:												
Existências	166 388,50	0,4%	125 088,66	0,3%	147 069,08	0,3%	- 40 299,84	-24%	20 980,42	17%	- 19 319,42	-12%
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	%	0,00	%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1 168 232,55	2,5%	1 060 506,46	2,4%	793 431,07	1,8%	- 107 726,09	-9%	- 267 075,39	-25%	- 374 801,48	-32%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	%	0,00	%
Depósitos e caixa	2 147 021,52	4,6%	2 309 182,06	5,1%	3 269 628,09	7,4%	162 160,54	8%	960 446,03	42%	1 122 606,57	52%
Acréscimos e diferimentos	82 980,55	0,2%	223 715,71	0,5%	181 443,48	0,4%	140 735,16	170%	- 42 272,23	-19%	98 462,93	119%
Total do Activo	46 542 519,27	100%	44 864 584,66	100%	44 382 141,24	100%	- 1 677 934,61	-4%	- 482 443,42	0%	- 2 160 378,03	-5%
Fundos próprios												
Património	45 445 042,79	142,7%	45 445 042,79	147,7%	45 445 042,79	151,3%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Ações PP + Prest. Supl. + Prémios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	%	0,00	%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	%	0,00	%

Reservas, Subsídios e Doações	1 500 262,53	4,7%	1 478 915,37	4,8%	1 478 915,37	4,9%	- 21 347,16	-1%	0,00	0%	0%	- 21 347,16	-1%	-1%
Resultados transferidos	- 12 131 583,62	-38,1%	- 15 102 740,08	-49,1%	- 16 047 435,61	-53,3%	- 2 971 156,46	24%	-962.561,45	6%	-145%	- 3 933 717,91	32%	-227%
Resultado Líquido do exercício	- 2 971 156,46	-9,3%	- 1 050 209,88	-3,4%	- 907 495,32	-3,0%	1 920 946,58	-65%	142.714,66	-19%	45%	2 063 661,14	-74%	128%
Total dos Fundos Próprios	31 842 565,24	100%	30 771 008,20	100%	29.951.161,31	100%	- 1 071 557,04	-3%	- 819.846,89	-2%	-100%	- 1 891.403,93	-5%	-100%
Passivo														
Provisões	313 765,48	2,1%	381 531,42	2,7%	465 836,01	3,2%	67 765,94	%	84 304,59	22%	25%	152 070,53	%	57%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	374 787,12	2,5%	345 957,34	2,5%	615 555,45	4,3%	- 28 829,78	-8%	269 598,11	78%	80%	240 768,33	64%	90%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	774 437,22	5,3%	679 712,90	4,8%	601 764,28	4,2%	- 94 724,32	-12%	- 77 948,62	-11%	-23%	- 172 672,94	-22%	-64%
Acréscimos e diferimentos	13 236 964,21	90,0%	12 686 374,80	90,0%	12 747 824,19	88,3%	- 550 589,41	-4%	61 449,39	0%	18%	- 489 140,02	-4%	-182%
Total do Passivo	14 699 954,03	100%	14 093 576,46	100%	14 430 979,93	100%	- 606 377,57	-4%	337 403,47	2%	100%	- 268 974,10	-2%	-100%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	46 542 519,27		44 864 584,66		44 382 141,24		- 1 677 934,61	-4%	- 482 443,42	-1%		- 2 160 378,03	-5%	

Procedimento de Controle (Total Ativo/Total Fundos Próprios + Passivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

PESO NO ATIVO DOS:	Fundos próprios	68%	69%	67%										
	Passivo - total	32%	31%	33%										
	Passivo - Acréscimos e diferimentos	28%	28%	29%										

PESO NA VARIÇÃO DO ATIVO DOS:	Fundos Próprios	-64%	-170%	-88%
	Passivo	70%	-12%	-18%
		-13%	-23%	-24%



O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2016.

Balanço Sintético

Quadro – XXXIX

ATIVO					PASSIVO				
	2015		2016			2015		2016	
Imobilizado.	41.145.092 €	92,6%	39.990.570 €	90,0%	Fundos Próprios.	30.771.008 €	68,6%	29.951.162 €	67,5%
Bens de domínio público	22.564.445 €	50,8%	21.375.784 €	48,1%	Património	45.445.043 €	102,3%	45.445.043 €	102,4%
Imobilizações incorpóreas	7.385 €	0,0%	6.568 €	0,0%	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Imobilizações corpóreas	17.324.655 €	39,0%	17.408.281 €	39,2%	Reservas de reavaliação	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Investimentos Financeiros	1.248.606 €	2,8%	1.199.936 €	2,7%	Reservas legais	1.321.723 €	3,0%	1.321.723 €	3,0%
					Subsidios	115.225 €	0,2%	155.401 €	0,3%
					Resultados transitados	-12.131.584€	-22,4%	-15.102.740€	-33,7%
					Resultados liquidados do exercício	-2.971.156 €	-3,6%	-1.050.210€	-2,3%
					Doações	1.535 €	0,0%	1.792 €	0,0%
Circulante.	3.719.493 €	8,3%	4.443.431 €	10,0%	Passivo.	14.093.576 €	31,4%	14.430.980 €	32,5%
Existências	126.089 €	0,3%	147.069 €	0,3%	Provisões para riscos e encargos	381.531 €	0,9%	465.836 €	1,0%
D vidas de Terceiros - Curto prazo.	1.060.506 €	2,4%	793 431 €	1,9%	Dividas a terceiros - M/L Prazo	657.172 €	1,5%	615.555 €	1,4%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa.	2.309.182 €	5,2%	3.269.628 €	7,4%	Dividas a terceiros - Curto Prazo	368.498 €	0,8%	601.764 €	1,4%
Acréscimos e diferimentos.	223.716 €	0,5%	181.443 €	0,4%	Acréscimos e diferimentos	12.686.375 €	28,6%	12.747.824 €	28,7%
Total do Ativo	44.864.585 €	101%	44.382.141 €	100%	Total dos Fundos Próprios + Passivo	44.864.585 €	100%	44.382.141 €	100%

- Analisando o Balanço sintético acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado (90,0%).

- O Passivo reparte-se em exigível a curto, médio e longo prazos. As dívidas a terceiros de médio/longo prazo fixaram-se em 615.555€, representando 1,4% dos Fundos Próprios e Passivo, e as dívidas de curto prazo em 601.764€, e que representam 1,3% dos Fundos Próprios e Passivo.

- Relativamente às provisões para riscos e encargos, representam 1,0% do Passivo, no valor de 465.836€, referem-se a processos judiciais interpostos contra o município, por parte das empresas:

Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A., no valor de 40.000,00€, Proc.n.º210/10.2BEBJA, referente ao processo da “**EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA REGIONAL 381 – ARRUAMENTOS NA ALDEIA DA SERRA – REDONDO**”, sendo que a empresa foi excluída por entrega da proposta fora de prazo. A mesma contestou a exclusão solicitando a nulidade da deliberação, ou em alternativa uma indemnização de 40.000,00€.

Con Dop – Construções e Obras Públicas, S.A., no valor de 273.765,48€, Proc.n.º336/10.2BECBR, referente à “**EMPREITADA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DE REDONDO**”. Foram emitidas faturas sobre trabalhos não executados que a câmara não reconhece.

- Processo n.º661/16.9 BEBJA – Faustino Manuel Novelo Pateiro, no valor de 108.160,45€.

- Relativamente aos Fundos Próprios, representam 67,5% do total do Ativo e fixaram-se, em 2016, em 29.951 milhões de euros.

Finalidade

Normalmente reportado ao encerramento do exercício económico reflete a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Informação prestada

Aspetos a considerar na elaboração do Balanço:

– Em cada conta devem figurar, além dos valores do exercício que se encerra, os correspondentes ao exercício anterior;

– Não se podem modificar os critérios de contabilização de um exercício para o outro, a não ser em casos quais se indicam e justificam nas notas ao balanço;

– Não é obrigatória a apresentação de contas com saldos nulos quer no exercício, quer no exercício antecedente;

– Pode fazer-se uma desagregação mais detalhada das contas que aparecem no modelo;

– A separação das dívidas entre curto e médio/longo prazos têm em conta o prazo previsto para o vencimento, considerando-se médio/longo prazos quando for superior a um ano (contado a partir da data de encerramento do exercício).

Observações

Ativo – inclui os bens e direitos da entidade, assim como os acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e está estruturado em três grandes grupos:

A) **Ativo imobilizado** – composto pelos elementos do património da autarquia que têm carácter permanente e que não são destinados a venda. O imobilizado é desagregado nos seguintes elementos:

- Bens de domínio público;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações corpóreas;
- Investimentos financeiros.

B) **Ativo circulante** – representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto pelos seguintes grupos:

- Existências;
- Dívidas a receber;
- Disponibilidades.

C) **Acréscimos e diferimentos** – acréscimos de proveitos e custos diferidos.

Passivo – representa as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, e é constituído por:

- Dívidas a terceiros a médio e longo prazo;
- Dívidas a terceiros a curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos.

Fundos Próprios – medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo. Os Fundos Próprios englobam o património, bem como as reservas e os resultados da autarquia e desagregam-se nas seguintes contas:

- a) Património;
- b) Reservas;
- c) Resultados transitados;
- d) Resultado líquido do exercício.

Nestes termos, da análise do balanço e dos indicadores financeiros anexos a este relatório, destaca-se o seguinte:

- O imobilizado líquido total ascende a 39.990.570€, o que significa que, comparativamente a 2015, diminuiu cerca de 1,1 milhões de euros;

- O rácio que mede o grau de cobertura deste imobilizado por capitais permanentes é próximo de 44,0%, o que revela uma cobertura adequada, este indicador avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo;

- A liquidez geral é adequada, revelando um rácio de 793%;

- A autonomia financeira é atipicamente elevada, com um rácio de 67%.

Face a estes indicadores, facilmente se conclui que o município continua a possuir uma inegável robustez financeira.

Em relação aos equilíbrios das contas do município, nas perspetivas de curto ou médio e longo prazo, e face à boa evolução registada há vários anos, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a sua atividade futura.

IMOBILIZADO

Quadro – XL

RÚBRICAS	2014	2015	2016
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	1.177.615,93 €	1.177.615,93 €	1.177.616,93 €
Edifícios	68.674,56 €	67.707,31 €	66.740,06 €
Outras construções e infraestruturas	22.091.089,57 €	21.293.778,42 €	19.993.024,75 €
Imobilizações em curso	533.660,04 €	25.343,22 €	138.402,44 €
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	12.459,46 €	7.385,45 €	6.568,01 €
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2.268.105,43 €	2.208.877,43 €	2.155.967,43 €
Edifícios e outras construções	14.642.711,22 €	14.189.045,83 €	13.848.792,11 €
Equipamento básico	338.618,00 €	370.683,64 €	287.152,42 €
Equipamento de transporte	476.268,98 €	398.076,08 €	647.403,72 €
Ferramentas e utensílios	3.689,00 €	3.860,67 €	4.931,77 €
Equipamento administrativo	77.606,62 €	114.327,48 €	81.918,36 €
Outras imobilizações corpóreas	44.710,72 €	39.784,02 €	31.685,16 €
Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	350.430,29 €
Investimentos financeiros			
Partes de Capital	77.365,31 €	152.405,00 €	152.405,00 €
Obrigações e títulos de participação	363.083,45 €	363.083,45 €	363.083,45 €
Investimentos em imóveis	802.237,85 €	733.117,84 €	684.447,62 €

TOTAL	42.977.896,14 €	41.145.091,77 €	39.990.569,52 €
-------	-----------------	-----------------	-----------------

O ativo imobilizado é constituído, em larga medida, por Edifícios e Outras Construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal. No âmbito das operações de investimento/(des)investimento municipal, revela o elevado esforço efetuado pelo Município.

Quadro – XLI

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	VARIAÇÃO NO TRIÉNIO
Acréscimos e Diferimentos	82.980,55 €	223.715,51€	181.443,48 €	- 42.272,03 €
Restante Ativo	46.459.538,72 €	44.640.869,15€	44.200.697,76 €	- 440.171,39 €
ATIVO TOTAL	46.542.519,27 €	44.864.584,66€	44.382.141,24 €	- 482.443,42 €

Quadro – XLII

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	VARIAÇÃO NO TRIÉNIO
Património	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	- €
Restantes Fundos Próprios	- 13.602.477,55 €	- 14.674.034,59 €	- 15.493.881,48 €	-819.846,89 €
FUND. PRÓPRIOS TOTAIS	31.842.565,24 €	30.771.008,20 €	29.951.161,31 €	-819.846,89 €

DISPONIBILIDADES (ORÇAMENTAIS)

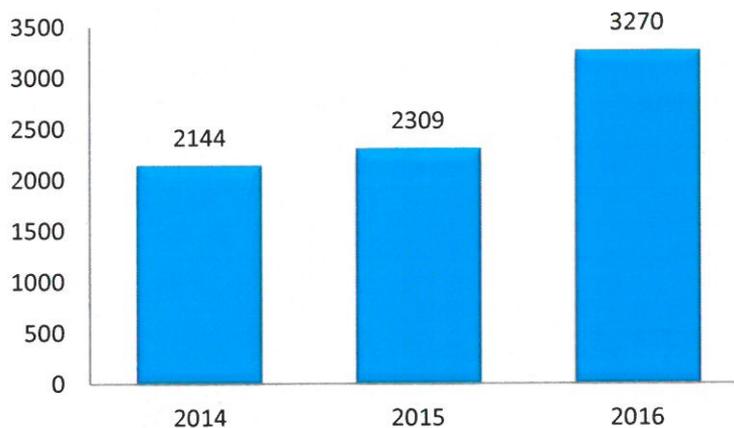
Quadro – XVIII

Un: Euros

	2014	2015	2016
CAIXA			
CAIXA TESOURARIA	2.895,30€	3.957,44 €	2.295,97 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	499.265,36€	480.323,90 €	1.081.861,57 €
BANCO BPI, SA	45.209,15€	98.669,33 €	220.196,84 €
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	70.454,54€	7.666,62 €	8.872,69 €

BANCO ESPÍRITO SANTO	704.180,20€	92.641,30 €	63.424,22 €
MILLENIUM BCP	825.016,97€	1.625.923,47 €	1.892.976,80 €
TOTAL GERAL	2.147.021,52€	2.309.182,06 €	3.269.628,09 €

Gráfico – XVI



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (POR NATUREZA)

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016.

O Município de Redondo encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2016 com um resultado líquido de (-907.495,32€), fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais.

Para a formação do resultado líquido do exercício contribuíram os seguintes componentes:

Quadro – XLIV

RESULTADOS	2014	2015	2016	Crescimento	% Cresc.
				(2015-2016)	
Resultados Operacionais	-3.452.952,52	-2.083.754,32	-1.994.622,03 €	-89.132,29 €	4,47%
Resultados Financeiros	325.308,62	301.708,65	328.599,06	26.890,41 €	8,18%
Resultados Correntes	-3.127.643,90	-1.782.045,67	-1.666.022,97	116.022,70 €	6,96%
Resultado Líquido do Exercício	-2.971.156,43	-1.050.209,88	-907.495,32	142.714,56 €	15,73%

Finalidade

A demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma autarquia ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar a

aplicação dos recursos utilizados. A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o resultado do exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Quadro – XLV

PROVEITOS OPERACIONAIS	2014	2015	2016	Crescimento	% Cresc.
				(2015-2016)	
Venda e Prestação de Serviços	1.000.919,94 €	900.277,40 €	1.072.052,56 €	171.775,16 €	16,02%
Impostos e taxas	907.739,71 €	1.130.545,00 €	909.286,67 €	-221.258,33 €	-24,33%
Transf. e Sub. Obtidos	5.008.275,55 €	5.435.248,44 €	4.974.863,16 €	-460.385,28 €	-9,25%
Trabalhos Própria Entidade	0,00 €	0,00 €	97.287,54 €	97.287,54 €	100,00%
Proveitos Suplementares	0,00 €	5.000,00 €	- €	- €	%
TOTAL	6.916.935,20 €	7.471.070,84 €	7.053.489,93 €	-417.580,91 €	-5,92%

CUSTOS OPERACIONAIS

Quadro – XLVI

CUSTOS OPERACIONAIS	2013	2014	2016	Crescimento	% Cresc.
				(20015-2016)	
CMVMC	849.460,41 €	839.302,97 €	635.919,27 €	-203.383,70 €	-31,98%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.140.750,47 €	2.047.655,37 €	1.965.992,71 €	-81.662,66 €	-4,15%
Custos com Pessoal	4.255.107,39 €	3.969.128,68 €	3.721.534,82 €	-247.593,86 €	-6,65%
Amortizações do exercício	2.364.458,71 €	2.315.636,18 €	2.246.206,39 €	-69.429,79 €	-3,09%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	357.725,54 €	337.864,96 €	324.104,90 €	-13.760,06 €	-4,25%
Provisões do exercício	356932,78€	11.317,83 €	122.481,22 €	111.163,39 €	90,76%
Outros Custos Operacionais	45.452,42 €	33.919,17 €	31.872,65 €	-2.046,52 €	-6,42%
TOTAL	10.369.887,72 €	9.554.825,16 €	9.048.111,96 €	-506.713,20 €	-5,60%

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2016, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 328.599€. Os Proveitos Financeiros são essencialmente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa e complementarmente de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e de aplicações de curto prazo, sendo suficientes para cobrirem os Custos Financeiros que são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro – XLIX

PROVEITOS TOTAIS	2014	2015	2016	CUSTOS E PERDAS	2014	2015	2016
Proveitos Totais	8.125.773€	8.958.382€	8.288.756€	Custos e Perdas do Exercício	11.096.930€	10.008.592€	9.196.252€
TOTAL	8.125.773€	8.958.382€	8.288.756€	TOTAL	11.096.930€	10.008.592€	9.196.252€
Resultado Líquido					-2.971.157€	-1.050.210€	-907.495€

O Resultado Líquido do Exercício apresenta um valor negativo de 907 mil euros, contribuindo para isso os resultados correntes (resultados operacionais + resultados financeiros).

Os resultados operacionais resultam das atividades decorrentes do Município ao passo que os resultados financeiros se devem sobretudo aos juros dos empréstimos obtidos. O valor positivo dos resultados extraordinários deve-se essencialmente à redução dos proveitos diferidos.

Apresentando-se resultado com um valor negativo, embora resulte das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.

INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAS

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, para melhor comprovar esta situação apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da pessoa coletiva que é a autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu ativo, onde preponderam os bens de investimento de natureza pública. Considerou-se útil recorrer a um conjunto de indicadores clássicos na análise económica e financeira, de forma a possibilitar uma análise tão completa quanto possível da situação patrimonial e financeira do Município de Redondo, na medida em que a mesma pode e deve constituir um elemento de apoio à gestão

Quadro – XLVII

VALOR €

PROVEITOS FINANCEIROS	2014	2015	2016	CUSTOS FINANCEIROS	2014	2015	2016
Proveitos e Ganhos Financeiros	399.391€	373.531€	379.339€	Custos e Perdas Financeiras	74.083€	71.822€	50.739€
TOTAL	399.391€	373.531€	379.339€	TOTAL	74.083€	71.822€	50.739€

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de “diferimentos” dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das amortizações do exercício dos bens financiados. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito, fundamentalmente, à correção de dívidas por cobrar que influenciaram em igual valor os proveitos.

Quadro – XLVIII

PROVEITOS EXTRAORDINARIOS	2014	2015	2016	CUSTOS EXTRAORDINARIOS	2014	2015	2016
Proveitos e Ganhos Extraordinários	809.447€	1.113.780€	855.927,88€	Custos e Perdas Extraordinários	652.959€	381.944€	97.400€
TOTAL	809.447€	1.113.780€	855.927,88€	TOTAL	652.959€	381.944€	97.400€

Quadro – L
Sustentabilidade a médio e longo prazos

INDICADORES	2014			2015			2016			VARIACÃO (pontos percentuais)		
										2014/2015	2015/2016	2014/2016
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	31 842 565	30 771 008	218,34%	29 951 161	207,55%	1,72	-10,79	-9,07		
		Passivo	14 699 954	14 093 576		14 430 980						
2	Solvabilidade II	Ativo Líquido	46 542 519	44 864 585	318,33%	44 382 141	307,55%	1,72	-10,79	-9,07		
		Passivo	14 699 954	14 093 576		14 430 980						
3	Solvabilidade Adaptado	Ativo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	22 671 479	22 300 140	158,23%	23 006 357	159,42%	4,00	1,19	5,20		
		Passivo	14 699 954	14 093 576		14 430 980						
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	31 842 565	30 771 008	68,59%	29 951 161	67,48%	0,17	-1,10	-0,93		
		Ativo Líquido	46 542 519	44 864 585		44 382 141						
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS												



 Página 93 de 169

EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO											
5	Liquidez Geral	Ativo Circulante	3 564 623	460,29%	3 719 493	547,22%	4 391 572	729,78%	265,46	182,57	448,03
6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	2 147 022	277,24%	2 309 182	339,73%	3 269 628	543,34%	170,02	203,61	373,64
7	Prazo médio de Pagamento	Passivo Circulante	774 437	11	679 713	13	601 764	93	-15	27	12
8	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a terceiros em 31/12 (exceto Empréstimos+OT+ Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro). Aquisição de Bens e Serviços/Transferências e subsídios no ano	99 957	48	113 643	42	849 707	114	-46	80	33
9	Indicador das imobilizações I	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12	129 384	45,30%	91 786	44,79%	246 163	44,56%	-0,51	-0,24	-0,75
	IMOBILIZAÇÕES	Capitais Permanentes	19 471 099		18 430 591		17 818 893				



10		Imobilizado Líquido	42 977 896	74,09%	41 145 092		39 990 570							
	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	31 842 565	74,09%	30 771 008		29 951 161			0,11			0,80	
		Imobilizado Líquido	42 977 896		41 145 092		39 990 570			0,70				
11		Capitais Alheios de MLP	13 121 041		13 032 332		13 363 380							
	Indicador das imobilizações III	Imobilizado Líquido	42 977 896	30,53%	41 145 092		39 990 570			1,14			1,74	2,89
12		Capitais Alheios de Curto Prazo	1 265 148		679 713		601 764							
	Indicador das imobilizações IV	Imobilizado Líquido	42 977 896	2,94%	41 145 092		39 990 570			-1,29			-0,15	-1,44
13		Imobilizado Líquido	42 977 896		41 145 092		39 990 570							
	Percentagem de imobilizado líquido total	Ativo Líquido	46 542 519	92,34%	44 864 585		44 382 141			-0,63			-1,60	-2,24
14		Imobilizado de Domínio Público Líquido	23 871 040		22 564 445		21 375 784							
	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Ativo Líquido	46 542 519	51,29%	44 864 585		44 382 141			-0,99			-2,13	-3,13
		IMOBILIZAÇÕES												

15	Endividamento	Passivo	14 699 954	31,58%	14 093 576	31,41%	14 430 980	32,22%	32,52%	-0,17	1,10
		Ativo Líquido	46 542 519		44 864 585		44 382 141				
16	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	374 787	0,81%	345 957	0,77%	288 299	0,65%	0,65%	-0,03	-0,12
		Ativo Líquido	46 542 519		44 864 585		44 382 141				
17	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	374 787	0,81%	345 957	0,77%	615 555	1,39%	1,39%	-0,03	0,62
		Ativo Líquido	46 542 519		44 864 585		44 382 141				
18	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	774 437	1,66%	679 713	1,52%	601 764	1,35%	1,36%	-0,15	-0,16
		Ativo Líquido	46 542 519		44 864 585		44 382 141				
19	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	28 828,58	0,06%	0,06%	0,00	0,06
		Ativo Líquido	46 542 519		44 864 585		44 382 141				
20	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	374 787	2,55%	345 957	2,45%	288 299	2,00%	-0,09	-0,46	-0,55
ENDIVIDAMENTO											


 Página 96 de 169

21	Estrutura de Endividamento II															
	Passivo	14 699 954			14 093 576				14 430 980							
	Dívidas de Curto Prazo	774 437		5,27%	679 713		4,82%	601 764		4,17%			-0,45		-0,65	
	Passivo	14 699 954			14 093 576			14 430 980								-1,10



 Página 97 de 169

Quadro – LI

Indicadores de equilíbrio de MLP do Município

INDICADORES	2014	2015	2016	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Solvabilidade I	217%	218%	208%	-9,07
Solvabilidade II	317%	318%	308%	-9,07
Solvabilidade Adaptado	154%	158%	159%	5,20
Autonomia Financeira	68%	69%	67%	-0,93

A solvabilidade, ou a capacidade de solver compromissos assumidos (passivo) com recurso a fundos próprios ou ao ativo total revela apenas uma diminuição de 9.07 p.p.. Contabilmente, os fundos próprios representam 208% do passivo total, sendo que o ativo representa cerca de 308% do passivo, refletindo uma situação líquida positiva.

O indicador da solvabilidade adaptado, atendendo ao ativo líquido sobre o passivo, surge devido aos bens de domínio público não representarem liquidez ou possível meio de liquidez dos municípios. Assim, temos em 2016 um grau de solvabilidade de 159%.

A autonomia financeira com uma diminuição de 1% representa 67%, Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos, quanto maior o rácio, tanto menor será a dependência do Município face a financiamentos externos.

Quadro – LII

Indicadores de equilíbrio de CP do Município

INDICADORES	2014	2015	2016	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Liquidez Geral	282%	547%	730%	448,03
Liquidez Imediata	170%	340%	543%	373,64
Prazo médio de Pagamento	81	66	93	12
Prazo médio de Pagamento - imobilizado	80	34	114	33

A Liquidez Geral revela a capacidade do Município em pagar os encargos a curto prazo.

A Liquidez Imediata relaciona só o valor existente em Disponibilidades com o passivo circulante.

Quadro – LIII
Indicadores de imobilizações Município

INDICADORES	2014	2015	2016	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Indicador das imobilizações I	45%	45%	45%	-0,75
Indicador das imobilizações II	74%	75%	75%	0,80
Indicador das imobilizações III	31%	32%	33%	2,89
Indicador das imobilizações IV	3%	2%	2%	-1,44
Percentagem de imobilizado líquido total	92%	92%	90%	-2,24
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	51%	50%	48%	-3,13

Quadro – LIV
Indicadores de endividamento Município

INDICADORES	2014	2015	2016	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Endividamento	32%	31%	33%	0,93
Endividamento de MLP	1%	1%	1%	-0,16
Endividamento - Empréstimos de MLP	1%	1%	1%	0,58
Endividamento de CP	2%	2%	1%	-0,31
Endividamento - Empréstimos de CP	0%	0%	0%	0,06
Estrutura de Endividamento I	3%	2%	2%	-0,55
Estrutura de Endividamento II	5%	5%	4%	-1,10

O grau de endividamento do Município, atendendo à relação passivo/ativo líquido, situou-se nos 33%.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

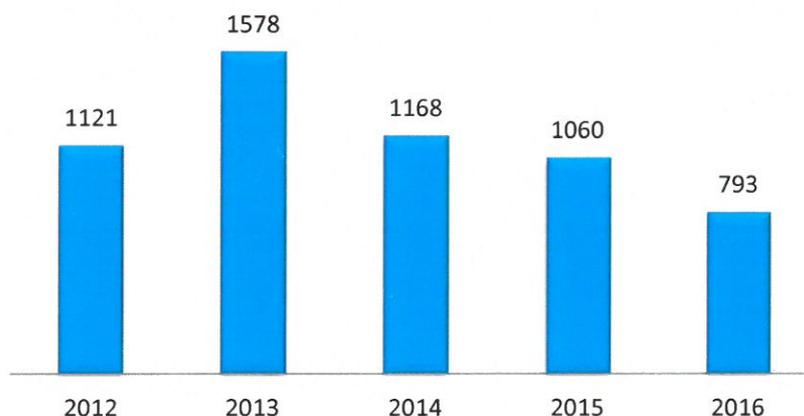
Quadro – LV

	2012	2013	2014	2015	2016
Empréstimos Concedidos	0 €	16.178 €	15.323 €	14.321 €	0 €
Contribuintes c/c	6.735 €	13.429 €	14.270 €	12.249 €	12.485 €
Utentes c/c	870.481 €	861.625 €	447.896 €	193.991 €	335.506 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	107.609 €	104.684 €	0 €	-7.891 €	0 €
Estado e outros entes públicos	0 €	840,49 €	2.761 €	10.222 €	7.436 €
Administração autárquica	28.000 €	98.525 €	69.863 €	344.790 €	45.638 €
Outros devedores	108.261 €	483.074 €	617.972 €	492.825 €	392.365,47 €

TOTAL	1.121.086 €	1.578.355 €	1.168.085 €	1.060.507 €	793.430 €
-------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------

Gráfico – XVII

Dívidas de Terceiros



DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO A BANCA)

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora se verifique um aumento em valores absolutos, em termos relativos no último ano, a dívida a terceiros assume um peso de 6,2% no total da despesa paga.

Quadro – LVI

	2012	2013	2014	2015	2016
Dívidas a Terceiros	287.026,61 €	239.105,71 €	774.437,22€	679.712,90€	493.272,70€
TOTAL	287.026,61 €	239.105,71 €	774.437,22€	679.712,90€	493.272,70€

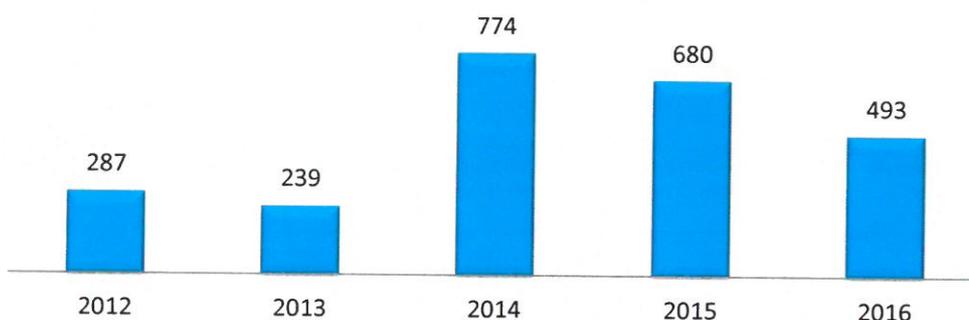
A composição desta dívida de 493.272,70€, é a seguinte:

- 113.605,41€, dizem respeito a valores retidos para entrega a terceiros (Estado e outras entidades);
- 13.834.95€, dizem respeito a valores de clientes e utentes com cauções;

-246.163,27€, correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado, com faturas em conferência, a maioria delas emitidas no final do ano económico mas com entrada na autarquia depois de 31 de Dezembro, motivo pelo qual nunca poderiam ter sido pagas até ao final do ano, ainda a abater o valor de 56.856,16€, referente a faturas que se encontram em contencioso (Divida não reconhecida) pela CMR.

- Apenas 119.669,07€ correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado refletida orçamentalmente, que já se encontrava lançada na contabilidade até 31 de Dezembro;

Gráfico – XVIII
Dívida a Terceiros

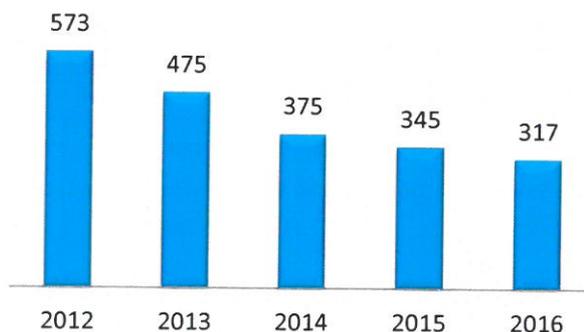


DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (em 31 de Dezembro)

Quadro – LVII

Empréstimo a Médio e Longo Prazo	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida a 31 de Dezembro	572.968,83 €	475.240,60 €	374.787,12€	345.957,34€	317.127,56€
TOTAL	572.968,83 €	475.240,60 €	374.787,12€	345.957,34€	317.127,56€

Gráfico – XIX



O montante dos empréstimos e o endividamento líquido municipal estão sujeitos a limites, fixados em função de uma percentagem da soma de um conjunto de receitas municipais:

CÁLCULO DO LIMITE DA DÍVIDA

A Lei n.º73/2013 de 03 de setembro, no seu art.º 52, fixa como limite a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro – LVIII

Limite da Dívida – Valores de referência

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.963.305	6.971.277	7.280.487	20.215.069	6.738.356

	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016
Receita Corrente Líquida Cobrada	6.101.130 €	5.877.904 €	5.904.777 €	6.956.717 €	7.274.954 €	6.904.655 €
Média dos últimos 3 anos						
Média nos 3 exercícios		5.961.271 €				
Média nos 3 exercícios			6.246.466 €			
				6.712.149 €		
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos			8.941.901 €	Limite da Dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014		
			9.369.699 €	Limite da Dívida total de operações orçamentais em 31/12/2015		
			10.068.224 €	Limite da Dívida total de operações orçamentais em 31/12/2016		

Passivo	13.073.554 €	13.991.171 €	13.896.385 €	14.699.954 €	14.093.576 €	14.316.019 €
(-) Acréscimos e Deferimentos	11.937.271 €	13.131.176 €	13.182.038 €	1.236.964 €	12.686.375 €	12.741.024 €
(-) Fundo de Apoio Municipal				363.083 €	311.214 €	259.346 €
(-) Provisões				313.765 €	381.531 €	357.676 €
(-) Operações de Tesouraria	167.344 €	170.015 €	122.868 €	127.885 €	98.250 €	50.485 €
Total da Dívida Orçamental (1)	968.939 €	689.980 €	591.478 €	658.256 €	615.936 €	907.488 €

CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS

CIMAC			6.458 €			44.388 €	44.128 €
ANMP 304			304 €				
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)			7.535 €	6.762 €		44.388 €	44.128 €
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			599.013 €	665.018 €		660.324 €	951.616 €
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO			8.342.893 €	827.688 €		8.709.375 €	9.116.608 €
LIMITE DE 20% DA MARGEM			1.668.579 €	165.538 €		1.741.875 €	1.823.322 €
TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2016							2402199
AUMENTO/REDUÇÃO DE DÍVIDA				66.005,00 €		- 4.694 €	291.292,00 €
						352.603 €	

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O não cumprimento deste preceito legal, bem como de outros em matéria de endividamento constantes do orçamento do Estado, pode determinar a redução na proporção do incumprimento das transferências a efetuar para as autarquias.

Nesta conformidade o limite da dívida, seria para o ano de 2016 de 10.107.534,50 euros. Contudo, sempre que um município cumpra este limite, só pode aumentar, em cada exercício o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De referir ainda que, de acordo com a Lei nº 73/2013, a dívida a considerar engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município são ainda incluídas as entidades intermunicipais, as entidades associativas municipais e empresas participadas.

No caso do Município de Redondo concorrem para o apuramento da dívida total a CIMAC – Comunidade intermunicipal do Alentejo Central e da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

De salientar que, conforme evidenciado acima, o município dispõe de uma margem de endividamento de 1.823.322,00 euros.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O executivo municipal desenvolveu importante esforço, recorrendo a todos os mecanismos legais, económico-financeiros, técnicos e administrativos ao seu alcance, para que se

concretizassem, tanto quanto possível, as atividades previstas, tendo procurado atingir os melhores resultados possíveis, na prossecução dos objetivos definidos.

Não é demais referir que esse quadro referencial foi delineado aquando da definição das prioridades para o quadriénio de 2014/2017, apontando para sete vetores de atuação ou objetivos estratégicos a desenvolver numa perspetiva de curto e/ou médio prazo e que são:

APOIO JURÍDICO

Das competências do Apoio Jurídico destacam-se as seguintes: elaboração de informações, emissão pareceres técnico – jurídicos, acompanhamento de processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre as petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar, acompanhamento de processos litigiosos, elaboração de regulamentos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, no âmbito das competências de todos os serviços camarários e com vista à prossecução das atribuições do Município de Redondo, bem como o apoio jurídico nessas matérias e em processos de parcerias.

Assim e nesta conformidade, as competências do Apoio Jurídico foram desenvolvidas pelas Técnicas Superiores Juristas afetas a este serviço no ano de 2016, cujas tarefas abrangeram toda a vasta gama de matérias da competência deste Município, designadamente:

- Apoio jurídico na área das contraordenações, que se traduziu em especial na instrução e elaboração de propostas de decisões;
- Apoio na elaboração de Regulamentos Municipais;
- Elaboração de respostas/contestações e fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais;
- Elaboração de respostas a agentes de execução, designadamente no âmbito de penhoras de salários.
- Acompanhamento e apoio a procedimentos concursais.
- Envio de alguma documentação para publicação em Diário da República.
- Elaboração de informações e despachos no âmbito de processos de queixa e reclamações apresentadas à autarquia, tendo em vista a notificação dos particulares e entidades externas.
- Elaboração de informações e propostas de decisão no domínio de processos de licenciamento de obras particulares;
- Emissão de informações na área da contratação pública;
- Elaboração de protocolos e contratos;
- Apoio e acompanhamento de procedimentos na área de aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Apoio jurídico ao Executivo Municipal;
- Apoio Jurídico às Juntas de Freguesia;

- Prestação de apoio a todos os serviços municipais.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal.

O SMPC adequa-se ao exercício da função de proteção e socorro, em função das características da população e dos riscos existentes no município.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se desenvolveu em 2016 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas:

- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verifiquem situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações.
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais
- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas acções de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Realização de exercício CPX PROCIV 7.3. Exercício Distrital onde se simulou uma situação meteorológica adversa que afetou intensamente o Distrito de Évora. Estiveram presentes todos os membros da Comissão Municipal da Proteção Civil e teve como objetivos:
 - Treinar e testar os procedimentos previstos nos Planos de Emergência de Proteção Civil;
 - Testar os procedimentos de comunicações entre o patamar distrital e municipal;
 - Exercitar a articulação operacional entre o CDOS, o CCOD, os APC e os SMPC envolvidos;
 - Exercitar os procedimentos e ações das CMPC e CCOD perante uma situação de exceção;
 - Consolidar a doutrina e os conceitos nos âmbitos do SIOPS.

Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal:

- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);
- Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
- Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI;
- Tratamento de dados cartográficos em articulação com o ICNF;
- Colaboração com o Gabinete de Proteção civil do Município de Alandroal para a realização de ações de sensibilização;

- Elaboração de candidaturas no âmbito do projeto "PRONATURA", promovido pela ANEFA, para os concelhos de Estremoz e Alandroal.
- Elaboração de pareceres sobre Parcelas de Gestão de Combustíveis no Alandroal;
- Apoio na elaboração de um plano para realização de um Parque Florestal no Alandroal;
- Participação em reuniões e formações no CDOS Évora;
- Participações em reuniões de planeamento de DFCI, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
- Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
- Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
- Revisão da cartografia das Faixas de Gestão de Combustível dos quatro Municípios;
- Elaboração da candidatura do GTFI ao Fundo Florestal Permanente, para os quatro Municípios;
- Participação no exercício de Proteção Civil no concelho de Redondo;
- Atividades de educação ambiental, no âmbito do programa "Reflorestação Nacional", em todas as escolas do concelho do Alandroal;
- Participação em formação relativamente à gestão das Equipas de Sapadores Florestais no CDOS de Portalegre.

SERVIÇO DE INFORMÁTICA

No ano de 2016 o Gabinete de Informática desenvolveu tarefas de gestão e manutenção de todo o parque informático quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia e centros escolares de Redondo e Montoito.

Atividades mais relevantes:

- Manutenção, gestão e administração de toda a infraestrutura (Rede e Sistemas);
- Conceção, administração, manutenção e exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, intranet e bases de dados instaladas, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acessos;
- Supervisionamento técnico de todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistema central instalado;
- Conservação e segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;
- Gestão e manutenção de todo o parque informático;
- Gestão e manutenção da aplicação de “workflow” existente;
- Elaboração das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;
- Levantamento de necessidades e desenvolvimento de aplicações internas que visam facilitar tarefas/rotinas diárias dos utilizadores;
- Garantir o help-desk diário a todos os utilizadores dos diversos serviços do Município de Redondo.
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de aplicações internas recorrendo a tecnologias “Open Source” para a sua implementação (PHP, MYSQL, etc.);
- Autoformação diária, como requisito de uma carreira que exige uma adaptação permanente a novos conteúdos.
- Acompanhamento da migração do sistema de Gestão da Base de Dados Bibliográfica da Biblioteca Municipal e Escolar (Khoa).
- Manutenção do parque tecnológico dos novos centros escolares de Redondo e Montoito (infraestrutura tecnológica, quadros interativos, vídeo vigilância, etc.).
- Manutenção dos servidores da cloud no DataCenter do Distrito de Évora.
- Importação, integração e produção da nova intranet.
- Ligação em fibra dos seguintes edifícios: Coliseu de Redondo, Pavilhão Multiusos, Museu do Barro, Mercado Municipal, Gabinete Técnico (antigo edifício da junta), Estaleiro Municipal, Biblioteca centro lúdico de Montoito, Centro Escolar de Montoito, Junta de Freguesia e CAME.
- Renovação da cablagem de fibra do Museu do Vinho e Biblioteca municipal de Redondo.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Naquelas que são as suas competências, a Divisão Administrativa e Financeira coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial de acordo com os recursos existentes, nomeadamente, na elaboração dos projetos dos documentos de gestão previsionais, no controlo e execução dos mesmos, e na elaboração e apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão, coligindo todos os documentos facultados pelos restantes Departamentos e demais Serviços Municipais.

É também a Divisão de apoio técnico e instrumental do Município e procura avaliar a conformidade do desempenho com os planos previamente definidos, nomeadamente com o Orçamento e com o Plano de Atividades, discriminando os objetivos atingidos, bem como o grau de execução dos projetos/atividades.

SUBUNIDADE ORGANICA DE RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são imprescindíveis para o normal funcionamento da autarquia.

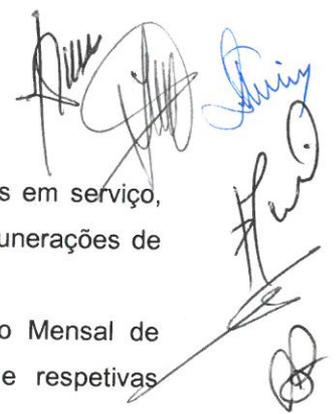
À Secção de Recursos Humanos incumbe, em articulação com os diversos serviços municipais, proceder à gestão e administração dos recursos humanos da autarquia, distribuídos pelas respetivas áreas de atuação, dentro do regime legal vigente, providenciando: pelo correto aproveitamento e conhecimento dos recursos humanos existentes; pelo seu recrutamento e integração; pela sua valorização, desenvolvimento e manutenção, bem como pela sua adequada separação.

O peso da despesa com pessoal representado na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha um cuidado redobrado na sua gestão, tratando-se de um dos ativos mais importantes, deve fazer-se uma afetação eficaz e eficiente desse recurso.

A Câmara Municipal, à data de 31 de dezembro, dispunha, no seu mapa de pessoal de 235 trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em função pública por tempo indeterminado (incluindo 3 comissões de serviço).

AREA DE ATUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:

- Organização e atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo, aposentação, acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Instrução dos processos referentes à atribuição de abono de família para crianças e jovens e outras prestações familiares;
- Inscrições/reinscrições de trabalhadores na A.D.S.E., Caixa Geral de Aposentações, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, bem como a elaboração dos respetivos mapas de entrega de descontos;
- Elaboração e entrega de mapas de descontos do pessoal inscrito na Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Redondo;



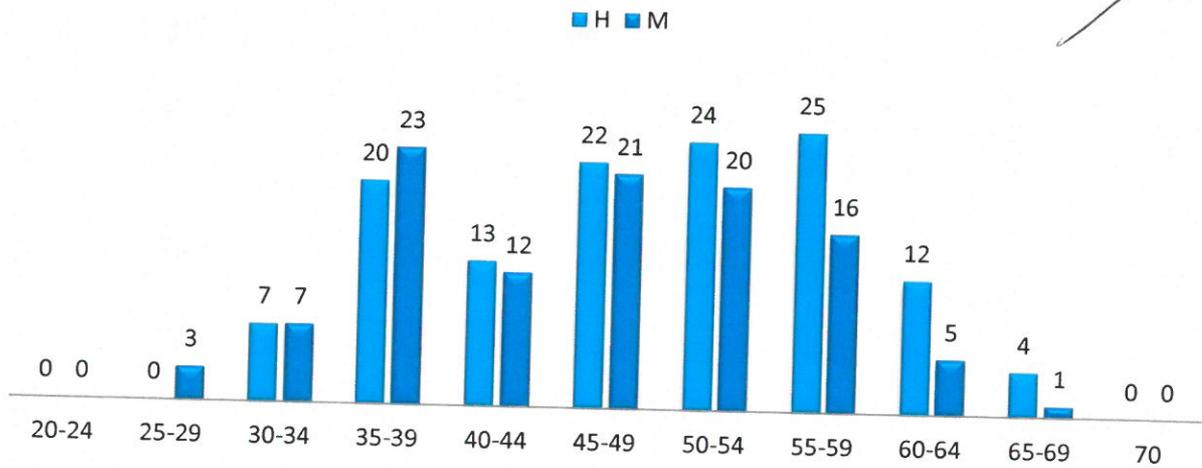
- Elaboração de listagens de remunerações para efeitos de seguro de acidentes em serviço, bem como da relação de descontos para seguros de grupo efetuados nas remunerações de alguns trabalhadores;
- Elaboração e entrega mensal à Direção-Geral dos Impostos da Declaração Mensal de Remunerações, de ficheiro em formato oficial, referentes os rendimentos e respetivas retenções, de todos os trabalhadores do Município;
- Elaboração e entrega à Direção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de fevereiro, de um ficheiro de formato oficial, referentes aos rendimentos e respetivas retenções, relativos ao ano anterior, para os trabalhadores independentes;
- Recolha e tratamento dos dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, comparticipação na doença, acidentes em serviço, entre outros;
- Controle da assiduidade dos trabalhadores através da verificação de todos os tipos de faltas e licenças e organização dos pedidos de submissão a Juntas Médicas da A.D.S.E. e C.G.A.;
- Processamento através de meios informáticos, das remunerações, comparticipações da A.D.S.E., horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de família para crianças e jovens e demais prestações familiares, pensões e outros abonos;
- Elaboração de estimativa das importâncias para despesas com pessoal efetuada nos termos do POCAL, destinada ao Orçamento Municipal;
- Recolha e tratamento informático do cadastro do pessoal, assiduidade, quadro de pessoal, dados relativos a abonos auferidos para efeitos de liquidação de I.R.S., etc.;
- Assegurar o expediente e arquivo de documentos e de processos;
- Conferência e elaboração do mapa de férias;
- Informar e submeter a despacho superior, requerimentos e demais petições dos trabalhadores e todos os assuntos com eles relacionados;
- Levantamento de dados para elaboração do Balanço Social e proceder à sua entrega até 1 de abril;
- Controlo dos descontos das pensões de alimentos, judiciais e das penhoras, ordenadas pelas entidades competentes, informando a Secção de Contabilidade para proceder à sua entrega mensal. Proceder às atualizações decorrentes das mudanças remuneratórias dando conhecimento aos vários intervenientes das alterações efetuadas;
- Atendimento dos trabalhadores sobre os diversos assuntos tratados no Sector.
- Execução de todas as ações administrativas necessárias ao bom funcionamento do setor;
- Atualização do Mapa de Pessoal;
- Atendimento ao público sobre pedidos de emprego, concursos, contratos, transferências, requisições e demais assuntos;

Quadro – LIX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género, em
31/12-2016

Faixa Etária	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
Menos de 20 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
20-24	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
25-29	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	2	0	0	1	0	0	0	3	
	T	0	0	2	0	0	1	0	0	0	3	1,28%
30-34	H	0	0	3	0	1	3	0	0	0	7	
	M	0	0	5	0	0	2	0	0	0	7	
	T	0	0	8	0	1	5	0	0	0	14	5,96%
35-39	H	0	1	4	2	3	10	0	0	0	20	
	M	0	0	7	0	7	8	0	0	1	23	
	T	0	1	11	2	10	18	0	0	1	43	18,30%
40-44	H	0	0	2	0	4	7	0	0	0	13	
	M	0	0	2	0	4	6	0	0	0	12	
	T	0	0	4	0	8	13	0	0	0	25	10,64%
45-49	H	0	1	5	0	3	13	0	0	0	22	
	M	0	0	3	0	4	14	0	0	0	21	
	T	0	1	8	0	7	27	0	0	0	43	18,30%
50-54	H	0	1	1	0	3	18	0	0	1	24	
	M	0	0	2	0	7	11	0	0	0	20	
	T	0	1	3	0	10	29	0	0	1	44	18,72%
55-59	H	0	0	0	1	2	22	0	0	0	25	
	M	0	0	0	0	0	16	0	0	0	16	
	T	0	0	0	1	2	38	0	0	0	41	17,45%
60-64	H	0	0	0	0	1	11	0	0	0	12	
	M	0	0	1	0	0	4	0	0	0	5	
	T	0	0	1	0	1	15	0	0	0	17	7,23%
65-69	H	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4	
	M	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
	T	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	2,13%
70 ou mais	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de Efetivos	H	0	3	15	3	17	88	0	0	1	127	54,04%
	M	0	0	22	0	22	63	0	0	1	108	45,96%
	T	0	3	37	3	39	151	0	0	2	235	

Gráfico – XX



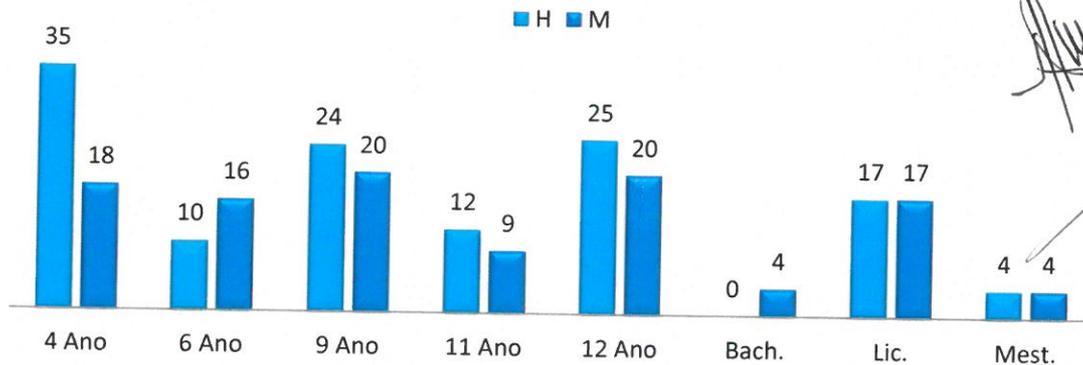
A nível de estrutura etária, verificamos que 18,72% dos trabalhadores tem entre os 50 – 54 anos e 18,30% tem entre os 35 – 39 anos e 45 – 49 anos.

Quadro – LX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, em 31-12-2016

Nível de Escolaridade	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico superior	Informática	Ass. Técnico	A.op.	Bombeiros	Polícia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
4 Anos de esc. (4ª classe)	H	0	0	0	0	0	35	0	0	0	35	
	M	0	0	0	0	0	18	0	0	0	18	
	T	0	0	0	0	0	53	0	0	0	53	22,55%
6 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	1	9	0	0	0	10	
	M	0	0	0	0	0	16	0	0	0	16	
	T	0	0	0	0	1	25	0	0	0	26	11,06%
9 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	2	22	0	0	0	24	
	M	0	0	0	0	2	18	0	0	0	20	
	T	0	0	0	0	4	40	0	0	0	44	18,72%
11 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	4	8	0	0	0	12	
	M	0	0	0	0	4	5	0	0	0	9	
	T	0	0	0	0	8	17	0	0	0	21	8,94%
12 Anos de escolaridade	H	0	0	0	2	8	14	0	0	1	25	
	M	0	0	0	0	13	6	0	0	1	20	
	T	0	0	0	2	21	20	0	0	2	45	19,15%
Bacharelato	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	2	0	2	0	0	0	0	4	
	T	0	0	2	0	2	0	0	0	0	4	1,70%
Licenciatura	H	0	3	13	1	0	0	0	0	0	17	
	M	0	0	16	0	1	0	0	0	0	17	
	T	0	3	29	1	1	0	0	0	0	34	14,47%
Mestrado	H	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	M	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	T	0	0	8	0	0	0	0	0	0	8	3,40%
Doutoramento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de efetivos	H	0	3	17	3	15	88	0	0	1	127	54,04%
	M	0	0	22	0	22	63	0	0	1	108	45,96%
	T	0	3	39	3	37	151	0	0	2	235	

Gráfico – XXI



Relativamente às habilitações literárias, 52,3% dos trabalhadores tem entre o 4.º e 9.º ano de escolaridade, 19,1% tem o 12.º ano de escolaridade, 14,5% tem licenciatura e 14,1% estão distribuídos pelos restantes níveis de escolaridade.

Quadro – LXI
Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, em 31-12-2016

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass. Operário	Bombeiros	Pessoal Apoio Educativo	Outros Grupos (b)	Total Geral	Total %
Comissão de serviço	H	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1,28%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	
CTFP por tempo indeterminado	H	0	0	17	3	15	88	0	0	0	123	97,87%
	M	0	0	22	0	22	63	0	0	0	107	
	T	0	0	39	3	37	151	0	0	0	230	
CTFP a termo resolutivo certo	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CTFP a termo resolutivo incerto	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras situações (d)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,85%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Total de efetivos	H	0	3	17	3	15	88	0	0	1	127	54,04%
	M	0	0	22	0	22	63	0	0	1	108	45,96%
	T	0	3	39	3	37	151	0	0	2	235	

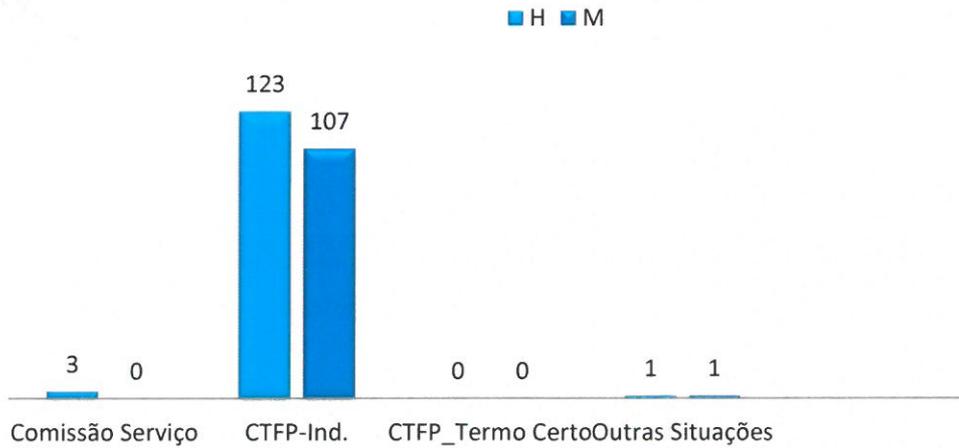
(a) Inclui pessoal de chefia

(b) Inclui todos os outros grupos profissionais

(c) Considera apenas os funcionários provenientes de outros serviços

(d) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais

Gráfico - XXII



Da análise do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

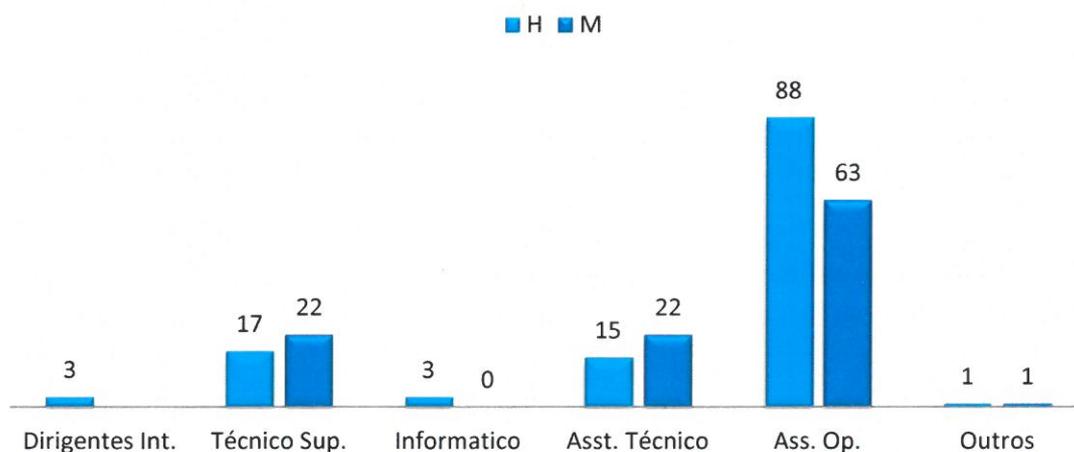
- Dos 235 funcionários do Município, 54,04% são do sexo masculino e 45,96% do sexo feminino;
- O grupo de pessoal com maior relevância é o dos Assistentes Operacionais, com 151 elementos (dos quais 41,72% são do sexo feminino e 58,28% do sexo masculino), que representam 64,2% do efetivo;

Quadro – LXII

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, em 31-12-2016

Ag. Antiguidade	Sexo	Dig. Superior	Dirigente Intermediários	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass.Op.	Bombeiros	Polícia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
até 5 anos	H	0	2	2	1	0	15	0	0	0	20	
	M	0	0	3	0	0	15	0	0	0	18	
	T	0	2	5	1	0	30	0	0	0	38	16,17%
5 a 9	H	0	0	6	0	5	15	0	0	1	27	
	M	0	0	10	0	0	14	0	0	1	25	
	T	0	0	16	0	5	29	0	0	2	52	22,13%
10 a 14	H	0	1	6	0	2	9	0	0	0	18	
	M	0	0	4	0	12	14	0	0	0	30	
	T	0	1	10	0	14	23	0	0	0	48	20,43%
15 a 19	H	0	0	3	2	2	17	0	0	0	24	
	M	0	0	1	0	4	3	0	0	0	8	
	T	0	0	4	2	6	20	0	0	0	32	13,62%
20 a 24	H	0	0	0	0	1	17	0	0	0	18	
	M	0	0	1	0	3	0	0	0	0	4	
	T	0	0	1	0	4	17	0	0	0	22	9,36%
25 a 29	H	0	0	0	0	3	10	0	0	0	13	
	M	0	0	2	0	2	16	0	0	0	20	
	T	0	0	2	0	5	26	0	0	0	33	14,04%
30 a 34	H	0	0	0	0	1	3	0	0	0	4	
	M	0	0	1	0	1	1	0	0	0	3	
	T	0	0	1	0	2	4	0	0	0	7	2,98%
35 a 39	H	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1,28%
40 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de efetivos	H	0	3	17	3	15	88	0	0	1	127	54,04%
	M	0	0	22	0	22	63	0	0	1	108	45,96%
	T	0	3	39	3	37	151	0	0	2	235	

Gráfico – XXIII



Assim, pode-se concluir que, dos 235 funcionários com vínculo à Administração Local, 22,13% tem menos de 5 anos de antiguidade, enquanto no termo oposto, apenas 1,28% conta já com mais de 35 anos de antiguidade.

Após análise dos recursos existentes, podemos passar às principais atividades emanadas pela Subunidade de Recursos Humanos:

Admissões

- No ano 2016, de acordo com abertura de procedimento concursal cujo Aviso foi publicado no ano 2015, foram admitidos 33 trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- Organização, preparação e conclusão de projetos, no âmbito da Iniciativa Emprego 2016, de candidaturas relativas aos programas Contrato Emprego Inserção (subsídio de desemprego);
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito da Iniciativa Emprego 2016, de candidaturas relativas aos Programas Inserção+ (subsídio rendimento mínimo de inserção);
- Conclusão, no âmbito candidaturas relativas ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, PEPAL 2015/2016.

Formação /Avaliação

- Em execução de despacho superior procedeu-se à inscrição de 14 trabalhadores, em ações de formação num total de 218 horas.

:

Aposentações/saídas

No ano de 2016 não houve aposentações.

Saídas: 1 voluntária

1 falecimento

2 contratos a termo parcial, técnicos das AEC's.

Higiene e Segurança no Trabalho (HST)

Relativamente à HST, os recursos humanos têm como principal objetivo apoiar toda a estrutura que constitui a Câmara Municipal de Redondo no que concerne à melhoria das condições de segurança e de higiene no trabalho. Enquadrado nestas atribuições tem-se vindo a desenvolver esforços para implementar um sistema de medicina no trabalho para dar resposta às necessidades nesta matéria. Atendendo à inexistência de Recursos Humanos para implementar e desenvolver esta área, foram adquiridos serviços a empresa especializada na área.

Acidentes de trabalho

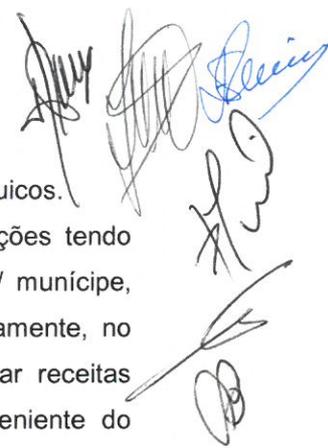
No ano de 2016 ocorreram 6 acidentes de trabalho.

ATENDIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

O Serviço de Atendimento e Gestão Documental no desempenho das suas funções deu o apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal e executou as mais diversas funções inerentes ao serviço e outras que se mostraram necessárias à articulação entre todos os serviços municipais.

No decorrer dos trabalhos de funcionamento da Assembleia Municipal foi efetuado o registo de entrada de 71 documentos, foram expedidos 114 ofícios e foram elaboradas 5 atas, resultantes das 5 reuniões realizadas no ano de 2016, procedeu-se à elaboração das convocatórias e à organização da documentação respetiva, elaboração de editais, de modo a publicitar as reuniões e as respetivas deliberações, elaboração das folhas de presença e folhas de votação dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões e elaboração da documentação necessária ao pagamento das senhas de presença dos membros eleitos.

Para funcionamento do órgão executivo, Câmara Municipal, foi dado o apoio administrativo na organização da documentação necessária à realização das reuniões, foram secretariadas as 23 reuniões realizadas no ano de 2016, das quais resultou a elaboração de 23 atas. As deliberações tomadas nas reuniões foram encaminhadas para todos os serviços, de modo a serem desenvolvidos os procedimentos tidos por convenientes, foram ainda publicitadas nos lugares públicos e no site oficial da Câmara Municipal, também as atas foram publicitadas no site oficial da Câmara Municipal.



Foi prestado todo o apoio administrativo aos membros eleitos para os órgãos autárquicos.

No âmbito do Atendimento e Gestão Documental foram desempenhadas as funções tendo como principal objetivo dar resposta rápida e eficaz às solicitações do cidadão / munícipe, articular a sua ação com as diferentes áreas dos serviços municipais, nomeadamente, no registo e tramitação de toda a documentação apresentada no serviço, arrecadar receitas provenientes dos serviços prestados no balcão único municipal e receita proveniente do fornecimento de água, fazer o atendimento telefónico e encaminhamento das chamadas recebidas, efetuar ligações telefónicas para o exterior a pedido dos diversos serviços.

Procedeu-se à receção de pedidos, organização, instrução e emissão dos respetivos documentos de autorização referente aos processos adstritos ao serviço, designadamente:

12 processos de licença especial de ruído para realização de eventos e 6 processos de licenciamento de queimada.

101 processos referentes ao serviço de cemitério (74 inumações, 5 trasladações, 5 processos de aquisição de sepultura e 17 pedidos diversos).

No âmbito do licenciamento municipal foram tratados 2 processos de ocupação de espaço público.

No âmbito do licenciamento zero, através da plataforma nacional do balcão do empreendedor, foram tratados 15 processos, sendo 7 processos referentes a instalação de estabelecimento / acesso à atividade, 2 processo de modificação de estabelecimento / acesso à atividade, 2 processos de ocupação de espaço público e 4 processos de alojamento local.

Foram rececionados e tramitados 918 processos referentes ao fornecimento de água (220 contratos de fornecimento de água, 23 pedidos de averbamento, 206 pedidos de interrupção de fornecimento, 2 pedidos de substituição de contador, 6 pedidos de mudança da sítio de contador, 5 pedidos de ramais de água / esgoto, 392 pedidos diversos, e 64 pedidos de pagamento de água em prestações e respetivos acordos de pagamento).

Foram rececionados e tramitados 341 pedidos para limpeza de fossas sépticas.

Foram recebidas, registadas e tramitadas para o serviço de desporto, 91 inscrições para utilização da piscina coberta de Redondo e foram emitidos mensalmente os documentos de cobrança da mensalidade devida pelos utilizadores da piscina coberta e do pavilhão desportivo. Foi efetuada a contabilização das entradas na piscina descoberta, tendo as entradas grátis sido contabilizadas através das pulseiras cedidas no total de 7.703 entradas, referente a entradas pagas foram efetuados os registos informáticos de 9.465 entradas, o que significa um total de 17.168 entradas na piscina descoberta.

Na sequência da assinatura do acordo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, com vista à implementação e comercialização do Cartão Jovem Municipal EYC de Redondo, foram rececionados os pedidos e emitidos 30 cartões jovem municipal.

Foram rececionados e tratados 100 pedidos de passe escolar para o ano letivo 2016/2017. Foi efetuado o registo mensal e conferência dos valores devidos pelos passes escolares e emitidos os documentos de cobrança dos passes sujeitos ao pagamento da mensalidade.

Foram rececionados e tramitados todos os processos e requerimentos referentes ao serviço de urbanismo, num total de 654 registos, foram também emitidos, pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, alvarás de licença de construção e alvarás de licença de utilização.

Prestou-se apoio ao Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo, através do fornecimento imediato, aos munícipes, de plantas de localização.

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 4355 documentos de receita individual e recebidos 3712 documentos, foram ainda emitidos e recebidos pelo serviço 463 documentos de receita coletivos.

Foram registados, digitalizados e tramitados no Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal 11845 documentos entrados e foi efetuado o registo e digitalização referente à expedição de 3829 documentos.

Foi dado apoio à secção de pessoal, no atendimento e encaminhamento de desempregados que se apresentam com oferta de emprego.

Foram emitidos e renovados Registos de Certificados de Cidadão da União Europeia e enviada a informação mensal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Procedeu-se à emissão e renovação de registos de promotor público de espetáculos, emissão de licenças de representação e envio mensal da respetiva informação à Inspeção-geral de Atividades Culturais.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

O serviço de contabilidade coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial.

Organizacionalmente, a atividade desenvolvida é dividida em 3 sectores:

Contabilidade

Além de executar e participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental, de preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados a entregar a outras entidades, realizou as ações e demais procedimentos que se enunciam:

- Ao nível do funcionamento da aplicação informática de contabilidade, promoveu-se a manutenção da mesma, com o respetivo acompanhamento técnico e apoio do Gabinete de Informática, tendo em vista a contínua melhoria das funcionalidades da aplicação na elaboração das tarefas diárias;
- Com o objetivo de atingir uma crescente otimização das ferramentas da aplicação informática e procedimentos internos, com celeridade e diminuição de custos com o consumo de material de escritório, no processamento de faturas e respetivas autorizações de pagamento procedeu-se à reunião de vários documentos de forma a reduzir substancialmente a emissão de ordens

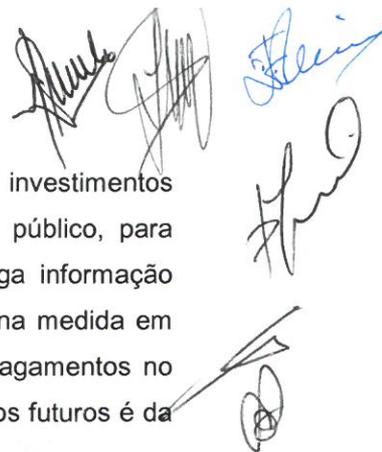
de pagamento e ainda progrediu-se no sentido de se reunir despesas em ordens de pagamento coletivas, resultando num menor número de registos;

- Atualização e controlo dos processos de empréstimos a médio e longo prazo;

A Contabilidade efetuou registos diários que podem ser traduzidos em número de documentos processados:

Documentos de Despesa	2014	2015	2016
Propostas de Cabimento	1761	1888	1979
Requisições Externas	1829	1875	1949
Faturas	2517	2691	1494
Movimento de Estorno	152	130	85
Ordens de Pagamento	3131	3248	3476
Ordens de Pagamento Tesouraria	327	537	337
Recibos	1	1	1
Reposições de Pagamentos	12	26	37
Documentos de Receita	2014	2015	2016
Guias de Receita	73	79	92
Guias de Faturas	2019	3671	3664
Guias Individuais	2790	1096	1178
Documentos Coletivos	1575	1441	1171
Guias de Recebimento	4654	4681	4758
Recebimento de Guias Coletivos	1551	1612	1564
Anulação de Receita	24556	2257	250
Estorno de Receita	1	1	4
Diversos	2014	2015	2016
Num. de Terceiro	4846	5248	5643
Movimentos Bancários	5705	5964	6024
Notas de Lançamento	11520	12087	10341
N. Pendentes WF	1	1	1
Caderneta Bancos	365	333	332
Afetação de Custos	38375	43241	41911
Pedidos Aut. Despesa	1	1	2
Garantia / Caução	1	7	4

1. Património



Apurar o Ativo Bruto, nomeadamente, o Imobilizado, que compreende os investimentos financeiros, as imobilizações corpóreas e incorpóreas e os bens de domínio público, para elaboração do Balanço, que para além de obrigatório é um mapa que agrega informação financeira importante, nomeadamente, para a análise da situação Patrimonial, na medida em que se obtém informação não só das transações passadas que envolveram pagamentos no exercício, como de obrigações e direitos a pagar e a receber relativos a exercícios futuros é da competência anual do Património.

Igualmente importante e também da competência anual do Património é apurar as Amortizações do Exercício, para o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (Custos e Proveitos) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, a Demonstração de Resultados.

Nesta conformidade, no âmbito das suas competências, foram desenvolvidas as diligências infra mencionadas e no que concerne à classificação patrimonial, para elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, procedeu-se à classificação de faturas e reconciliação entre os registos destas na classe 4- Imobilizado, do Ativo por parte da Contabilidade e os valores inventariados na mesma classe por parte dos seus serviços, de forma a apurar-se inequivocamente os bens novos que integram a referida classe e a fazer corresponder os valores das alterações patrimoniais (beneficiações, depreciações, amortizações, etc.) aos bens que já se encontram em cadastro.

Foram inventariados, durante o ano de 2016:

- 4 Bens Imóveis de Domínio Privado;
- 2 Bens Imóveis de Domínio Público;
- 83 Bens Móveis;
- 5 Viaturas;
- 3 Imobilizações incorpóreas;
- 11 Abates de Bens Imóveis;
- 62 Abates de Bens Móveis;
- 3 Abates de Viaturas;
- 0 Abates de Imobilizações incorpóreas;
- 41 Valorizações;
- 1 Desvalorizações.

2. Tesouraria

A Tesouraria procedeu à cobrança e arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, devidamente autorizadas, e após verificação das normas legais em vigor.

A Tesouraria, registou todos os movimentos oriundos de cada um dos serviços emissores de documentos de receita e despesa.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

A secção de Aprovisionamento, no ano em apreço realizou, as ações e demais procedimentos que seguidamente se referem:

- Após instrução dos respetivos processos, procedeu-se às aquisições necessárias para todos os serviços municipais, procedendo-se à abertura de concursos relativos a procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, respeitando todos os preceitos legais aplicáveis;
- Procedeu-se à elaboração de anúncios, programas de concurso e cadernos de encargos, bem como se asseguraram a tramitação dos processos, sob o ponto de vista legal e administrativo;
- No âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, que aprova o CCP, foram elaborados 26 processos de Ajuste Direto do Regime Geral e 2 processos de Concurso público;
- No decorrer do ano, foi sendo efetuada, diariamente, a atualização das fichas de existências através do registo dos documentos e movimentação de stocks na aplicação informática de armazéns;
- Efetuou-se a gestão de stocks e encomendas de materiais;
- Procedeu-se à distribuição, pelos diversos serviços, dos bens objeto de requisição;
- Movimentos e registos diários traduzidos em número/volume de documentos tratados e processados:

Documentos Emitidos na Aplicação de Armazém

	2014	2015	2016
Requisições Internas	8687	9136	8296
Pedidos de Aquisição	1522	1699	1782
Notas de Encomenda	1453	1599	1732
Processos de Consulta	41	28	21
Pedidos de Fornecimento	86	55	63

-Para atualização dos ficheiros de consumos anuais e a fim de evitar eventuais roturas de stock, no decorrer do ano foram solicitadas distintas estatísticas de consumos de artigos necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas do Município, para comparativamente e de harmonia com os ficheiros que integram a aplicação armazém/aprovisionamento proceder à abertura dos respetivos processos de aquisição;

- Efetuou-se o atendimento personalizado a fornecedores com contratos a decorrer, bem como a receção àqueles que pretendiam apresentar os seus produtos ou que simplesmente pretendiam inscrever-se como tal, efetuando-se desde logo a atualização dos ficheiros relativos ao mercado fornecedor, para apresentação de propostas em futuras consultas;

- Efetuaram-se consultas periódicas ao mercado, para selecionar as entidades com melhores e mais favoráveis condições para a autarquia;

- Em conjunto com a Contabilidade, foi efetuado um controlo das notas de encomenda por movimentar/requisições externas emitidas e a aguardar faturação, contactando quer o

fornecedor quer o serviço requisitante, para apurar as respetivas causas, procedendo-se quando foi caso disso às respetivas inutilizações e estornos;

- Foram também executados variados procedimentos necessários à integração e interligação das aplicações de aprovisionamento e contabilidade (POCAL), no que respeita à atualização da codificação de artigos, terceiros (fornecedores), tipos de despesa, classificação orçamental, requisições internas, pedidos de aquisição, propostas de cabimento, notas de encomenda, requisições externas a fornecedores ou prestadores de serviços, entre outras;
- Ao longo do ano, procedeu-se à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram pelo aprovisionamento.

NOTARIADO

Foram contabilizados pelos Serviços de Notariado e Sector de Apoio à Contratação Pública:

CONTRATOS

- Empreitada - 5
- Fornecimento – 8
- Prestação de Serviços – 10
- Contrato de Locação - 1

DPD – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Redondo, contempla os seguintes serviços: Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Sistema de Informação Geográfica de Redondo (SIGRED), Gabinete de Intervenção Ambiental (GIA) e o Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

GADE

O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) tem como principais objetivos apoiar a instalação de novas empresas bem como acompanhar e incentivar as empresas já existentes, apoiar as IPSS's, desenvolver atividades de empreendedorismo e realizar e acompanhar candidaturas aos fundos comunitários.

Em 2016 verificou-se o encerramento da grande maioria das operações aprovadas no período de programação 2006-2013.

Assim, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento aos agentes económicos (empresas e instituições particulares de solidariedade social) e munícipes com iniciativas empreendedoras, bem como fornecimento da informação disponível relativa aos apoios em vigor:

- Portugal 2020 e Alentejo2020;
- PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural;



- Porta 65 – Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem;
- Linhas de Crédito PME Investe;
- Medidas de apoio do IEFP;
- Microcrédito.
- Coordenação da participação dos produtores de vinho do concelho nas Ruas Floridas 2016, na Feira de S. Francisco e na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL);
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos pelo Município:
 - Plano de Ação de Regeneração Urbana do Concelho de Redondo;
 - Reabilitação Urbana da Vila de Redondo: Unidade C – 2ª Fase;
 - Requalificação da Zona Oeste da Vila de Redondo;
 - Criação do Parque Ambiental de Montoito;
 - Reabilitação Urbana da Vila de Redondo: Unidade A – 2ª Fase.
- Acompanhamento da execução financeira e encerramento das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários:
 - Zona Verde e de Lazer do Rossio de Cima, em Montoito;
 - Requalificação Urbana da Vila de Redondo: Unidade C -1ªfase;
 - Requalificação da Circulação Pedonal das Falcoeiras;
 - Modernização do Salão Polivalente de Montoito;
 - Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - A Descoberta de Redondo;
 - Rede Cultural “Terras de Sol”;
 - Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase;
 - Construção da Via Circular Poente – 3.ª fase;
 - Requalificação Urbana da Zona do Calvário;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional 2011;
 - Requalificação Urbana de Redondo;
 - Centro Escolar de Redondo;
 - Centro Escolar de Montoito;
 - Fórum de Eventos Promocionais – Coliseu de Redondo;
 - Arrelvamento e Beneficiação do Campo do Calvário;
 - Festival Terras de Sol;
 - Teias;
 - Parque Ambiental de Redondo;
 - Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos.
- Acompanhamento da execução financeira e encerramento das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários de projetos desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos do concelho;

- Colaboração com o Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde de Redondo, entidade promotora, na implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLAS) de Redondo – participação em diversos grupos e sessões de trabalho.

SIGRED

O Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo (SIGRED) tem como função capturar, armazenar, verificar, integrar, manipular, analisar e visualizar dados georreferenciados de todo o concelho. Esta ferramenta tem permitido uma melhoria na qualidade da decisão, respostas mais céleres e transparentes e um melhor conhecimento do território.

Assim, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

- Atualização da Cartografia Existente consoante os pedidos de enquadramento realizados e pela informação que os requerentes fornecem, nomeadamente do Cadastro Rústico e Urbano do Concelho de Redondo;
- Atualização e disponibilização de informação referente aos Planos de Ordenamento do Território, Servidões e informação útil referente ao Ordenamento do Território no site do Município de Redondo;
- Atualização da base de dados dos resíduos sólidos urbanos, integração de novos contentores subterrâneos;
- Georreferenciação de todas as fossas sépticas do concelho de redondo com apoio dos técnicos responsáveis pelo serviço;
- Realização de Análises – Espaciais.
 - a. Cálculo do comprimento das condutas de abastecimento e coletores de saneamento nas freguesias do concelho de redondo;
 - b. Cálculo do comprimento de condutas e coletores reabilitados no concelho de redondo em 2016;
 - c. Cálculo do número de ramais de abastecimento e saneamento por aglomerados urbanos;
 - d. Cálculo do número de alojamentos beneficiados com recolha de resíduos sólidos indiferenciados e diferenciados no concelho de redondo;
 - e. Emissão de relatórios provenientes das análises realizadas e preenchimento dos metadados da informação geográfica criada.

2. Proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional junto da DRAPAL e DRADR;



3. Proposta de alteração simplificada da Reserva Ecológica Nacional - Programa Turístico da Herdade da Alcorovisca;
4. Preparação da cartografia e início do processo de integração do Plano Especial da Albufeira da Vigia na carta de ordenamento.
5. Criação de uma base de dados para os números de polícia, registo de novos números;
6. Finalização da georreferenciação dos prédios urbanos do concelho de Redondo com base na informação das cadernetas prediais fornecidas pelas finanças em 2012 e disponibilização da informação através do Google Earth (formato .Kml) na seção de Urbanismo.
7. Conversão de Cartografia para o Sistema de Coordenadas ETRS89 Portugal TM -06;
8. Levantamento com GPS da rede de abastecimento e saneamento modificada no âmbito da Área de Reabilitação Urbana de Redondo;
9. Atualização da rede de abastecimento e saneamento do concelho de Redondo e registo de novas intervenções, com a colaboração dos Técnicos responsáveis pela rede de abastecimento e saneamento;
10. Atualização da Base de Dados das empresas, comércio e serviços e disponibilização da informação através do Google Earth (formato .Kml) no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE);
11. Atualização da base de dados dos loteamentos e digitalização dos respetivos alvarás de loteamento;
12. Realização de vários mapas temáticos e análise espaciais em SIG para apoio aos vários gabinetes internos;

13. Número de Plantas requeridas pelos Municípios;

Foram fornecidas em formato analógico:



- 70 Enquadramentos em Ortofotomapa;
- 41 Enquadramentos em Carta Militar;
- 0 Enquadramentos em Levantamento Topográfico;
- 46 Enquadramentos em PDM (Condicionantes);
- 3 Enquadramentos em PDM (Ordenamentos);
- 9 Enquadramentos em PU;
- 14 Enquadramento em Planta Cadastral;
- 3 Outros Enquadramentos

Somando um total de 186 plantas fornecidas.

Foram fornecidas em formato digital:

- Foi disponibilizado à empresa Dstelecom alentejo e algarve s.a., portador do Contribuinte n.º 509344518, representada por Vasco Mesquita (Eng.º Civil), a rede viária do concelho de Redondo e números de polícia em formato CAD – dwg Georreferenciada em ETRS89, para auxílio na reatualização da sua base de registo cadastral;

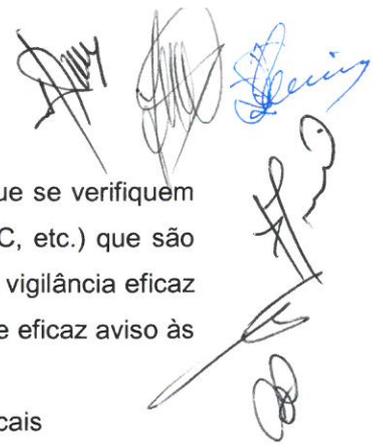
- Foi disponibilizado à Universidade ISCTE Lisboa, portador do Contribuinte n.º 501510184, representada por Rolando Volzone (Investigador), a carta de declive, carta de ocupação do Solo, Hidrografia, Carta do Património arqueológico, Rede viária principal e florestal e Carta Militar da Serra, para auxílio no projeto financiado pela FCT sobre: “Arquiteturas da Alma. Proposta de Valorização da Arquitetura e Paisagem Eremítica no Alentejo dos séculos XII-XVI”.

- Foi disponibilizado a Rui Silva Russo – Atelier de Arquitetura, Lda, portador do Contribuinte n.º 507281080, representado por Rui Russo (Arquiteto), o projeto em dwg do alargamento da zona industrial de redondo, georreferenciado em ETRS89, para auxílio na georreferenciação do projeto de arquitetura a entregar na Câmara Municipal.

SMPC

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal. O SMPC adequa-se ao exercício da função de proteção e socorro, em função das características da população e dos riscos existentes no município.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se desenvolveu em 2016 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas:



- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verifiquem situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações.
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais
- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Florestal Contra Incêndios.
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Realização de exercício CPX PROCIV 7.3. Exercício Distrital onde se simulou uma situação meteorológica adversa que afetou intensamente o Distrito de Évora. Estiveram presentes todos os membros da Comissão Municipal da Proteção Civil e teve como objetivos:
 - Treinar e testar os procedimentos previstos nos Planos de Emergência de Proteção Civil;
 - Testar os procedimentos de comunicações entre o patamar distrital e municipal;
 - Exercitar a articulação operacional entre o CDOS, o CCOD, os APC e os SMPC envolvidos;
 - Exercitar os procedimentos e ações das CMPC e CCOD perante uma situação de exceção;
 - Consolidar a doutrina e os conceitos nos âmbitos do SIOPS.

GIA

No âmbito das competências atribuídas ao gabinete, foram realizadas as seguintes atividades em 2016:

- Acompanhamento do livro de registo sanitário com o objetivo de facilitar o controlo da qualidade da água, pelos funcionários da piscina, e confirmar a honestidade dos responsáveis perante uma inspeção sanitária, os resultados das análises devem ser sempre registados em livro ou arquivados em dossier específico. Todas as ocorrências e aspectos técnicos importantes (número de banhistas entrados diariamente, quantidade de água renovada, temperatura, lavagens de filtros, verificações técnicas, etc.).
- Monitorização da qualidade das águas das piscinas, através das análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas;
- Articulação com a Autoridade de Saúde Pública a investigação das causas, adopção de medidas correctivas com o objectivo de resolução os incumprimentos registados;



- Elaboração e publicitação dos editais trimestrais da qualidade da água e avisos de corte de água, disponíveis na página de Internet da câmara;
- Envio trimestral para todos os agentes económicos, que os solicitem, os relatórios da qualidade da água necessário no âmbito da implementação do HACCP;
- Colaboração com a entidade gestora da qualidade da água em alta, Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Dar cumprimento às obrigações para com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos:

- Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2017, o qual é aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Monitorização da qualidade da água para consumo humano, por forma a cumprir o Plano de Controlo de Qualidade da Água 2016, efetuar a comunicação de incumprimentos aos valores paramétricos e solicitação da dispensa do controlo analítico de parâmetros conservativos;
- Introdução dos dados de qualidade da água (IDQA) 2015.
- Acompanhamento do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores, fase de comunicação de dados, auditoria e validação de dados referente ao ano de 2015.
- Tratamento de reclamações.

- Colaboração na gestão dos resíduos sólidos urbanos e não urbanos:

- Recolha seletiva de 72.69t de vidro;
- Recolha seletiva de 48.61t de papel/cartão;
- Recolha seletiva de 31.22t de plástico/metal;
- Recolha seletiva de 0,47t de óleos alimentares usados;
- Recolha seletiva de 0.05t de pilhas e Acumuladores;
- Mistura de resíduos urbanos e equiparados - recolha de 3006.12t – devidamente encaminhadas para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB) da Gesamb;
- Monstros não ferrosos - recolha de 15.28t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
- Resíduos verdes - recolha de 41.82t – devidamente encaminhadas para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB) da Gesamb;
- Papel e cartão – recolha de 1,3t – devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Pneus – 2.08t – devidamente encaminhados para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Papel e cartão - recolha de 1t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Fitas de rótulos – recolha de 0,84t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;

- Lamas de fossas sépticas – recolha de 3990 m³ – devidamente encaminhadas para a ETAR de Redondo e que correspondeu a 390 serviços de limpezas de fossas sépticas;
- RCD'S - Plástico – recolha de 0.74t - devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
- Óleos usados - recolha de 0,428t - devidamente encaminhadas para a empresa Carmona SLTC, SA;

- Colaboração com a GESAMB, entidade responsável pela gestão dos resíduos Sólidos Urbanos diferenciados;
- Preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), referente ao ano de 2015.
- Informação aos munícipes sobre os resíduos sólidos não urbanos e aos agentes económicos, nomeadamente sobre resíduos industriais, carros em fim de vida, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e património ambiental;
- Acompanhamento e controlo da qualidade ambiental através de fiscalização preventiva e vistorias.
- Colaboração com a CIMAC/TIS no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central.
- Colaboração com a CIMAC no projeto EEEF (European Energy Efficiency Fund) que tem como objetivo a realização de um plano estratégico para a energia no Alentejo, com vista à melhoria da gestão e eficiência energética que potencie poupanças económicas e uma sustentabilidade ambiental acrescida nos municípios.
- Colaboração no projeto "Redução e Controlo de Perdas de Água nos Sistemas Públicos de Abastecimento do Alentejo Central". Em Redondo foram percorridos cerca de 27 Km's de rede tendo sido detetados 8 roturas na Vila de Redondo. Obteve-se uma recuperação anual de 20.400 m³ que se traduziu numa redução de cerca de 90% no caudal recuperável, inicialmente previsto.
- Orientação de estágio.
- Participação no Projeto Educativo da Escola Dr. Hernâni Cidade "Jovens5R's" entre fevereiro a maio. Realização de ações de sensibilização/questionário à comunidade escolar e à população, com a distribuição de vales ecopontos domésticos.

GIP

Enquanto estrutura de apoio ao emprego atua em estreita articulação com o serviço de emprego, IEFP. IP, tendo como finalidade apoiar os jovens e os adultos desempregados na definição e concretização do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, desenvolveu durante o ano de 2016 as seguintes atividades para além das quantificadas na tabela:

- Apoio à instrução de candidaturas ao Programa de Arrendamento Jovem – Porta 65;

- Apoio às entidades empregadoras na submissão de candidaturas às medidas de apoio à contratação e acompanhamento do processo técnico;
- Divulgação aos agentes económicos locais de incentivos específicos;
- Organização do processo técnico do GIP;
- Apoio e registo de desempregados no Portal do Netemprego;
- Motivação à participação em programas ocupacionais destinados a utentes subsidiados e/ou Carenciados (CEI e CEI +).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016	
GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	
Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio	
Atividades Desenvolvidas	
Delegação Regional do Alentejo	
Centro de Emprego e Formação Profissional/Centro de Emprego: Évora	
Entidade Promotora: Município de Redondo	
Atividades	Nº de Abrangidos por atividade
Preparação e dinamização de ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação	487
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	80
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego	67
Receção e registo de ofertas de emprego	4
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego	109
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	1
Controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego	1 044
Outras atividades consideradas necessárias para apoio à inserção profissional dos desempregados.	45
TOTAIS	1837

É o serviço que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades imediatas dos munícipes. Necessidades como a educação, a saúde, a segurança e a ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos entre outras.

Gabinete Técnico

Elaboração de Estudos e Projetos

Parque Ambiental de Montoito

Novo Estaleiro Municipal de Redondo

Remodelação do Jardim de Redondo

Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção A – 2ª Fase

Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção B

Remodelação do Centro de Convívio de Foros da Fonte Sêca

Remodelação do Centro de Convívio de Santa Suzana

Remodelação da Casa do povo de Aldeia da Serra

Oficina das Ruas Floridas de Redondo

Ampliação do Pavilhão de Exposições de Redondo

Museu Rural de Montoito

Fiscalização e apoio às Seguintes Obras

Centro de Apoio às Micro Empresas de Redondo

Novo Estaleiro Municipal de Redondo

Parque Infantil em Aldeias de Montoito

Remodelação do Jardim de Redondo

Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção C – 2ª Fase

Substituição da Condução de Abastecimento de 200mm desde o Depósito da BoaVista até à ACR na Rotunda

Remodelação do Centro de Convívio de Foros da Fonte Sêca

Apoio à detecção de fugas na rede de Água da Vila de Redondo efectuado pela EPAL

Oficina das Ruas Floridas de Redondo

Parque Infantil no loteamento da Quinta da Faia em Redondo

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

O serviço de Administração Urbanística desenvolve um número significativo de tarefas com o objetivo de dar resposta às exigências do concelho, nomeadamente no que concerne ao planeamento, organização, coordenação e controlo de toda a atividade urbanística e habitacional.

De ressaltar que no ano em análise existiu um período de 2 meses em que não foram cobradas quaisquer taxas urbanísticas e no período de 10 meses não foram cobradas taxas para obras de reconstrução, alteração, ampliação e conservação na aceção das alíneas c),d), e) e f), respetivamente, do artigo 2º DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro na redação atualmente em vigor e alteração de utilização, ainda que não resultem de um prévio procedimento das obras previstas anteriormente, em termos administrativos e técnicos representou um significativo acréscimo de processos, pareceres, vistorias e atendimentos presenciais.

Serviço Administrativo

Neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes processos administrativos:

- Processos recebidos:

- Obras – 37;
- Utilização – 38;
- Licenciamento Industrial - 0;
- Diversos – 144;
- Vistorias – 38;

- Licenças:

- Obras – 31;
- Utilização: 56;
- Emissão de Certidões – 137;
- Entrada de requerimentos – 639;
- Notificações – 532;

Gestão e Urbanismo

No sector da Gestão e Urbanismo têm grande peso os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos afetos. Neste sentido foram realizadas as seguintes atividades:

- Obras:

- Análise de projetos - 394;
- Fiscalização - 59;
- Saneamento – 639;

- Vistorias:

- Queixas - 7;
- Edifícios degradados - 4;

- Comissões:

- Vistorias a estabelecimentos de Alojamento Local - 6;
- Vistorias para concessão de Autorização de utilização/habitação – 22;
- Vistorias para concessão de Autorização de utilização/comércio e serviços – 27;
- Vistorias para constituição em propriedade horizontal – 5;

DSC – DIVISÃO SOCIOCULTURAL

A Divisão Sócio Cultural (DSC) tem como objetivos fundamentais o planeamento, a coordenação e a execução de projetos que contribuem, ativamente, para o desenvolvimento do Concelho de Redondo nos domínios da Educação, Desporto, Cultura e Turismo, assim como a gestão partilhada de alguns equipamentos municipais.

As tarefas abrangidas adotam uma lógica de transversalidade, o que implica uma dualidade na definição da sua linha de atuação: por um lado, exige-se o desenvolvimento de ações específicas, segmentadas em função de cada sector e dirigidas a vários tipos de público; por outro exige-se que tais ações se articulem entre si e, simultaneamente, entre os vários sectores, criando complementaridades através de uma estratégia de intervenção integrada e global.

A dinâmica desenvolvida refletiu, necessariamente, esta mesma dualidade, sendo de realçar que, tanto as tarefas de gestão, como a atividade de organização de projetos, partilharam do mesmo objetivo: elevar e melhorar a oferta sociocultural.

A Divisão Sociocultural constitui uma unidade orgânica de carácter fundamentalmente operativo.

EDUCAÇÃO

A área da educação é uma das áreas prioritárias de intervenção do Município de Redondo, pelo que representa no futuro dos jovens do concelho e naturalmente no próprio desenvolvimento local, esta perspetiva e atuação insere-se transversalmente a todos os níveis do ensino com especial enfoque nas áreas do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, onde surgiram as oportunidades de estabelecer parcerias e protocolos quer com o Agrupamento de Escolas, quer com o próprio ME, as melhorias registadas no que respeita às condições físicas, didáticas e pedagógicas, são essenciais no combate ao absentismo e ao abandono escolar. Face às condicionantes de ordem económica que o país atravessa e que se refletem de sobremaneira na área da educação, as principais preocupações do Município em 2016 centraram-se no reforço necessário ao pessoal não docente em presença nas escolas, na dinamização dos Programas de Apoio à Família - transportes, refeições, prolongamento de horário, através da integração em Atividades de Enriquecimento Curricular, no reforço da Ação Social Escolar no pré-Escolar e no 1º Ciclo, apoiando já em 2016 o 2º Ciclo e a área de ensino estruturado, bem como os restantes níveis de ensino nas falhas reportadas do POPCH. A ação do Município na área da Educação e no que respeita ao apoio às famílias e ao próprio Agrupamento de Escolas tem superado largamente as competências que a própria Lei lhe confere.

Ação Social Escolar

O Município de Redondo desenvolve uma política de apoio de ação social escolar traduzida anualmente na definição dos escalões/rendimento *per capita* dos agregados familiares, integrados no primeiro e segundo escalões determinantes para efeito na atribuição do abono de família, com base no Decreto-lei n.º. 55/2009 de 2 de março e Despacho n.º. 1898/2009 de 17 de agosto, dos alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Perante o cenário económico e social que se vive atualmente, a ação social escolar assume uma maior relevância apoiando famílias que apresentam baixos rendimentos.

No ano letivo de 2014/2015 foram distribuídos os seguintes subsídios por escalões:

Escalão	1ºano	2ºano	3º ano	4ºano	Pré-escolar	Total
1º Escalão	25	20	19	17	39	120
2º Escalão	12	16	8	19	46	101
Total	37	36	27	36	85	221

O Município proporciona gratuitamente a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo, independentemente dos escalões, os manuais escolares e as fichas técnicas como aposta na democratização do ensino e uma estratégia fundamental para o desenvolvimento económico. No ano de 2016 em que o ME ofereceu os manuais escolares ao 1º ano do 1º Ciclo, o Município reforçou os apoios e apoiou o 1º ano do 2º Ciclo com os manuais e fichas técnicas. Além da oferta dos manuais escolares, as crianças abrangidas pelo primeiro e segundo escalão recebem um subsídio de 15 e 10 euros, respetivamente, para a aquisição de material escolar.

Apetrechamento geral e material didático

Relativamente ao material didático, e no ano letivo em análise, a autarquia atribuiu ao Agrupamento de Escolas o material solicitado para o normal funcionamento dos Jardins de Infância do Concelho de Redondo.

Visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade letiva, a autarquia procedeu ainda à atribuição do seguinte material, para apetrechamento dos estabelecimentos de ensino:

- Aquisição de Manuais Escolares e fichas técnicas para alunos do 1.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de Manuais Escolares e fichas técnicas para alunos do 1.ºano do 2º Ciclo do concelho;
- Aquisição de material de desgaste para os Jardins de Infância do concelho;



- Aquisição de material para a elaboração dos fatos e adereços de Carnaval, bem como de outras iniciativas escolares;
- Manutenção periódica dos meios de combate a incêndios.

Atividades de enriquecimento curricular

Regulamentadas pelo Despacho n.º 9265-B/2013 de 15 de julho, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) desenvolvidas no 1º ciclo são, por definição, atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educativo das crianças.

Enquadram-se no conceito de escola a tempo inteiro e constituem uma resposta partilhada e diversificada de apoio a escolas, aos alunos e famílias tendo em conta as realidades locais, adaptando os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias.

No ano letivo 2015/2016 a Câmara Municipal de Redondo com base no protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas de Redondo promoveu atividades nas áreas de Ensino da Música, físico e desportivas (ginástica e natação), Ler e Experimentar e Inglês. Estas atividades tiveram uma frequência de 210 alunos.

Atividades de animação e apoio à família

As Atividades de Animação e de Apoio à Família são constituídas pelo fornecimento de almoço e serviço de prolongamento de horário, procurando contribuir para o desenvolvimento integral de todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, procurando dar resposta aos agregados familiares que, por razões de ordem profissional ou outra, não possam acompanhar os seus educandos.

As Atividades são implementadas em regime de horário completo, que decorrem em 3 períodos distintos no período da manhã com o acolhimento que antecede as atividades da componente letiva (07:30h-09:00h), no período de almoço (12:00h às 14:00h), a partir do encerramento das atividades da componente letiva (16:00h-18:00h). Estas atividades são asseguradas pelas animadoras dos Centros Lúdicos de Redondo e Montoito e consistem em proporcionar às crianças atividades de animação diárias complementares das atividades educativas.



No ano letivo de 2015/2016 continuaram as aulas de Expressão Musical e Expressão Físico Motora no Ensino Pré-Escolar.

Usufruíram destes apoios 145 alunos do Ensino Pré-Escolar do Centro Escolar de Redondo e de Montoito.

Ocupação de Tempos Livres nos Períodos de Interrupção letiva

O projeto “Férias em Movimento” é um programa de animação, que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens no período de férias escolares, através da prática de atividades lúdico-pedagógicas e desportivas. Esta iniciativa destinada aos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, decorreu durante as interrupções letivas da Páscoa, Verão e Natal de 2016, abrangendo cerca de 170 crianças. Às crianças que participam nesta iniciativa a autarquia garante o fornecimento do almoço na Cantina Escolar (Redondo e Montoito), as crianças do 1º escalão não pagam refeição e as do 2º escalão pagam 50% do valor da refeição.

Refeições

A Câmara Municipal de Redondo assegura, no âmbito do seu quadro de competências, a alimentação escolar às crianças que frequentam os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar do concelho. No ano letivo de 2015/2016 foram fornecidas um total de 43 183 refeições aos alunos do Pré-Escolar e 1º ciclo. Os alunos carenciados do 1º escalão, abrangidos pela ação social escolar (ASE), usufruem gratuitamente das refeições, os do 2º escalão tem uma redução de custo de 50% do valor estabelecido.

Atividades Lúdico Pedagógicas

A Câmara Municipal de Redondo tem apoiado e colaborado nas atividades do Projeto Educativo e no Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Redondo, tanto a nível do Pré-escolar e 1.º ciclo, como também no 2.º, 3.º ciclo e secundário.

A realçar:

- Dia Mundial da Música; Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Festa de Natal; Tradição de Cantar “Os Reis”;
- Carnaval das Escolas; 25 de Abril;



- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Apoio à Comissão de Finalistas da Escola EB2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade;
- Apoio na realização da Semana Hernâni Cidade;
- Apoio às visitas de estudo nos vários níveis de ensino (cedência do autocarro da autarquia);
- Apoio na cedência de transporte duas vezes por semana a crianças com necessidades especiais de educação;
- Apoio aos transportes e aos estágios dos cursos Profissionais e Vocacionais;
- 2.º Concurso de Flauta de Bisel "Município de Redondo"
- Festas de Encerramento de Ano Letivo dos Centros Escolar de Redondo e Montoito;

Apoio Psicológico no 1º Ciclo do Ensino Básico

A área de Psicologia e Psicopedagogia no 1º ciclo do EB, é desenvolvida em estreita colaboração com os Órgãos de Gestão dos Agrupamentos de Escolas, professores, encarregados de educação, pais, outros agentes formativos e profissionais, e serviços da comunidade, de forma a intervir nas problemáticas das crianças, que apresentem dificuldades de aprendizagem, problemas cognitivos, comportamentais, e/ou emocionais (afetivo-relacionais). Este serviço é assegurado pela psicóloga da Autarquia e tem como objetivo geral, otimizar o processo de aprendizagem e facilitar o desenvolvimento global das crianças do 1º ciclo do EB do Agrupamento de escolas do concelho de Redondo.

No decorrer de 2016, verificou-se o apoio multidisciplinar (Psicologia e Serviço Social) a alunos do 1.º Ciclo do ensino básico: 1172 consultas de psicologia e 378 atendimentos a encarregados de educação;

Transportes Escolares

Aos alunos matriculados no ensino obrigatório, residentes em locais não servidos por transportes públicos, e cujo estabelecimento de ensino da área de residência se encontre a mais de 3 quilómetros, o transporte é assegurado pelas viaturas da Autarquia.

No ano letivo de 2015/2016, as viaturas da Autarquia transportaram regularmente por dia:

Grau de Ensino	Nº de alunos transportados
Pré-Escolar	19
1.º ciclo	51
2.º Ciclo	7
3.º Ciclo	8
Secundário	13

Os alunos do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico que utilizam o transporte público (Rodoviária do Alentejo) são abrangidos pelo subsídio de transporte escolar, num montante igual a 100% do custo dos transportes. Os alunos do Secundário são abrangidos pelo 1º escalão de ação social escolar, o título de transporte é comparticipado na totalidade, os restantes pagam 50% do custo do transporte.

Os alunos do Ensino Secundário, que estudam fora do concelho, só têm direito ao subsídio de transporte se o curso pretendido não existir na Escola Básica 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais, analisando e acompanhando o funcionamento do sistema e propondo ações adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Ao longo do ano de 2016, a Câmara Municipal forneceu todo o apoio logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tendo-se realizado um total de 2 reuniões.

Conselho Geral

Criados em 2008, os Conselhos Gerais têm como competências principais a definição das linhas orientadoras da atividade da escola ou agrupamento, a aprovação do projeto educativo, do regulamento interno e dos planos de atividades, bem como o acompanhamento da ação dos restantes órgãos da escola e a promoção do relacionamento com a comunidade. O Conselho Geral é composto por sete representantes dos docentes, dois do pessoal não docente, quatro dos pais e encarregados de educação, dois dos alunos, três da autarquia e três da comunidade (cooptados pelos restantes).

Em 2016 verificou-se a participação em 6 reuniões anuais.



Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem/Portal Edubox

O SIGA/Edubox é uma ferramenta web que tem como objetivos a promoção de uma melhor educação, a melhoria das condições de ensino, a agilização dos processos e o aumento da eficiência dos serviços educativos. O SIGA contempla uma plataforma de gestão escolar que coadjuva os diversos intervenientes educativos – decisores políticos, professores, diretores das escolas, alunos, funcionários, encarregados de educação ou outros, na gestão dos vários processos que envolvem a educação, nomeadamente a gestão curricular, os transportes, a ação social, as refeições, o espaço e parque escolar e respetiva inventariação, as bibliotecas escolares e a gestão da sala de aula. Esta plataforma disponibiliza a todos os professores, alunos e encarregados de educação, uma plataforma de ensino assistido que permite a partilha de documentos e a centralização de conteúdos de aprendizagem – manuais escolares, conteúdos digitais multimédia, modelos geradores de questões, kits educativos e jogos, chancelados pela Universidade de Aveiro, pelo rigor científico e pedagógico, e que permitem a aquisição de competências consideradas essenciais e estruturantes para o desenvolvimento de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

DESPORTO

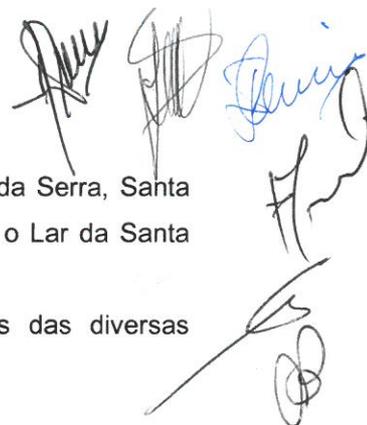
Estamos convictos de que as autarquias devem construir modelos abertos de desenvolvimento que, de forma personalizada, se dirijam aos diferentes grupos etários da população. Baseada nestes pressupostos a Câmara Municipal de Redondo levou a cabo, mais um ano, um conjunto de atividades que visam o acesso à prática da atividade física ao maior número possível de cidadãos.

À Câmara Municipal interessa a formação de uma população fisicamente ativa, facto que pressupõe a prática de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras básicas de forma a processar-se uma integração de comportamentos atitudes e hábitos que acompanham o ser humano por toda a sua vida.

Programa de Promoção da Prática Desportiva

Para atingir um estilo de vida saudável, o papel da autarquia reveste-se de reconhecida importância, designadamente na criação de condições. Nestes termos, intervindo em todas as faixas etárias, organizaram-se atividades direcionadas para todos:

- Aulas de Natação e Hidroginástica, com cerca de 320 utilizadores, distribuídos por 20 turmas;
- Caminhadas “Comemorativas” e de carácter regular em Abril, Maio e Junho;



- Projeto Viver com Saúde, nas localidades de Foros da Fonte Seca, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Redondo (incluindo também o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo).

Em 2016 estiveram inscritos no "Projeto Viver com Saúde" 125 seniores das diversas localidades do Concelho.

Atividades ao Ar Livre

Todas as atividades tiveram como objetivo promover, de forma controlada e em segurança, a prática da atividade física nos espaços naturais para uma prática desportiva de carácter voluntário. Atividades:

- "Páscoa em Movimento 2016", "Verão em Movimento 2016", e "Natal em Movimento-2016" – destas atividades, de ocupação de tempos livres, constaram de jogos lúdicos, passeios, viagens, acampamento e ações de sensibilização. Participaram em cada iniciativa, cerca de 170 jovens do Concelho.

Desenvolvimento da Educação Física das Escolas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades desportivas com as escolas:

- Aula de Expressão Físico Motora e de Natação para todos os alunos das EB1, J. I. e Centro Infantil N.ª Sr.ª da Saúde e também aulas de apoio individual a alunos com necessidades especiais;
- Protocolo de Cooperação com a EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade – a escola utiliza os recintos desportivos da autarquia para lecionar matérias de índole desportiva;
- Cedência de transportes para o Desporto Escolar da EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

Associativismo Desportivo

Mercê da dinâmica associativa e dos apoios camarários esta vertente têm conhecido o crescimento e a consolidação, quer ao nível da qualidade quer da quantidade, o nº de atletas e participações têm aumentado, perspetivando dinâmicas duradoras.

A manutenção e ampliação das infraestruturas é outra das apostas do Município, bem como a sua promoção junto de outras entidades com responsabilidades na área desportiva, a par da diversificação desportiva acolhendo novos públicos.

Este investimento assume-se como uma aposta estruturante ao nível da população e das novas gerações, com especial enfoque na formação de jovens, importa também ressaltar o trabalho em prol, das diversas direções e equipas técnicas que constituem as associações ligadas à prática desportiva.

No ano de 2016, a Câmara Municipal de Redondo atribuiu às associações desportivas concelhias, um total de 81.731,64€ (de referir que não estão contabilizados os valores com o fornecimento de gasóleo).

Para além do apoio financeiro atribuído, disponibilizaram-se uma série de serviços para apoio às coletividades nas diversas áreas, nomeadamente na cedência de materiais e meios humanos de apoio às provas desportivas e culturais, bem como no âmbito da conceção de cartazes. A par do referido, disponibilizou-se também apoio ao nível de:

- Coordenação das atividades desportivas exercidas semanalmente, pelas diversas Associações Locais, no Pavilhão Gimnodesportivo e no Polidesportivo;
- Apoio nos transportes para atividades desportivas – disponibilização de transporte para os clubes, em todos os jogos de todos os escalões e transporte para os treinos das camadas jovens do Redondense Futebol Clube, do Núcleo de Andebol de Redondo e do Montoito Sport Clube.

Organização de eventos Desportivos

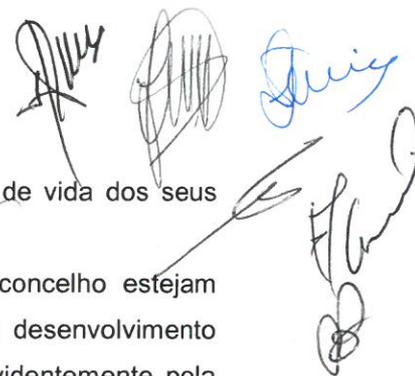
Neste domínio destacam-se:

- Torneios Concelhios de Malha, em Montoito, Fors da Fonte Seca, Freixo e Redondo;
- Participação na Festa da Malha 2016, em Vendas Novas;
- Finais das Taças Distrito de Évora 2016 em Futsal, escalões de Benjamins, Infantis e Iniciados masculinos, Seniores Femininos, em parceria com a Associação de Futebol de Évora/ Federação Portuguesa de Futebol em 25 de Abril de 2016, Pavilhão Desportivo Municipal;
- Organização em parceria com Associação de Atletismo de Évora da “Corrida da Liberdade – Redondo 2016” em 24 de Abril de 2016. Participaram no evento 230 atletas de diversos escalões, masculinos e femininos.
- Organização em parceria com a CIMAC e Associação de Atletismo de Évora da “6ª Prova do Critério de Corta Mato – Paulo Guerra” em 30 de Janeiro de 2016, no Parque Ambiental de Redondo. Participaram no evento 180 atletas de diversos escalões, masculinos e femininos.

Cultura

A atividade cultural da autarquia de Redondo é desenvolvida há décadas com intervenções em vários domínios socioculturais e educativos. A vivência cultural é um dos fatores primordiais de coesão social entre os cidadãos.

A globalização faz parte das experiências comuns dos cidadãos e aceitamos que a Cultura desempenha um papel fulcral no desenvolvimento dos territórios/concelhos, funcionando como fator de afirmação e diferenciação. Neste sentido, a política cultural da autarquia de Redondo assenta na promoção e implementação de ações de natureza cultural que valorizem o património local, que possibilitem o contacto com uma programação cultural diversificada e de qualidade e que potenciem a criação artística, tendo como principal objetivo a promoção da



cidadania, o desenvolvimento de massa crítica e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Neste processo, é fundamental que os diferentes agentes culturais do concelho estejam envolvidos, partilhando responsabilidades mas contribuindo para o efetivo desenvolvimento local. Deste modo, os objetivos mais gerais da política cultural passam evidentemente pela afirmação da identidade cultural do concelho mas, também, pelo seu desenvolvimento social (qualificação da população) e económico (qualificação da vida material da população). Estamos naturalmente no plano da formação de públicos como complemento formativo à socialização, à educação formal e enquanto potenciadora da criatividade social, económica e cultural.

Programação Cultural Regular

O Município de Redondo desenvolve uma programação cultural que assenta essencialmente em quatro fundamentos que, de resto, dialogam entre si. Consideramos a Regularidade como pilar elementar na concretização e estabilização da oferta cultural no espaço e no tempo promovendo o contato com projetos culturais e artísticos em todas as áreas, de uma forma regular, contribuindo deste modo para a formação de públicos e participação ativa na dinâmica cultural local. O Ecletismo como uma das bases na estratégia cultural da autarquia. A programação cultural regular privilegia um modelo assente na possibilidade de diversificar a oferta cultural, em oposição a modelos de especialização como resultado da definição excessivamente segmentada de públicos-alvo. A Promoção da cultura local e regional: sem prejuízo para a oferta transdisciplinar e de qualidade nacional/internacional, a programação cultural considera essencial a promoção dos agentes locais e regionais, não só como forma de estimular a sua qualificação como, também, de reconhecer o trabalho desenvolvido e valorizar o património cultural do concelho. O papel do serviço educativo é crucial na formação de públicos. Pode ser situado em dois planos. Em primeiro lugar, ao nível do trabalho desenvolvido junto de crianças através de projetos da Biblioteca Municipal de Redondo/Centro Lúdico, da rede de Museus de Redondo e do diálogo com o Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo. Em segundo lugar, ao nível da familiarização do público local com objetos de consumo cultural (através da oferta regular e diversificada de eventos com qualidade reconhecida) e, também, ao nível do trabalho desenvolvido pelos projetos municipais.

Outros Eventos Culturais

No decorrer de 2016, o Município de Redondo realizou um conjunto de eventos/iniciativas que reforçam a importância generalizada da democratização e descentralização da cultura na fruição dos tempos livres das populações. A programação cultural é ainda marcada pelas comemorações de acontecimentos culturais, sociais e políticos que atestam a importância dos eventos enquanto instrumentos de coesão social e territorial.

- Comemoração do Dia de Ano Novo – Arruada;



- Comemoração do Dia de Reis;
- Tardes Cinéfilas;
- Organização do Corso Carnavalesco;
- Participação na BTL com a promoção da Olaria e Oleiros de Redondo, assim como as unidades museológicas – Ecomuseu, Museu do Barro e Museu Regional do Vinho.
- Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil;
- Iniciativa multicultural Saberes e Sabores de Outras Gentes – com a participação das comunidades de imigrantes residentes no concelho;
- Organização, em colaboração com todas as Associações do Concelho, do 42º aniversário do 25 de Abril – onde se pontificaram atividades ligadas à cultura e ao desporto durante um mês;
- Concerto Pedagógico Orquestra Clássica do Sul;
- Comemoração do Dia Mundial da Dança;
- Organização da XXIX Feira do Livro;
- Organização, em colaboração com a Unidade Pastoral de Redondo e o Conselho Pastoral da Paróquia de Redondo, da Semana da Fé;
- Comemorações do Dia Internacional dos Museus;
- Dia Mundial da Criança;
- 2º Concurso de Flauta de Bisel de Redondo;
- X Aniversário do Centro Cultural;
- Animação de verão – vila de Redondo;
- Organização das Festas Populares de Redondo;
- Organização da 11ª Feira do Livro de Montoito;
- Feira de S. Francisco;
- Comemoração do Dia Mundial da Alimentação;
- V Intercâmbio de Bandas Filarmónicas;
- Halloween Party;
- Entrega do Prémio Literário Hernâni Cidade;

- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Organização da 6ª Feira do Livro de Natal;
- O Natal é aqui;
- Organização e Apoio na Festa de Natal e de Encerramento de Ano Letivo do Agrupamento de Escolas de Redondo,

Exposições

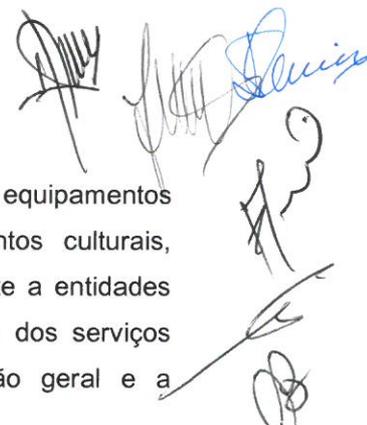
As exposições são canais privilegiados de comunicação com os visitantes, permitindo uma relação multidisciplinar que procura dar visibilidade às diferentes correntes artísticas e conhecimentos científicos produzido, colocando em evidência a produção/criação de um ou mais artistas sobre factos relacionados com um acontecimento ou personagem, um ideal político ou uma tradição, entre outros temas que podem ser abordados.

As exposições invocam e pretendem ainda ilustrar o passado, estimulando a memória ou as suas representações. As exposições apresentadas no decorrer de 2016 contribuíram, para além dos objetivos educacionais, para a promoção da cidadania e o desenvolvimento cultural.

Em 2016 as exposições patentes nos diversos equipamentos culturais foram as seguintes:

- Exposição Documental “Serra D’Ossa”
- Exposição “Crianças Austríacas da Cáritas no Portugal Pós-Guerra ”
- Exposição “Os Polacos em Portugal nos anos de 1940-1945”
- Exposição “Green Marilyn”
- Exposição “O Chão que Pisamos”
- Exposição “X Aniversário do Centro Cultural de Redondo”
- Exposição “Redondo aos olhos da pintura”
- Exposição “Academia de Afetos”
- Exposição “IncluArte”

Cedência de equipamentos culturais



O Município de Redondo estabeleceu acordos de colaboração e cedência de equipamentos que se destinaram, em grande parte, à realização de iniciativas – eventos culturais, conferências, encontros, etc...- cuja organização geral pertence essencialmente a entidades exteriores à autarquia, sendo, no entanto da responsabilidade desta, através dos serviços competentes, o funcionamento dos meios técnicos-materiais, a organização geral e a segurança.

Importa referir que em 2016 todas as cedências foram deferidas, não se verificando qualquer tipo de pagamento. Os equipamentos municipais foram cedidos às seguintes entidades:

O Município de Redondo estabeleceu acordos de colaboração e cedência de equipamentos que se destinaram, em grande parte, à realização de iniciativas – eventos culturais, conferências, encontros, etc...- cuja organização geral pertence essencialmente a entidades exteriores à autarquia, sendo, no entanto da responsabilidade desta, através dos serviços competentes, o funcionamento dos meios técnicos-materiais, a organização geral e a segurança.

Importa referir que em 2016 todas as cedências foram deferidas, não se verificando qualquer tipo de pagamento. Os equipamentos municipais foram cedidos às seguintes entidades:

- Núcleo Andebol de Redondo – Seção de Dança
- Sociedade União Montoitense – Projeto Júlio Franco Ensemble
- Associação Cantadeiras de Redondo
- Cerciestremoz – CAO
- Contrato Local Desenvolvimento Social – 3G
- Associação Horizonte Possível
- Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo
- Estação Imagem
- Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Escola de Dança 5ªAttitude
- Unidade Pastoral de Redondo
- CNE – Agrupamento 655 Redondo
- Fénix – Associação dos Músicos de Redondo
- GNR – Destacamento de Évora

- Bombeiros Voluntários de Redondo
- Cercidiana
- Associação dos Trabalhadores do Município de Redondo
- Min. Saúde – Alentejo Central - Unidade de Cuidados na Comunidade de Redondo
- Sociedade Filarmónica Municipal Redondense

Apoio ao Movimento Associativo

A autarquia tem investido fortemente na preservação do legado cultural e, também, na oferta de bens culturais. Os apoios ao associativismo e aos agentes locais refletem essa preocupação. Mas, também a refletem o envolvimento nas festividades que reforçam os laços de coesão social das comunidades, a realização de certames e eventos ligados à cultura local.

No decorrer de 2016 procedeu-se quer ao atendimento, apoio técnico e logístico das associações/coletividades que se dirigiram, por escrito ou pessoalmente à edilidade, quer à atribuição de comparticipações financeiras para auxiliar as mesmas na realização das suas atividades regulares e/ou pontuais. No que se refere a este último ponto, procedeu-se à atribuição de comparticipações financeiras, num total de 96.146,40€.

De salientar também a cedência de transportes (verba não incluída nos valores acima referidos), a título gratuito, sempre que solicitados bem como as melhorias nas instalações.

Apoio à Terceira Idade

O Projeto Dinâmica Sénior existe desde abril de 2008, é constituído por todos os idosos, reformados e pensionistas que integram ou venham a integrar o Projeto Dinâmica Sénior. As atividades têm a duração aproximada de 2 horas e têm como objetivos: cultivar amizades e afetos entre os Idosos, contribuir para a valorização pessoal e social do Idoso, desenvolver novas formas de lazer e entretenimento, reforçar a autonomia do Idoso no sentido de retardar e evitar a sua dependência, proporcionar momentos de convívio e lazer, promover a integração social do Idoso, despertar a curiosidade e vontade do Idoso, estimular a atividade mental através da observação direta e trabalhar hábitos de higiene e limpeza.

Os locais onde regularmente se desenrolam as atividades e nº de idosos a frequentar e horário.

- Redondo – Centro de Reformados de Redondo- 41idosos- Todas as terças – feiras às 14h00
- Montoito-Centro Lúdico de Montoito-20 idosos- Todas as quintas -feiras às 09:30

- Aldeias de Montoito-Antiga Escola Primaria-17 idosos- Todas as terças – feiras às 09:30
- Freixo - Casa do Povo do Freixo-24 idosos- Todas as segundas – feiras às 09:30
- Santa Susana - Centro de Convívio de Santa Susana-27 idoso- Todas as quartas – feiras às 09:30
- Foros – Antigo Jardim de Infância dos Foros da Fonte Seca-7 idosos - Todas as quartas – feiras às 14:00
- Vinhas - Antiga escola primária da Vinhas-12 idosos- Todas as quartas – feiras às 15:30
- Serra d'Ossa - Casa do Povo da Serra d'Ossa-15 idosos - Todas as quintas – feiras às 14:00
- Obra de São José Operário - Lar de Montoito-15 idosos - Todas as sextas – feiras às 09:30

Realização de atividade diárias:

Expressão Plástica (alguns exemplos) – pintura no barro (moldura),guarda joias em cartão; quadro em madeira; ateliê alusivo à Pascoa; ateliê “meias da Serra d'Ossa”; porta guardanapos com molas de madeira; lata decorativa; taça com balão e linhas; ateliê alusivo a Natal

Expressão dramática – apresentações pessoais, contar histórias

Atividades lúdicas – Passeios (Alqueva; Arraiolos e Juromenha), intercâmbios com idosos do Lar de Vila Viçosa e com a Associação de reformados e Pensionistas da Freguesia da Damaia; Ida ao Circo a Lisboa, caminhadas e jogos lúdicos.

Atividades temáticas - comemoração do Natal, comemoração do Dia de Reis, comemoração do Dia das Comadres, Carnaval, Baile da Pinha, comemoração do Dia Mundial do Coração e Mês do Idoso, Dia dos aniversários, Dia da Mulher; Dia da Alimentação; Idosos em segurança com a colaboração da Guarda Nacional Republicana.

Atividades em conjunto - Centro Lúdico de Redondo - “Experiências”; Espetáculo multidisciplinar-Dinâmica Sénior, Centro Lúdico, Música viva, Viver com saúde; Feira do livro-Biblioteca Municipal de Redondo; Atividade com os Museus; Recolha de Receitas saudáveis; Exposição de trabalhos da Dinâmica Sénior; Cinemateca Sénior

Desde o ano letivo 2014/2015 que o projeto Dinâmica Sénior, agora intitulado de “Academia de Afetos”, (Estrutura que abrange os projetos que trabalham com os idosos), oferece a área da Música como complemento às atividades já existentes.

Pretende-se com a Música criar uma atividade regular de ensaios, com a preparação de um repertório que vá de encontro ao gosto dos idosos e também do público em geral, tendo sempre como objetivo a melhoria das relações e da qualidade de vida dos idosos, a interligação entre a população e as atividades da estrutura da “Academia de Afetos”, a

aprendizagem de instrumentos musicais, o desenvolvimento da criatividade, espírito crítico, responsabilidade e autonomia dos intervenientes, a criação de uma atividade musical regular e Apoio a atividades lúdicas e culturais do Município de Redondo e das comunidades locais.

Atualmente o projeto “Música Viva” tem em pleno funcionamento um Grupo Coral e Instrumental com cerca de 50 idosos, das localidades de Redondo, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Santa Susana e tem como objetivos a prática musical individual e em grupo, através do canto coral e da aprendizagem de instrumentos musicais.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Hoje em dia a sociedade não dispensa a prática cultural, ou melhor, reconhece-a como uma condição elementar da vida social do cidadão. O concelho de Redondo dispõe de um conjunto de equipamentos culturais – Bibliotecas, Centros Lúdicos, Museus, Coliseu, Arquivo e Centro Cultural - que desempenham um papel fundamental no acesso à prática cultural.

Os equipamentos culturais constituem espaços reconhecidos de promoção e disseminação de ações culturais elementares para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de uma sociedade e de um território.

Centro Cultural de Redondo

Inaugurado em 10 de Junho de 2006, a construção e dinamização do Centro Cultural de Redondo surgem ancoradas à estratégia de desenvolvimento do concelho, a qual resultou de uma forte participação comunitária no decurso dos trabalhos desenvolvidos pela Agenda 21 Local de Redondo. A sua intensa e regular atividade tem-no afirmado como um importante pólo dinamizador de cultura na região, seja ao nível da apresentação das artes performativas, seja no plano da promoção de atividades de natureza pedagógica.

No decorrer de 2016 os blocos de programação foram preenchidos por um conjunto de eventos culturais e artísticos como cinema, teatro, dança, exposições, concertos de música, oficinas e conferências que evidenciam a intensa e regular atividade do Centro Cultural, dos quais destacamos;

- 43 Sessões de cinema
- 10 Sessões de Matiné Infantil
- 3 Sessões de cinemateca sénior
- 2 Sessões de cinema – Ciclo Saberes e Sabores de outras Gentes



- 11 Espetáculos de teatro
- 2 Espetáculos de dança contemporânea
- 14 Espetáculos de música
- 1 Conferencias/Seminários/Ações de formação
- 1 Espetáculos multidisciplinares
- 5 Oficinas de serviço educativo

Nos eventos mencionados e passíveis de registo de entrada, verificou-se uma assistência de 6 707 espetadores.

Núcleos Museológicos de Redondo

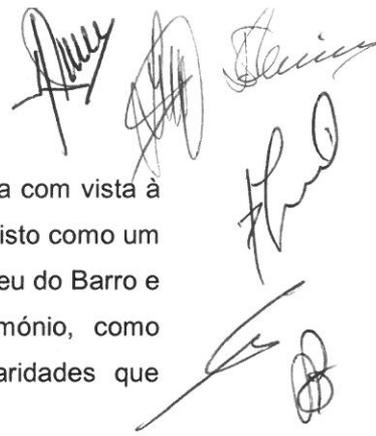
A Vila de Redondo, não obstante o vastíssimo património histórico e cultural concelhio não lhe coube em herança qualquer equipamento museológico que cumprisse territorialmente a sua missão.

Nesta perspetiva a Câmara Municipal de Redondo nas responsabilidades e nos interesses que lhe são inerentes encetou esforços na criação e fundação de uma rede de equipamentos que foram, concebidos na perspetiva territorial e vocacionados para reunir, conservar, identificar e divulgar o património museológico e documental do concelho e da região.

Foi assumido que a criação destes equipamentos se deveriam constituir enquanto instrumentos ao serviço do desenvolvimento sociocultural do Concelho de Redondo e da própria Região Alentejo, sempre numa perspetiva de "museologia de comunidade", enquadrando todo o processo de desenvolvimento no envolvimento e na colaboração ativa dos residentes e instituições locais, regionais e internacionais.

A gestão do Museus é da responsabilidade da Câmara Municipal de Redondo e mantém nas suas premissas e missão a preservação, o estudo, a exposição e a interpretação de objetos materiais e imateriais representativos da identidade, da cultura, da história e do desenvolvimento de Redondo, independentemente da época histórica, dos vários tipos e fabricos, com especial incidência nos elementos associados à sua identidade e atividades de maior relevo.

Os Museus de Redondo assumem o papel que lhe cabe na formação de valores culturais, em articulação ativa com os demais agentes e instituições, promovendo não só uma função educacional de divulgação e contextualização da cultura e história da região mas, também, proporcionando experiências capazes de motivar a participação turística e o envolvimento ativo da comunidade.



O Município de Redondo tem vindo ao longo dos anos a desenvolver uma prática com vista à promoção do acesso à cultura e do enriquecimento do património cultural. Tendo isto como um dos seus pressupostos, fundou três museus – o Museu Regional do Vinho, o Museu do Barro e o Ecomuseu- que têm como missão/vocação promover e divulgar o património, como testemunho da sociedade e da cultura do concelho, valorizando as singularidades que constituem a sua identidade.

Neste sentido, ao longo do ano de 2015, os Museus continuaram a desenvolver um conjunto de atividades que visam promover o espólio de cada museu, bem como a educação do seu público para as questões patrimoniais características do concelho como forma de preservar e valorizar a identidade cultural.

Assim sendo, realizou-se as seguintes atividades:

Projeto Educativo, com diversas atividades relacionadas com o barro/vinho/património ambiental, junto das turmas de jardim-de-infância e 1.º ciclo do Centro Escolar de Redondo e Montoito, bem como com as turmas do Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde;

- Projeto “Companhia” com os idosos do Projeto Dinâmica Sénior;
- Comemoração da Noite de Reis;
- Comemoração do Dia Internacional dos Museus (18 Maio);
- Comemoração do dia de São Martinho;
- “Contos no Museu” no Museu Regional do Vinho;
- Exposição “Era uma vez...” no Museu Regional do Vinho e na Biblioteca/ Centro Lúdico de Montoito;
- Exposição “O Barro encantado” no Museu do Barro;
- Exposição “O meu presépio” no Museu Regional do Vinho;
- Atividades lúdico-pedagógicas nos museus;
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior;
- Colaboração em atividades com o Centro Lúdico de Redondo e Montoito;
- Colaboração em atividades com as férias em movimento;
- Colaboração na festa final de ano letivo do Centro Escolar de Redondo/ Montoito;
- Workshop Dança no ventre no Museu do Barro e,
- Visitas guiadas regulares aos museus.



Museu Regional do Vinho de Redondo

Aberto ao público desde setembro de 2001, o Museu Regional do Vinho tem como principal vocação a promoção e divulgação da tradição vitivinícola do Alentejo, como testemunho de uma sociedade e de uma cultura.

Simbolizando uma forte aposta da autarquia na promoção da identidade cultural do concelho, este espaço, que funciona em simultâneo com o posto de turismo, visa projetar a imagem do Alentejo vinhateiro despertando o interesse turístico por esta cultura que se assume como herança e testemunho transmitido ao longo de várias gerações.

Com um conceito e um percurso museológico ajustado à sua localização geográfica, o Museu Regional do Vinho apresenta um espólio permanente composto por mais de 200 peças, disposto de forma a reproduzir as várias etapas da atividade vinhateira, da qual fazem parte instrumentos agrícolas, objetos, imagens e textos associados à arte de fabrico do vinho, privilegiando o material cerâmico, característico deste centro produtor de cerâmica em que se está incluído.

Até um bom copo de vinho chegar à mesa, existe um longo percurso de tarefas vitivinícolas com várias fases bem definidas. São estes diferentes momentos que o museu apresenta. Da escolha e preparação da terra com clima favorável, à trasfega, passando pela seleção de castas apropriadas (plantação e enxertia), pela vindima, a pisa ou a fermentação, este museu oferece ao visitante uma viagem pela história intemporal deste néctar, cuja produção remonta aos primórdios da época romana.

No espaço do Museu Regional do Vinho podem ser visitadas exposições, assentes numa sólida componente formativa, que se traduz num Serviço Educativo permanente e num trabalho de proximidade levado a efeito junto da população, colaborando com os produtores de vinho.

Com base nestas premissas, este museu no ano de 2016 teve 2716 visitantes.

Museu do Barro

O Museu do Barro foi inaugurado em Fevereiro de 2009, localizado no antigo Convento de Santo António, edificado no séc. XVII, assume-se como um equipamento de extrema importância na preservação e revitalização da olaria tradicional de Redondo. Nessa condição, integra uma exposição permanente, na qual se apresenta todo o processo de produção manual, desde a extração da matéria-prima até ao produto final sem esquecer o papel dos almocreves na sua divulgação e comercialização.

O museu pretende mostrar a importância da olaria, na economia local e na vida quotidiana das populações, revelando a utilização e domínio das técnicas de produção e as redes de distribuição. As peças expostas retratam épocas distintas e em cada uma delas está simbolicamente representado o artista que lhes deu vida como que, por magia, invocando os poderes da terra, da água, do ar e do fogo.

Este espaço propõe salvaguardar, divulgar e promover o estudo sobre a olaria de Redondo, esperando contribuir para aprofundar conhecimentos e preservar esta insubstituível herança cultural. Baseada nesta premissa, ao longo de vários anos, o Serviço Educativo dos Museus tem vindo a desenvolver atividades, desde da 1.º infância até ao público sénior, cujo principal objetivo é proporcionar a possibilidade de contato com esta matéria-prima (o barro) para assim conseguirmos revitalizar esta atividade cultural tradicional.

Ao longo do ano de 2016 este museu foi visitado por 2085 visitantes.

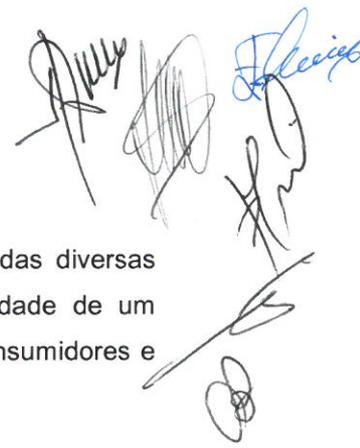
Ecomuseu

A singularidade das nossas paisagens, bem como a representatividade e estado de conservação das espécies e habitats, permitem o reconhecimento da particular relevância do património natural e cultural do nosso concelho.

Situado no extremo Norte da freguesia e concelho de Redondo e abrangendo parte da Serra d'Ossa e do Biótopo CORINE, o Ecomuseu localiza-se num território geograficamente privilegiado cujos recursos naturais foram, durante séculos, objeto de fruição das populações que por aqui passaram. Por outro lado, apresenta um património histórico e arqueológico de rara densidade, particularmente no que diz respeito aos monumentos megalíticos funerários – as antas, de que se conhecem várias dezenas, sendo duas delas Património Nacional.

Durante o ano de 2016, e enquadradas nos períodos favoráveis às saídas de campo, decorrem as seguintes ações:

- PR4 Eremitas da Serra D'Ossa – Percorso Pedestres de Alqueva
- Percorso Pedestre “O Poejo do Eremitas”
- Percorso Pedestre “A mão de semear...ervas aromáticas na rota dos eremitas”
- Passeio Ornitológico
- Passeio Micológico
- Apoio e colaboração nas saídas de campo dos Caminheiros da Casa do Povo do Freixo – “Por esses campos fora...”



Enoteca

Recebendo um conjunto de eventos e iniciativas que favorecem a integração das diversas potencialidades do concelho de Redondo, a Enoteca revela a multifuncionalidade de um espaço para além da sua principal função - aproximar a cultura do vinho dos consumidores e interessados.

Ao longo de 2016 muitos foram os momentos em que a cultura do vinho foi inclusiva para diversas correntes artísticas e literárias. São de destacar:

- 3 Noites de Fado
- 2 Espetáculos de música instrumental
- 2 Apresentações de obras literárias
- 1 Espetáculo de dança
- 2 Workshops
- Noite de Reis

Coliseu de Redondo

Resultante da recuperação da antiga praça de touros Simão da Veiga Júnior nasceu o Coliseu de Redondo, uma infraestrutura que vem complementar a rede de equipamentos municipais destinados a servir a população. Esta recuperação empreendida pela edilidade e comparticipada por fundos comunitários resultou de um contrato de concessão firmado entre a autarquia e a Santa Casa da Misericórdia de Redondo, entidade proprietária do imóvel.

Para além de espetáculos tauromáquicos, este equipamento está vocacionado para acolher espetáculos de variedades, dramáticos e outro tipo de eventos.

Em 2016 o Coliseu acolheu os seguintes eventos:

- 2 Corridas de Toiros – Responsabilidade ATR (Associação Tauromáquica Redondense)
- 1 Espetáculo Musical
- Festa de encerramento de Ano Letivo

Biblioteca Municipal de Redondo e Biblioteca Itinerante



No decorrer de 2016 as atividades apresentadas na Biblioteca Municipal de Redondo foram as seguintes:

- Autor do mês
- Workshop de Meditação da leitura
- Workshop de Origami
- Workshop Artes criativas
- Prêmio Literário Hernâni Cidade
- Concurso Poesia Popular
- Serão de Contos à lareira
- Projetos de exterior: Biblioteca na Piscina e Ler em qualquer lugar.
- XXIX Feira do Livro
- Feira do livro de Natal

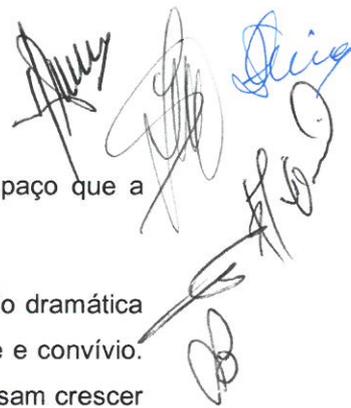
Exposições

- As viagens de Júlio Verne; Símbolos do Carnaval e seus significados;
- As árvores da Poesia; O 25 de Abril na Literatura;
- Sabores e Livros; Histórias de Encantar;
- Escritores da Revista Presença; Ruas Floridas - passado e presente;
- Cantos e recantos do Concelho de Redondo; A República das Artes;
- O Vinho na Literatura; Anjos

A biblioteca itinerante assegurou animação da leitura e demais ateliês de expressões em todas povoações do Concelho (com exceção de Redondo), possibilitando a consulta e requisições de livros, jogos, CD's e DVD's; Apoio ao gabinete de Ação Social no Concelho.

Centro Lúdico de Redondo

A funcionar desde 2004, nas instalações da Biblioteca Municipal, o Centro Lúdico de Redondo, situado na Rua D. Arnilda Eliezer Kamenezky é um espaço lúdico destinado a crianças até aos 16 anos de idade. No entanto as crianças com idade inferior aos 6 anos devem fazer-se



acompanhar de um adulto ou alguém responsável maior de 16 anos. É um espaço que a criança utiliza quando quer brincar.

No Centro Lúdico, o livro, o brinquedo, o jogo, a expressão plástica e a expressão dramática complementam-se de forma a proporcionar aos utentes um ambiente de liberdade e convívio. Proporcionando também o desenvolvimento harmonioso, para que as crianças possam crescer como pessoas ativas e participativas na sociedade a que pertencem. É através de vários ateliês (pintura, colagem, modelagem...), que o ato criativo acontece.

Os objetivos são:

- Promover o livro e a leitura;
- Promover o encontro intergeracional;
- Facultar o acesso a brinquedos, jogos, livros;
- Sensibilizar para a importância do brincar, ler e comunicar;
- Proporcionar experiências que levem ao desenvolvimento da imaginação, criatividade, expressão e socialização;
- Ocupar os tempos livres das crianças e jovens com atividades lúdicas e recreativas num ambiente estável;
- Cativar pais, educadores e comunidade em geral a participar nas atividades promovidas pelo Centro Lúdico;
- Proporcionar atividades que levem a criança a estimular a fantasia e a imaginação;

O Centro Lúdico disponibiliza um leque abrangente de atividades no âmbito das expressões lúdicas e culturais. Tais como:

- Ateliês de expressão plástica ("Oficina da Amizade", "Pai, querido pai!", "Dia da Mãe",...)
- Ateliês de expressão corporal e musical;
- Sessões de contos;
- Realização de jogos onde os utentes utilizam os diversos recursos do Centro Lúdico;
- Comemoração de dias temáticos (S. Martinho, Halloween, Natal, Carnaval, Dia do Livro Infantil, 25 abril, Dia da Crianças, Dia da Alimentação...);
- Exibição de filmes;

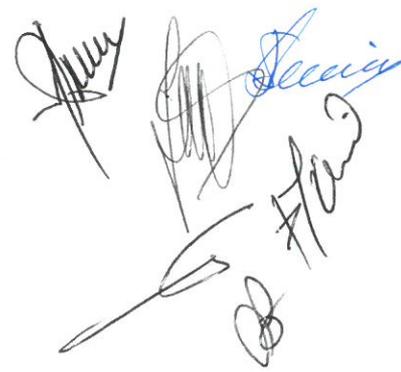


- AEC'S;
- Participação na elaboração dos fatos para o Carnaval das Escolas;
- Colaboração na festa de Final de ano letivo do Centro Escolar de Redondo e Montoito;
- Participação nas Férias em Movimento com várias atividades para os alunos do 1º e 2º ciclo do Centro Escolar de Redondo;
- Projeto "Era uma vez..." com o Serviço Educativo dos Museus para o Jardim infância do Centro Escolar de Redondo e Centro Infantil (Ano letivo de 2015/2016);
- Espetáculo "Violência, não!", uma parceria entre o Município, Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Redondo e Agrupamento de Escolas de Redondo;
- Projeto "Contos da Amizade" com o Serviço Educativo dos Museus para o Jardim infância do Centro Escolar de Redondo/Montoito e Centro Infantil (Ano letivo de 2016/2017);
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior;
- Participação na atividade "O Natal é aqui";
- Projeto "Era uma vez...", apresentação de diversas peças de teatro.

Biblioteca Municipal - Pólo de Montoito

Atividades realizadas durante o ano de 2016.

- Autor do mês;
- Livro do mês;
- Poema do mês:
 - Programas de incentivo à leitura
- Organização de exposições:
 - Exposição "Arte e Ofícios, cerâmica de Luís Carlos.
 - Exposição "Retratos de Mulher"
 - Exposição "Cartazes de Abril";
 - Exposição "Era uma vez... (cerâmica de Luís Carlos)
- Serviço de empréstimo de livros, revistas, jornais, e DVD's;
- Comemorações de dias temáticos alusivos ao Dia de Reis; Dia de São Valentim; Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Poesia, Dia Mundial do Livro, Dia do livro Infantil, 25 de Abril, Dia da Musica, Dia do Idoso. Implantação da República, Natal;
- Projeto: "A Manta... cada retalho, uma história!"
- Recital de Poesia;
- Hora do Conto para Pais e filhos "O Pai mais horrível do Mundo" de João Miguel Tavares.

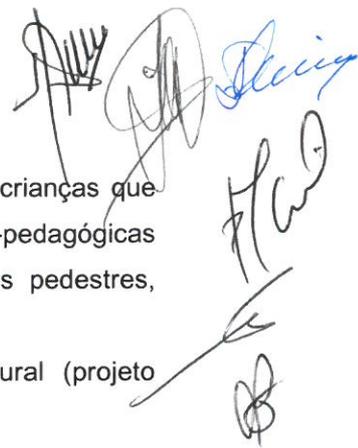


- Ateliê de Leitura “Poemas de Abril”;
- “ Leituras com sabor a café...” (evocação do dia Mundial do café)
- Caminhada noturna de livros com serão de contos ao luar.
- Organização da feira do livro em Setembro
- Contos de Natal;

Centro Lúdico de Montoito

Atividades realizadas durante o ano de 2016.

- Animação do Livro e da leitura;
- Empréstimo de livros;
- Ateliês de Expressão Plástica, Dramática, Musical, Culinária;
- Ateliê de escrita criativa;
- Sessão de contos para a promoção do livro e da leitura;
- Realização de jogos diversos existentes do Centro Lúdico;
- Exibição de filmes infanto-juvenis em DVD;
- Jogos de dinâmica de grupos;
- Jogos Lúdicos;
- AEC`S; AAF e CAF;
- Comemoração de dias temáticos;
- Dia de Reis, com Cantares pelas ruas da freguesia de Montoito;
- Carnaval- Cortejo de Carnaval pelas ruas da vila de Montoito, Baile de Máscaras;
- Dia de São Valentim: “O Postal para o namorado (a)”;
- Dia do Livro Infantil: tarde de contos;
- Dia Mundial da Saúde: Caminhada pela Saúde;
- 25 de Abril: Histórias e cravos de Abril;
- Dia Da Mãe: “Prendinhas para a mãe” e “Chá de Histórias com mimos para a mãe”;
- Dia Da Terra: Ateliê de descoberta “As experiências da Terra”;
- Dia da Criança: com a apresentação de várias atividades lúdicas (pinturas faciais, balões divertidos, jogos tradicionais), em parceria com a Sociedade União Montoitense;
- Dia dos Avós: “Contos dos avós...”;
- Halloween;
- São Martinho, com apresentação da lenda e magusto no Centro escolar de Montoito;
- Comemoração do Dia do Pijama: “Conta-me uma história cheia de sonhos...” (Tarde de Contos)
- Natal: Ateliê de expressão plástica: **“Natal Reciclado”** e realização de uma Festa de Natal
- Dinamização da Feira do Livro em setembro com o tema “Era uma vez...”;
- Participação na Festa de Natal do Jardim-de-infância e 1º ciclo;
- Participação na festa de final de ano letivo do jardim-de-infância e 1º ciclo;



- Ocupação de tempos livres, no tempo de férias (Natal, Páscoa e Verão) das crianças que frequentam o Jardim de Infância, 1º e 2º ciclo, com várias atividades lúdico-pedagógicas (diferentes ateliers de expressão plástica, culinária, atelier de dança, passeios pedestres, piscinas, jogos musicais, visitas educativas, etc);
- Participação em diversas atividades organizadas pela Divisão Sócio Cultural (projeto Dinâmica Sénior, projeto educativo do museu do barro);
- Participação no Carnaval das Escolas através da elaboração de vários acessórios;
- Participação no curso de Carnaval de Redondo com o tema "DUENDES";
- Organização do cortejo de carnaval em Montoito;
- Organização das Marchas populares da vila de Montoito, em parceria com a Sociedade União Montoitense;
- Caminhada Noturna de livros com serão de contos ao luar.
- Projeto "A Manta... cada retalho, uma história!", destinado ao público escolar e famílias.
- Projeto "Dá uma prenda e cria um sorriso!"
- Preparação de Atividades para as turmas de 1º ciclo do Centro escolar de Montoito
- * Animação do Livro e da Leitura
- * Ateliers de expressão Plástica
- * Intervalos animados
- * Ler e experimentar
- Preparação de atividades para as turmas de Jardim de Infância do Centro Escolar de Montoito:
- * Expressão plástica, corporal
- * Histórias, contos, lendas, adivinhas, teatrinhos
- * Jogos Lúdicos
- * DVD

Arquivo Municipal 2016

O Arquivo Municipal de Redondo mantém os seus objetivos, por um lado preservar e disponibilizar a documentação aos utilizadores que acedam ao arquivo histórico, por outro lado, embora simultaneamente, organizar e disponibilizar a documentação aos serviços do Município.

No presente ano, o AMR foi um dos membros fundadores da RAA-DE (Rede de Arquivos do Alentejo- Distrito de Évora) coordenada pelo Arquivo Distrital de Évora. Esta rede de arquivos tem como objetivos principais:

- Difundir as boas práticas de gestão de documentos de arquivo;
- Acompanhar projetos na área dos arquivos;
- Criar grupos de trabalho setoriais e temáticos;

- Divulgar o património arquivístico;
- Organizar iniciativas na área dos arquivos

A RAA-DE organiza reuniões regulares que têm como objetivo a cooperação e interação entre os diferentes arquivos que dela fazem parte.

O AMR marcou presença na Universidade de Évora, sobre um novo programa de arquivo.

Em Outubro de 2010 foi assinado um contrato de prestação de serviços entre a Universidade de Évora e o Município de Redondo com o objetivo que a base de dados FUNDIS (Fundos Documentais de Instituições do Sul) desenvolvida na EU-CIDEHUS seja aplicada à descrição documental do Arquivo Histórico Municipal de Redondo.

Esta base de dados de utilização gratuita por tempo ilimitado irá migrar para outro programa- Archeevo, da Keep Solutions. Aguardam-se resultados por parte da Universidade de Évora para que o Arquivo Municipal possa pôr o programa em prática.

É da responsabilidade do AMR selecionar a documentação proveniente dos serviços produtores e proceder à sua eliminação segundo a legislação em vigor. Este ano foram eliminados 18,60 metros lineares: 81 caixas e 24 pastas.

O AMR registou duas doações de valiosa informação e interesse histórico refletindo as boas práticas arquivísticas que conseguem neste momento atingir vários públicos-alvo.

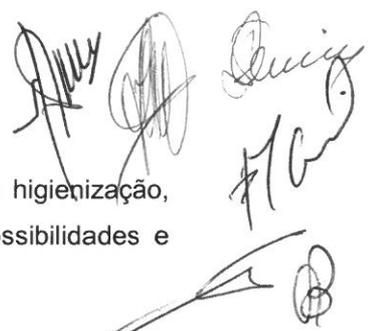
Uma doação particular de documentos respeitantes à vila de Redondo (1 livro- Celebre julgamento de crime em audiência de júri, de 10 e 11 de Maio de 1907, Reo Manuel Rosado Gordo, Comarca de Redondo; 1 livro- Esboços, discurso de abertura pronunciado por ocasião da primeira recita promovida pela Liga de Instrução Redondense, António Marques Rita Martins, 1909; 1 livro, Estatutos do Redondo Club, 15 de Março de 1919; 2 álbuns de fotografias particulares e outras avulso).

A outra doação de interesse histórico- municipal foi o Fundo da Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora de Ao Pé da Cruz de Redondo.

O AMR procedeu à organização, higienização e acondicionamento da documentação. Procedeu inclusive ao catálogo da mesma que se encontra disponível para consulta no Arquivo Municipal, constituída por 140 livros, 15 maços e 16 álbuns de fotografias.

Procurando acompanhar todas as áreas que um arquivo comporta, o AMR marcou presença no Workshop dedicado à aprendizagem de técnicas e métodos para a 'Conservação de coleções em Papel', em Évora através da empresa PH Neutro.





Este Workshop permitiu a aprendizagem de metodologias de conservação – higienização, intervenção mínima e acondicionamento – com apresentação de diversas possibilidades e aplicação em casos práticos.

Presença na inauguração da exposição “Refugiados no Alentejo durante o século XX”, no Arquivo Distrital de Évora com entrega para a exposição de um roll up sobre as crianças austríacas que estiveram na vila de Redondo (roll up que pertence ao Município).

Anualmente o AMR propõe-se a expor alguns dos seus documentos, de forma a chamar as pessoas ao espaço do Arquivo, para que percebam para que serve e quais as suas finalidades.

A exposição “A mercearia” teve como objetivo dar a conhecer à comunidade escolar o conceito de mercearia e o que fazia parte desta. Referenciando os produtos, a maior parte deles já não são usados atualmente e que, despertaram o interesse das crianças.

Para a população em geral, esta exposição permitiu reavivar memórias com a documentação de arquivo existente que referia os nomes destes estabelecimentos desde o séc. XVIII. Através desta iniciativa foi visível uma grande proximidade e interação.

Esta exposição contou com 22 entrevistas e respetivas filmagens, recolha de fotografias, documentos e objetos.

A outra exposição, durante a época natalícia, foi o resultado de uma recolha de postais de natal, alguns pertencentes ao arquivo e outros de coleções particulares, subordinada ao tema “Postais de Natal”.

Iniciaram-se os preparativos e calendarização da programação dos 500 anos dos forais de D. Manuel, de Redondo e Montoito. O AMR terá a responsável de contribuir nas várias iniciativas propostas.

Gabinete de Informação

O Gabinete de Informação do Município de Redondo (GINFO) assume-se hoje como uma estrutura essencial ao trabalho municipal, desempenhando um papel fundamental na promoção e divulgação daquela que é a atividade institucional contribuindo para a sua evolução, tendo sempre como missão fundamental a resposta ao cidadão.

A sua importância enquanto descentralizador de conteúdos estende-se simultaneamente à agilização da comunicação interna entre os diversos serviços, contribuindo indiretamente para a sua potenciação e maximização, e ainda para a promoção e afirmação generalizada da identidade municipal.

A adoção do novo modelo de sítio municipal veio compulsar uma nova realidade na qual se tornou necessária a disponibilização de mais e melhor informação aos seus utilizadores tendo sempre o rigor, o dinamismo e a transparência como elementos incontornáveis no seu modelo de atuação.

Como resultado das novas formas de comunicação que atualmente se impõem, tornou-se obrigatória a presença do Município de Redondo nas redes sociais. A adesão ao Facebook, que cumpriu recentemente um ano, configura uma mudança na comunicação entre a instituição e o munícipe estreitando posições e abrindo novas possibilidades. A crescente presença do Município de Redondo na rede reflete um trabalho sólido com tendência a evoluir.

A implementação da aplicação móvel do Município de Redondo – consumada no final de 2016 - bebe igualmente da realidade em que as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) são ferramentas incontornáveis na sociedade atual oferecendo ao munícipe mais um suporte de comunicação, combatendo a infoexclusão, simplificando a comunicação e esbatendo assimetrias como garantia de igualdade no acesso à informação. A oferta de inúmeros serviços municipais e a integração com o sítio oficial do município são algumas das mais-valias.

A Agenda Cultural de Redondo, intimamente relacionada com a programação cultural, configura igualmente um importante foco de trabalho do GINFO. Numa primeira fase exige uma avaliação e triagem constante das inúmeras propostas, bem como a sua compilação, culminando depois na produção gráfica, revisão, pré-impressão e distribuição.

Ainda no âmbito do trabalho gráfico, o GINFO é responsável por todo o grafismo do município (cartazes, flyers, folhetos etc....) estabelecendo também a ponte entre a instituição e as inúmeras associações, coletividades e grupos locais prestando-lhes apoio na elaboração e impressão de cartazes e flyers de forma a facilitar e fomentar a sua atividade.

Suportes de comunicação	Canal utilizado
Agenda Cultural	Publicação, e-mail, distribuição domiciliária, afixação em locais públicos dentro e fora do concelho
Cartazes A3 e A4	Distribuição em diversos locais do concelho
Flyers	Distribuição nas escolas e locais públicos do concelho
Folheto de exposição	Distribuição concentrada no Centro Cultural de Redondo (visitantes)

[Handwritten signatures and initials]

Folhas de Sala	Distribuição concentrada no Centro Cultural de Redondo (espectadores)
Newsletter	Envio por e-mail para particulares, imprensa e entidades culturais.
Notas de imprensa	Publicação no site da Câmara Municipal de Redondo. Envio por e-mail para a comunicação social
Site da Câmara Municipal de Redondo	Internet
Facebook, Youtube, Issuu, Vimeo	internet
Aplicação Móvel	Dispositivos Móveis/Internet

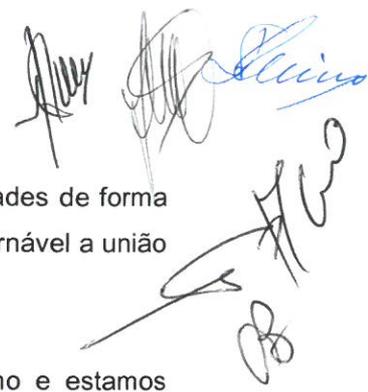
Turismo

O Turismo em Portugal goza de condições excecionais de alavancagem da economia, mas isso já todos nós sabemos, no entanto e não obstante as intenções das Unidades de Missão para territórios de baixa densidade e valorização do interior, no fundo e a par com as políticas públicas que se entendam implementar, só com o envolvimento de todos os agentes da cadeia de valor se podem encontrar caminhos e ideias que ajudem a confirmar as mesmas.

Consideramos ainda que não obstante a parafernália de estratégias que se possam desenvolver para o Turismo no interior do País, o fio condutor, no intuito de minimizar assimetrias e criar riqueza aos respetivos territórios, se deve pautar por medidas racionais e abrangentes, mas que não se descurem os aspetos emocionais e a sua importância, no gosto por “aquilo que é nosso”.

O Município de Redondo renova e insiste nas potencialidades do turismo enquanto atividade crucial para a alavancagem económica no concelho, mas entende que só com ações de proximidade e diferenciadoras se podem criar as correntes necessárias ao seu desenvolvimento.

Só desta forma se conseguirá minorar os efeitos da interioridade e da baixa densidade populacional do território, fortemente penalizada pela concorrência e competitividade em escala do sector, nomeadamente do litoral e zonas de alta densidade populacional, que absorvem com relativa facilidade as atenções das políticas centrais e consequentemente dos investidores de relevo.



Reforçamos este ideal na afirmação do território e nas suas potencialidades de forma particular no que nos diferencia, mas entendemos como desígnio incontornável a união de esforços direcionados para estratégias coletivas naquilo que nos une.

Mantemos tudo aquilo que já referimos sobre as questões do Turismo e estamos conscientes das dificuldades que esta visão enfrenta, mas é da resiliência e do esforço de toda a cadeia de valor que falamos para levar a bom porto esta missão, felizmente e nesta área não nos faltam bons exemplos e criatividade, lamentável ainda não são as suficientes, mas acreditamos estar todos no bom caminho.

O Município na prossecução dos objetivos para o Turismo irá reforçar a atratividade ao território com outros equipamentos que ajudem a potenciar o destino e a permanência de visitantes no território, aproveitando a oportunidade de candidaturas, está também a desenvolver com outros Municípios e Entidades com responsabilidades na área, estratégias conjuntas em escala.

No decurso do ano de 2016 continuámos o trabalho no reforço de participações, iniciativas, reuniões de trabalho e colaborações com inúmeras entidades públicas e privadas, em prol do conhecimento e da promoção do concelho e dos seus agentes económicos e culturais na vertente turística.

Na perspetiva que traçamos, apresentamos algumas das ações desenvolvidas no âmbito e no período. Importa no entanto referir que esta informação não esgota o trabalho que é desenvolvido pelo Município nesta vertente e que estamos conscientes que embora com trabalho já feito, muito continua por fazer.

- Participação na BTL- 2016 – Pavilhão do Alentejo-Lisboa
- Reuniões de trabalho (Redes de Oferta Empresariais-Turísticas);
- Reuniões de trabalho (Estratégia Turismo 2027);
- Reuniões de trabalho (Atividade Turística da ERTA);
- Reuniões de trabalho (Grande Rota do Montado);
- Reuniões de trabalho (Certificações destino Turístico);
- Reuniões de trabalho (Projetos Wi-Fi e All For All);
- Reunião de trabalho (Plano Estratégico Touring Cultural Paisagístico);
- Reuniões de trabalho (Centros Acolhimento Turístico e Interpretativos Évora e Alentejo Central);
- Reuniões de trabalho – (Projetos e candidaturas “ Valorização Turística do Interior”);
- Dinamização Turístico-Economica do Mercado Municipal;
- Dinamização Turístico-Economica do período do Natal;
- Dinamização Turístico-Economica (Rua Móvel);
- Reuniões de trabalho com Adegas/Produtores;
- Reuniões de trabalho com Restauração;
- Reunião de trabalho (Serra D'Ossa – Redondo/Estremoz/Borba)

- Reunião de Trabalho (Plano estratégico Turismo);
- Reuniões de Trabalho com Alojamentos;
- Reuniões de trabalho (Assoc. Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas)
- Reuniões de Trabalho (Promoção Vídeo/Televisões);
- Reuniões de Trabalho com as Olarias e Institucionais (Cencal e Cearte);
- Reuniões de Trabalho c/Empresas de Animação Turística e Operadores;
- Evento Ruas Floridas-2017;

Gabinete de Ação Social

O Gabinete de Ação Social de Redondo (GAS) desenvolve a sua atividade tendo como objetivo principal contribuir para a minimização das carências sociais dos munícipes, promovendo a capacitação e promoção das competências e privilegiando, sempre que possível, uma intervenção “com” o utente em detrimento de “para” o utente.

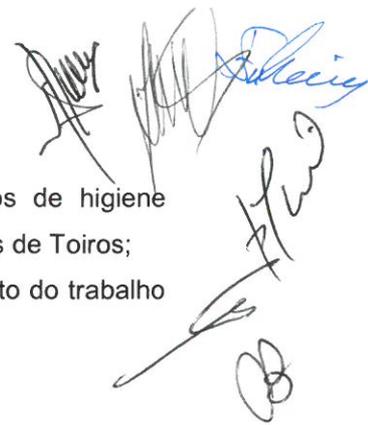
Por outro lado, assume especial relevância a articulação e dialogo com os parceiros sociais (sejam em parcerias formalmente constituídas ou não), evitando-se dispersão de meios e a duplicação de intervenções, por um lado, e garantindo medidas de apoio mais concretas e respostas mais qualificadas, por outro. Cremos que só assim será possível fazer mais e melhor.

Tendo em conta o anteriormente exposto, as atividades do GAS inserem-se em três grandes categorias:

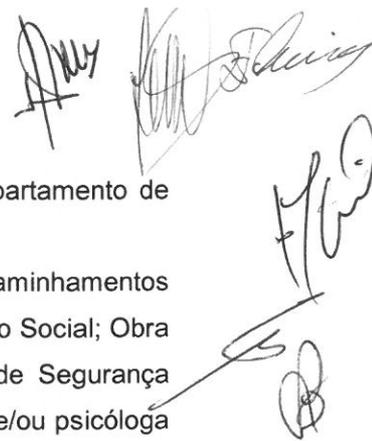
- Ação Social Direta, em sede de Gabinete ou atendimento nas localidades;
- Ação Social Institucional, em sede de parceria institucional (formal ou não);
- Ação Social Comunitária, em sede de concretização de projetos socioculturais, ações de divulgação/sensibilização e outros;

Deste modo, em 2016 a ação do GAS desenvolveu-se como discriminamos abaixo:

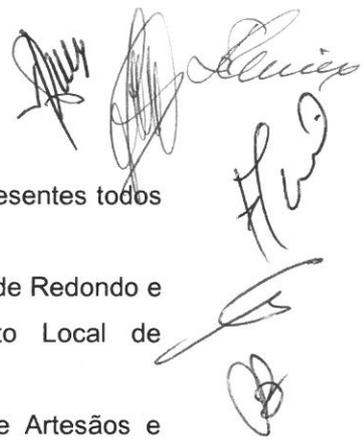
- Análise de candidaturas do **Cartão Municipal do Idoso/Cartão Municipal do Reformado e Pensionista**, num total de 588 (17 novos utentes, 504 renovações e 67 não atribuídos);
- Atendimentos aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso/Cartão Municipal do Reformado e Pensionista nas localidades e em sede de Gabinete;
- Continuação dos trabalhos relativos à criação da **Rede de Apoio Integrada**, junto do comércio local do concelho, no âmbito do Cartão Municipal do Reformado e Pensionista;
- Dinamização e implementação do **Projeto “SOS Afetos”** (56 agregados familiares);
- Integração da dinâmica “Renda de Afetos”- construção de um cortinado em renda - integrada no projeto SOS Afetos;
- Dinamização e implementação do **Projeto “Voluntariado de Afetos”**, em apoio a atividades como “ES+ (Alfabetização Sénior)”, “Mês Aventura” (Centro Infantil N^a Sr.^a da Saúde), “Dia Internacional para Erradicação da Pobreza” (EAPN), “O Natal é aqui” (Município de Redondo),



- Peditório Nacional (Europacolon), “É tempo de ajudar!”– recolha de produtos de higiene (Associação Coração Delta) e vigilância/encaminhamento de utentes nas Corridas de Toiros;
- Realização do Encontro de Voluntários de Afetos, como forma de agradecimento do trabalho desenvolvido ao longo do ano;
- Organização das inscrições para o **Almoço de Reformados e Pensionistas**;
- Distribuição de **cabazes**:
 - o Famílias carenciadas com menores a cargo: através da Câmara Municipal de Redondo (39);
 - o Idosos com fracos recursos: através da Associação Coração Delta (20);
- Acompanhamento/encaminhamento/elaboração de **Relatórios Sociais** referentes a situações sociais detetadas;
- Elaboração de relatórios sociais referentes a candidaturas ao **Programa Municipal de Apoio a Melhorias Habitacionais do Concelho de Redondo**;
- Elaboração de relatórios sociais referentes a candidaturas ao **Normativo de Atribuição da Tarifa Social** (Tabela de Tarifas art.º 12);
- **Atendimentos sociais** realizados a diversos munícipes de acordo com problemáticas como a sua integração profissional, a cedência de possíveis apoios (alimentação, despesas mensais) e a procura de habitação social. Posteriormente, terão sido despoletados os encaminhamentos sociais para as entidades competentes para o efeito e os respetivos relatórios das ocorrências;
- Campanha “ É Tempo de Ajudar” cujo objetivo é angariação de produtos de higiene para posterior distribuição aos idosos do Redondo – uma iniciativa promovida pela Associação Coração Delta no Intermarché de Redondo e realizada com recurso aos voluntários de afetos; -
- Reunião com os representantes da Associação Coração Delta;
- Reunião e sessão de informação com os voluntários inscritos no Projeto Voluntariado de Afetos, com vista à integração na campanha
- Distribuição de Kits de Higiene pelos idosos sinalizados através do SOS Afetos, SAAS e OSJO, no âmbito da iniciativa É tempo de Ajudar;
- Atendimentos realizados em conjunto com a Obra de S. José Operário;
- Atendimentos realizados em conjunto com o SAAS – com vista à integração na Cantina Social;
- Realização da Campanha rua, realizada no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza
- Integração na programação da Focus Week;
- Reunião com os vários serviços da autarquia, de apoio à população idosa, com vista à criação de uma estrutura de apoio única – Academia de Afetos;
- Integração na Exposição “Academia de Afetos”;
- Colaboração na organização da Sessão de Prevenção pública sobre burlas e maus tratos a idosos, realizada pela GNR, Idosos em Segurança.
- Aplicação de questionários juntos dos beneficiários do CMRP por forma a avaliar os serviços da Autarquia com a colaboração dos Voluntários de Afetos;



- Participação no Workshop “Psiquiatria na Comunidade”, organizado pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental de Évora;
- **Atendimentos sociais aos encarregados de educação** e consequentes encaminhamentos sociais (Cáritas Diocesana de Évora; Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; Obra São José Operário; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Instituto de Segurança Social e Tribunal Judicial de Redondo) e médicos (através do médico de família e/ou psicóloga – Centro de Saúde de Redondo e Consultas de Desenvolvimento Infantil – HESE);
- Participação em **reuniões de avaliação com os professores titulares das crianças**, na sequência do acompanhamento multidisciplinar;
- Participação em **reuniões intercalares e de final de período e ano letivo** com a Equipa Docente do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Redondo;
- Realização de **relatórios multidisciplinares** relativos ao acompanhamento realizado nos finais dos períodos e ano letivo e consequente encaminhamento dos mesmos para as entidades parceiras;
- Participação em **reunião com a Equipa de Intervenção Precoce de Redondo**, a fim de serem passados os casos para acompanhamento psicossocial no presente ano letivo;
- Participação em **reunião com a Equipa de Ensino Especial de Redondo**, com vista à passagem de informação relativa aos casos acompanhados por ambos os serviços;
- Participação em **reunião de parceiros conjuntamente com a Equipa Multidisciplinar de Assistência aos Tribunais (EMAT)** para discussão/análise de casos (8 reuniões);
- Realização de relatórios com o balanço do acompanhamento realizado aos alunos de 1.º Ciclo com medida de promoção e proteção pela EMAT;
- Participação em **reunião de discussão de casos** com as Equipas Técnicas do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Equipa de Intervenção Precoce da Santa Casa da Misericórdia de Redondo;
- Participação em **reunião da Plataforma PMATE** para a introdução dos processos relativos à Ação Social Escolar (2 reuniões);
- **Receção e organização dos processos relativos à Ação Social Escolar**, no que respeita ao ano letivo 2015/2016 e consequente articulação com a Secretaria do Agrupamento de Escolas de Redondo (refeições escolares);
- Instrução de processos de **alterações de escalão** de Ação Social Escolar;
- Atividade desenvolvida em articulação com os professores de Expressões do Agrupamento de Escolas de Redondo, integrada no ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social (abrangendo as turmas de 1.º Ciclo em Redondo e Montoito);
- Organização e realização de atividades integradas na semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis promovida pela “**Associação Chão dos Meninos**”;
- Atividades no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança, nomeadamente a realização de uma caminhada com a participação das crianças do 1.º Ciclo, alusiva ao tema da “**Igualdade entre as crianças**” (entrega de balões e folhetos de acordo com a temática);
- Acompanhamento/Monitorização de situação de incêndio em Aldeias de Montoito;



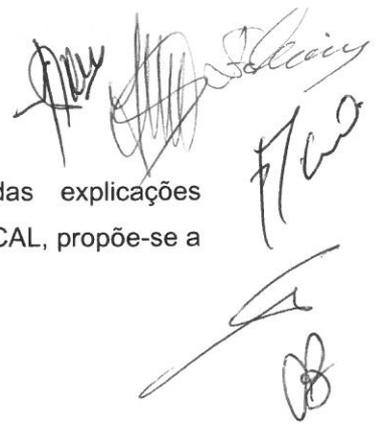
- Reuniões de acompanhamento e discussão de casos sociais, em que estão presentes todos os parceiros que realizam intervenção social com famílias;
- Participação em sessões de avaliação do trabalho desenvolvido pelo CLDS 3G de Redondo e Participação em reuniões de trabalho do CLDS 3G Redondo (Contrato Local de Desenvolvimento Social de Redondo);
- Dinamização da constituição da Redondo Artes e Sabores - Associação de Artesãos e Produtores, com a colaboração do CLDS 3G;
- Realização de Reuniões de Conselho Local de Ação Social de Redondo, para discussão e aprovação de documentos de planeamento (Plano de Ação da Rede Social de Redondo);
- Participação em Reunião do Núcleo Local de Inserção de Redondo;
- Participação em Workshop/Formação sobre o Mecanismo Europeu de Recolocação de Refugiados, no âmbito da Agenda Europeia das Migrações;
- Participação nas Sessões da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central da Rede Social;
- Participação na reunião de apresentação do Protocolo de colaboração entre o Centro de Respostas Integradas do Instituto da Droga e da Toxicodependência de Évora e o Instituto Português da Juventude de Évora;
- Participação no Workshop Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Évora);

FATOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes a considerar neste ponto.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como o resultado apresenta valores negativos, embora resultem das explicações anteriormente apresentadas, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se a sua aprovação e que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be 'Sérgio' and other illegible marks.

